

O ESTADO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA
- O PAPEL DAS EMPRESAS ESTATAIS -

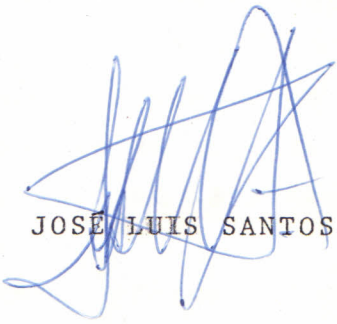
JOSÉ LUIS SANTOS NETO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE Mestrado EM ECONOMIA-CAEM PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

BCME-BIBLIOT

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

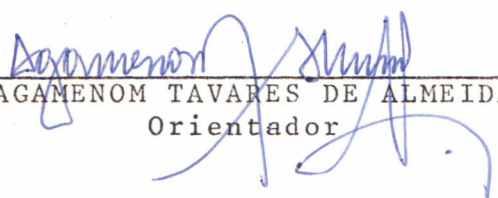
A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.



JOSE LUIS SANTOS NETO

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 11 / 12 / 1984

BIBLIOTECA



Prof. AGAMENOM TAVARES DE ALMEIDA
Orientador

Prof. RICARDO RÉGIS S. DUARTE
Coordenador-CAEN

Prof. RICARDO RÉGIS S. DUARTE



Prof. FRANCISCO C. DE OLIVEIRA

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho acadêmico envolve grande quantidade de idéias, opiniões, discussões etc, relacionando o pretenso apresentador e aqueles que, não raras vezes, são os suportes básicos que possibilitam a realidade do trabalho.

Quando terminado este, vê-se que o pouco que se fez deve-se a muitas pessoas. Relacionar estas pessoas como forma de reconhecer e agradecer o que se recebeu implica, muitas vezes, em esquecimentos de citações.

Portanto, de forma simples e procurando não esquecer aqueles que muito se dedicaram para que este trabalho chegasse ao fim, gostaria de agradecer-los e demonstrar minha enorme gratidão. Assim, ao meu Deus, pela fé e persistência; aos meus Pais; a minha Família; aos Mestres, principalmente aqueles que no decorrer do dia-a-dia substituem a relação professor/aluno por uma relação de amigos, procurando transmitir nos simples detalhes a confiança e o estímulo; aos meus irmãos e aqueles verdadeiros "amigos". Muito Obrigado.

ECME-BIBLIOTECA

INTRODUÇÃO	1
1 - UMA VISÃO TEÓRICA DO ESTADO CAPITALISTA	5
1.1 - Derivação do Caráter de Classe do Estado Capitalista	6
1.2 - O Caráter de Classe do Estado nos Países Periféricos - O Estado no Brasil	18
1.3 - Intervenção e Mistificação Econômica do Estado.	25
1.3.1 - Intervenção e Crise	31
2 - O ESTADO BRASILEIRO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO - 1930 - 1964	34
2.1 - Raízes do Desenvolvimento Industrial no Brasil-1930/45	35
2.2 - Surgimento do Setor Produtivo Estatal	42
2.3 - A Intervenção Estatal Fetichizada	46
2.4 - O Período 1945/64	
2.4.1 - Política Econômica Liberal 1945/50	50
2.4.2 - Do Capitalismo "Nacionalista" ao Plano de Metas - 1951/60	52
2.4.3 - O Plano de Metas - 1956/60	56
2.4.4 - Período de Transição - 1961/64 - Bases do Golpe de 1964	71
3 - AS EMPRESAS ESTATAIS PÓS-64 - PADRÕES DE COMPORTAMENTO	77
3.1 - O "Novo Estado" Remanescente do Golpe de 1964..	78
3.2 - Origem e Objetivos da SEST	87
3.2.1 - Caracterização das Empresas Públicas ..	90
3.3 - As Empresas Estatais sob a Égide do "Novo Estado"	92
3.4 - Ambiguidade Estrutural e Avaliação da Empresa Estatal	99
3.5 - A Empresa Estatal no Mercado Capitalista	106
3.5.1 - A Produção Estatal - Como Capital e/ou para o Capital	119
3.6 - Uma Visão Sobre a Questão da Unicidade Orçamentária	133
- CONCLUSÃO	150
- ANEXO 1 - Relação das Empresas que Compõem a Atividade Empresarial do Estado	156
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

CAPÍTULO II

Página

1 - Poder de Compra das Exportações - Países Escolhidos - 1928/29 a 1959	43
2 - Produto Físico para Anos Escolhidos - Brasil	44
3 - Salário Mínimo Real - Guanabara e São Paulo	49
4 - Recursos Extranjeros para o Desenvolvimento Econômico. Financiamentos Autorizados pela SUMOC e Investimentos Diretos Licenciados pela CACEX, segundo o Plano de Metas	58
5 - Importações Brasileiras por Categorias	61
6 - Brasil - Despesa e Receita em Porcentagem do PIB- Subsídios em Porcentagem da Despesa	62
7 - Produtividade do Operário e Crescimento do Salário Real no Setor da Indústria de Transformação - Brasil	63
8 - Brasil - Participação dos Setores Público e Privado na FBCF e em % do PIB - 1947/64	66
9 - Evolução das Inversões Diretas dos E.U.A. na América Latina	68
10 - Evolução da Estrutura das Inversões Diretas dos E.U.A. em Indústrias Manufatureiras da América Latina	69

CAPÍTULO III

1 - Criação das Empresas Estatais - 1908 até 1975	81
2 - Evolução da "Prime Rate"	84
3 - Despesa do Setor Público por Categoria em % do PIB	94
4 - Déficit Financeiro em % do PIB'	94
5 - Brasil - Participação do Estado e do Setor Privado na FBCF (%)	110
6 - Brasil - Taxas de Crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo e do PIB	111

8 -	Dispêndio de Investimento das Principais Empre- sas Estatais - SPE - Transportes - Telecomunica- ções	115
9 -	As Cem Maiores Empresas Brasileiras Classifica- das por Patrimônio Líquido	124
10 -	As Cem Maiores Empresas Brasileiras Classifica- das por Lucro Líquido	128
11 -	Distribuição de Rendimentos	130
12 -	Receitas e Despesa da União	138
13 -	Aspectos Econômicos Financeiros das Empresas Es- tatais - Formação de Poupança e Investimentos - SPE	140
14 -	Operações de Crédito e Serviço da Dívida - Bra- sil e Setor Produtivo Estatal	142
15 -	Composição Percentual dos Subsídios e Incenti- vos Fiscais na Área Federal - Participação rela- tiva no PIB e na Receita Tributária	145
16 -	Crescimento Real dos Subsídios e Receita Tribu- tária	145
17 -	Déficits Públicos Extraordinários no Brasil ...	148

O modo de produção capitalista é um processo que carrega consigo uma contradição insolúvel. Em certo estágio de seu desenvolvimento origina e necessita da categoria Estado que, como elemento do sistema, apresenta um caráter de classe capitalista, surge fetichizado e com um poder aparente e acima da sociedade, moderando os conflitos de classe e mantendo-os dentro dos limites da "ordem".

O desenvolvimento espacial desse modo de produção para os países periféricos, e em especial pós-Segunda Guerra, implicou numa relação e atuação mais direta do Estado periférico na economia nacional.

No caso específico do Brasil é através das empresas estatais, particularmente do setor produtivo, que esta atuação torna-se mais explícita; o Estado apresenta-se como o "locus" de valorização/reprodução do capital, especialmente do capital privado hegemônico.

É nesse contexto que se inserem aquelas empresas: ora como pública, enquanto aparelho de Estado; ora como privada, enquanto empresa capitalista. Entretanto, além de não invalidar a lógica da produção capitalista, ao contrário, constata-se que estas empresas são mais um instrumento viabilizador para a acumulação capitalista.

A crise econômica mundial gerada com o "primeiro choque do petróleo" serviu para, por um lado, mostrar o papel desempenhado por aquelas empresas enquanto mantiveram seus investimentos elevados. Por outro lado, a partir de 1979, quando não foi mais possível postergar e desconhecer a crise estas empresas passaram a ser a causa da inflação e do déficit público que atingiram índices incontrolláveis.

A forma pela qual as empresas estatais são utilizadas como instrumento de governo, a ambiguidade de inserção nas relações sociais de produção, os interesses que norteiam surgimento e atuação delas são, muitas vezes, desconhecidos quando da avaliação do seu desempenho.

Nesse contexto, a importância que se atribui ao orçamento dessas empresas, apesar deste requerer determinados acer-

ao surgimento de empecílhos a sua atuação do que a buscar os ca
minhos alternativos do aperfeiçoamento econômico.

The capitalist mode of production is a process which involves a contradiction that cannot be resolved. At a certain stage of its development it creates a necessity for the existence of the category States which, as element of this system presents a capitalist character of class. It appears as a fetish and holding power over the society, moderating class conflicts and maintaining them inside the limits of the "social order".

The spacial development of this mode of production for the peripheric countries, specially after the World War II, has implied a relation with and a more direct presence of the peripheric State in its national economy.

In the especific case of Brazil, it is through the State-owned enterprises specially of the productive sector, that this presence becomes more explicit; the State presents itself as the "locus" of valorization/reproduction of capital, specially of the hegemonic private capital.

It is inside this context that the State-owned enterprises are insert sometimes as public enterprises, while apparatus of State; sometimes as private enterprises, while capitalist companies. However, besides not invalidating the capitalist production logic, we find out that such enterprises are one more instrument used in the acumulation of capital.

The economic crisis generated by the first "energy crisis" has been usefull on the one hand, to show the role played by the State-owned enterprises while they maintained high levels of investment. On the other hand, since 1979, when it was no more possible to postergate and deny the crisis, those enterprises began to generate inflation and public deficit which have now become out of control.

The way the State-owned enterprises are used as instruments by the government, their ambigual insertion in the social relations of productions, the interests which orient their appearance and activity, are many times, unknown their performance is being valuated.

In this context, the importance given by economic

to put obstacles to their activities, than to help finding out
the possible alternative ways for improving the national economy.

A intervenção do Estado na economia não esteve presente, de maneira significativa, como tópicos do debate político na primeira década pós-64.

Se no período anterior ao golpe de 64, marcado por intensa agudização das lutas de classes, a direita atormentava-se com uma provável "parasocialização" (entendida como controle sindical de setores produtivos importantes do aparato estatal) e, portanto, ameaça comunista, por sua vez a esquerda acreditava no avanço operário/popular através das políticas "nacionalistas"; diferentemente, no período pós-64, a relação Estado/economia começa a ser abordada e questionada quando suas consequências são inevitáveis, principalmente em se tratando de um país periférico.

A participação estatal na economia dos países periféricos intensificou-se, sistematicamente, a partir do pós-guerra (1950), paralelamente ao crescimento industrial global e a expansão do mercado internacional, ou seja, a internacionalização das economias nacionais centrais trouxe consigo uma nova divisão internacional do trabalho, na qual predomina a absorção monopolista e opressão financeira das Nações ricas e adiantadas sobre os países pobres.

Se nos países capitalistas centrais aquela participação foi marcante, na maioria dos países periféricos o modo de produção capitalista exigiu a presença estatal como condição básica de forma a compensar as debilidades do mercado interno e da estrutura sócio-política.

A evolução das estruturas capitalistas, e logicamente do Estado capitalista, impõe a presença estatal não somente em serviços públicos mas em setores de infra-estrutura básica e de exportação e, num segundo momento, em setores de produção de bens e serviços intermediários e de capital.

Nesse momento, então, as empresas estatais aparecem como alternativa para preenchimento de determinadas exigências da evolução do sistema capitalista, assumindo, nos países periféricos, o papel de elemento imprescindível (pelo menos em de-

mundial.

Assim, buscamos uma análise econômica que não perdesse de vista certas interpretações sociológicas, procurando reforçar o alicerce das respostas às questões do desenvolvimento econômico brasileiro, no tempo e espaço, considerando, inclusive, as questões decisivas sobre o sentido e condições político-sociais. Isto porque os graus de diferenciação da estrutura social dos diferentes países condicionam de várias formas o desenvolvimento/crescimento econômico.

Acreditar que o Estado capitalista pode resolver os problemas das classes dominadas é uma história que não apresenta epílogo. Esta é uma velha posição influenciada (e penetrada) pelo (no) pensamento burguês que, ao pender de vista as condições estruturais do Estado, confere a este um grau de autonomia do qual carece e, por fim, de forma dialética fetichiza-o. Neste sentido origina-se, principalmente em países como o Brasil, uma série de consequências políticas de cunho reformistas, que passam a ser condições principais e decisivas mas que, no entanto, devem ser entendidas e combatidas, principalmente quando os elos do regime militar começam a ceder e as questões e movimentos operário/populares, pouco a pouco, reanimam-se.

Desse modo, assinalamos que para delinear a análise e discussão em termos adequados e conseguirmos atingir nosso objetivo se fez necessário resgatar uma série de elementos teóricos. O esforço de abstração do primeiro capítulo ainda que pareça demasiado longo constitui, em nosso ponto de vista, um componente indispensável uma vez que permite a elaboração e entendimento da noção do Estado como o que realmente é: a expressão mais acabada da sociedade, produto das suas contradições, o que possibilita escaparmos e entendermos da (a) fetichização de um Estado todo poderoso, independente e acima da sociedade.

Torna possível, ainda, entendermos, finalmente, que o Estado capitalista é fruto das contradições e conflitos de classes da sociedade; é uma categoria do modo de produção capitalista que necessita e complementa as categorias que lhe antecedem; é o último elo necessário à forma de dominação de uma classe sobre outra, o elo necessário para o capital subsumir em si o trabalho.

Do ponto de vista da evolução histórica, caracteristicamente no caso do Brasil, a participação do Estado nos seto

Se nos momentos de euforia econômica os conflitos de objetivos se diluem na perspectiva de satisfação de todos objetivos e necessidades, é nos momentos de contração do ciclo econômico que se exacerba aqueles conflitos.

Nesse contexto, o surgimento das empresas estatais é explicado, muitas vezes, por posturas influenciadas pelos aspectos ideológicos dos apresentadores. Por um lado justifica-se pela debilidade do setor privado ou por um "pseudo-nacionalismo" econômico que objetiva a integração da economia nativa ao mercado mundial. Por outro lado, justifica-se porquanto as estatais desempenhariam função supletiva nos momentos em que as leis do livre mercado falhem na alocação de recursos.

Mesmo existindo as diferentes interpretações que justificam o mecanismo das estatais o fato é que estas empresas passaram a desempenhar papel fundamental no crescimento econômico brasileiro, atendendo muito mais aos interesses da evolução do sistema capitalista global do que ao nacionalismo econômico. Não se pode aceitar simplesmente como fato único que as estatais seriam de fundamental importância social uma vez que atuariam de forma mais equânime na distribuição dos custos e benefícios econômicos através das políticas de tarifas, de emprego e salários.

Tal procedimento não se assemelha a uma via de mão-única. Ele traz em si, embora escamoteado, a forma de expansão do mercado e da demanda de bens e serviços finais os quais tiveram, em grande maioria, seus insumos (bens intermediários) subsidiados pela produção estatal.

É nesse sentido que a empresa estatal atua na maioria dos casos, surgindo como instrumento do Estado capitalista para viabilizar a expansão industrial interna e, por outro lado, em termos do sistema capitalista global, é um elemento reforçador da internacionalização das economias centrais, uma vez que o país periférico à medida que tenta se aproximar da fronteira tecnológica mundial, intensificar o seu ritmo de crescimento e atender a necessidade de expansão, dirige, de forma crescente, suas encomendas de equipamentos ao exterior.

Assim, o capítulo 2 procura demonstrar que o processo de industrialização brasileira sustentou-se, em grande parte, nas empresas do governo, quer seja pelo atraso do desenvolvimento capitalista nativo, quer seja pela condição real de colônia econômica ou, ainda, pela debilidade das estruturas eco-

so industrial brasileiro emerge. Entretanto, este processo apresentou uma característica ímpar: a debilidade de suas estruturas implicou em que a classe burguesa industrial tinha na sua oponente, a oligarquia, a geração de recursos para o sustento de suas condições e desenvolvimento; a fonte da sua acumulação de capital. Daí a necessidade de convivência no tempo.

A maior participação ou a forma direta de ingerência do Estado na economia, exigida pela evolução do processo capitalista, principalmente nos países periféricos, não valida interpretações que procuram evidenciar, com o surgimento do setor produtivo estatal, um rompimento com a lógica do sistema capitalista.

O capítulo 3 procura demonstrar que as mudanças estruturais na economia brasileira, principalmente pós-64, são um aprimoramento para com a reprodução ampliada do capital em escala mundial. Assim, entendemos que a criação das empresas estatais foi, por um lado, um novo elemento que reestruturou e impulsionou o desenvolvimento capitalista nativo, sem ônus para o capital privado hegemônico, sem, contudo, perdermos de vista os atritos gerados com a nova divisão internacional do trabalho. Por outro lado, consolidou condições objetivas para que militares, burocratas e gerentes do Estado reconciliassem seus objetivos com os objetivos do imperialismo e com a propriedade privada.

Nesse contexto, buscamos uma interpretação para o Estado enquanto agente produtor direto e que se apropria de meios de produção via empresas do setor produtivo estatal, considerando que este objetiva interesses que, não só na lógica da aferição da eficiência econômico/empresarial, são conflitantes e contraditórios, e que somente podem ser explicados e entendidos quando se apreende a dialética em que se inserem estas empresas quando da produção de bens e serviços que favorecem ao capital privado hegemônico e/ou quando utilizadas para captação de divisas externas para o fechamento do balanço de pagamentos. Enfim, procuramos um entendimento para as contradições e ambiguidades das empresas do governo isto é, a dupla face de pública e privada destas empresas quando da sua inserção nas relações sociais de produção.

Dentro de uma visão teórica marxista, o conjunto do processo produtivo de mais valia, de reprodução ampliada do capital ou a mercantilização das relações (pessoas e coisas), somente pode ser entendido se a análise apreende, também, o Estado como uma dimensão essencial do capitalismo. Todas as contradições do capitalismo envolvem o Estado como uma aparente "expressão nuclear" desse regime.

Veremos posteriormente que o processo de produção capitalista é tal que, ao mesmo tempo que suas categorias contribuem para o aparecimento do Estado, não subsistiriam sem a "mediação" deste. O Estado inscreve-se no processo de produção e ao mesmo tempo aparenta estar acima das categorias que lhe antecedem.

O Estado seguirá, necessariamente, tendo grande importância, enquanto exista, toda vez que for o "eixo" em torno do qual gira a luta de classes. Como representante de todas as instituições da sociedade e com "falsa aparência" de mediador, o Estado será o "locus" onde as relações econômico/social/política serão mediadas ou sofrerão influências, no seu desenvolvimento, de normas originadas ou derivadas do Estado. Como veremos no transcorrer da exposição estas normas visam a atender os interesses da classe burguesa hegemônica, a que maior influência exerce sobre o Estado.

Tentar entender esta complexidade se faz necessário para captar e analisar os muitos elementos que compõem o desenvolvimento econômico/social/político de qualquer país. Leve-se em conta que a mudança das estruturas econômicas torna transparente determinado processo de relação social entre os grupos e classes sociais, através do qual estes procuram impor à sociedade a forma de dominação que lhes é inerente e que caracterizará o processo de acumulação.

Portanto, nosso entendimento das relações econômicas deve procurar atingir o ponto de intersecção do econômico (enquanto processo social) com sua expressão como dominação social, isto é, a política, porque é através de processo político que uma classe ou grupo econômico impõe ao conjunto da so-

pos de classes visando a desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos.

BCME - BIBLIOTECA

1.1 - Derivação do Caráter de Classe do Estado Capitalista

Partiremos de uma economia cuja característica principal é que seus produtores de mercadorias são individualmente independentes. Eles elaboram produtos que não se destinam ao seu uso pessoal, mas aos outros componentes da sociedade.

Por outro lado, todos os produtores de mercadorias estão vinculados ao sistema econômico produtivo nacional pela divisão social do trabalho, vinculação que se efetua através da troca de mercadorias, que aparecem no mercado de forma despersonalizada, independente de quem as cria, como, onde ou sob quais condições.

Os vínculos entre os possuidores de mercadorias, através da troca, são criados comparando-se o valor dos bens possuídos, isto é, a sociedade, via mercado, regula as transações entre os produtos do trabalho, ou seja, entre as mercadorias (coisas). "A interação e a influência mútua da atividade de trabalho dos produtores individuais de mercadorias ocorre exclusivamente através de coisas, produtos do seu trabalho que aparecem no mercado".¹ Então teremos como uma primeira relação o seguinte esquema:

M → M onde M = mercadoria.

Assim, temos produtores relacionando-se através da troca de mercadorias. Como seus objetivos só se cristalizam no mercado de troca, esta já influenciou previamente sua produção, visto que o produtor deve considerar, quando da sua produção, o que se produz paralelamente no mercado.²

Subjacente a este aspecto está o fato de que nesta atividade produtiva um membro da sociedade está influenciando a atividade produtiva do outro através da sua mercadoria. Aqui encontramos um aspecto fundamental, a forma social do proces-

¹Rubim, I. I. - A Teoria Marxista do Valor. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 22.

²Não existe harmonia prévia entre o processo de produção material e o sistema de relação de produção. Eles se ajustam.

so de reprodução, que caracterizará todo o desenvolvimento do sistema econômico. As coisas adquirirão, na troca, características específicas que não só a organizarão, como também ocultarão as relações de produção entre as pessoas, atuando como nexos entre elas. Como afirma Marx: "uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas"³ isto é, uma fetichização.

O processo como isso acontece é que precisamos procurar entender para atingir nosso objetivo. A transferência de coisas entre os indivíduos estabelece uma relação de produção direta entre eles. Tem um duplo significado, ou seja, material e social. Vê-se que haverá uma estreita relação e correspondência entre o processo de produção das coisas e a forma social em que esta é desenvolvida, ou seja, a totalidade das relações de produção entre os homens. Aquelas são estabelecidas pelo movimento das coisas entre estes; tal movimento deve corresponder às necessidades do processo de reprodução material. Assim, os nexos da produção entre as pessoas serão estabelecidos através desse movimento das coisas.

Se a posse de determinada coisa pelo indivíduo SCME-BIBLIOTE permite manter relação de troca com outro indivíduo nas mesmas condições e, por isso, os indivíduos ocupam um lugar no sistema de relação de produção, poderíamos dizer que essas coisas possibilitam tal relação e que para tanto possuem a virtude de intercambialidade, ou seja, elas têm valor. Assim, temos, nesta sociedade, pessoas mantendo relações de produção diretas, unicamente enquanto proprietários de mercadorias. Então, estas coisas apresentam uma qualidade social, visto que é o vínculo entre os indivíduos da sociedade, um vínculo de relação social particular. Podemos entender esta característica típica da coisa, tornando-a componente da realidade objetiva, isto é, a objetificação que se processa. Teríamos, portanto, as coisas personificadas, existindo com uma determinada forma social.

Por outro lado, as relações de produção entre os homens implica em que uns trabalham para os outros. Mas estas relações se dão através das coisas que os homens possuem e que trocam entre si; daí se conferir uma determinada forma social às coisas, o que implica em materialização das relações sociais de produção.

Mas, o sistema de troca evolui e aqui se faz necessário uma esplanação sobre o elemento que serve de regulador na relação de produção.

As coisas produzidas possuem para alguém um certo valor-de-uso. Para que adentre ao sistema de troca deve ela, possuir, também, um outro valor, qual seja o valor-de-troca que, de início, revela-se como relação quantitativa entre os valores-de-uso. Não obstante, deixemos claro que não se trocarão valores-de-uso iguais, ninguém empregará trabalho em determinada coisa para trocá-la por esta mesma coisa. "Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidades diferentes; como valores-de-troca, sô podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor-de-uso."⁴

Quando prescindimos do valor-de-uso, na relação de permuta evidencia-se a comparação do seu valor. Como as coisas são produtos do trabalho do seu possuidor (produtor), a mensurabilidade entre elas se fará pela quantidade de trabalho nela aplicada, o que irá determinar o seu valor-de-troca. Quando generalizamos para todo o sistema econômico desta sociedade, a magnitude do valor será a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquele determinado valor-de-uso, "o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho".⁵ Assim, chegamos à categoria trabalho como o meio de medição destas relações de produção, expressando-se pelo seu valor, independente das formas de trabalho concretamente aplicadas às coisas, visto que estas são reduzidas a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

Não obstante, dentro do desenvolvimento apresentado, vemos que existe uma objetificação das coisas e, também, que as relações de produção são materializadas. Assim, podemos evidenciar que, como regulador das transações, o valor não é apenas um determinante" da distribuição do trabalho social, mas, também, expressão das relações sociais de produção entre os indivíduos.

Dentro desta visão "o valor é uma forma social adquirida pelos produtos do trabalho no contexto de determinadas relações de produção entre as pessoas."⁶ Assim, estamos tra-

⁴ Marx, K. - op. cit. p. 44

balhando não só com a quantidade de valor, isto é, sua magnitude, como também com o aspecto qualitativo, ou seja, a forma que ele adquire por ser o elo entre os produtores de mercadorias isolados. Aqui, se teria o valor como uma relação social tomada qual uma coisa, uma relação de produção entre pessoas que toma a forma de uma propriedade de coisas.

Assim, tornam-se evidentes os elementos constitutivos do regulador das relações de produção: temos a substância, o trabalho; a magnitude, quantidade de trabalho ou tempo de trabalho; e seu conteúdo, a forma adquirida pelo trabalho, que transforma o valor em valor-de-troca.

Retomando a evolução do sistema de troca, chegamos a necessidade de uma mercadoria que fosse padrão a todas as outras mercadorias permutadas, que facilitasse as trocas e que, necessariamente, fosse uma equivalente geral de todas as coisas trocadas. Teremos assim a seguinte relação:

$$M \longrightarrow D \longrightarrow M \text{ onde } D = \text{dinheiro.}$$

Isto quer dizer que se uma quantidade x de uma mercadoria A equivale a certa quantidade z de uma mercadoria B mediatizada por kD , ou seja:

$xA = kD = zB$, onde k = quantidade e, se $x = k = z$ então necessariamente o valor das mercadorias serão equivalentes, isto é, todas as mercadorias encarnam a mesma quantidade de trabalho ou de força de trabalho.

Por outro lado, quando $x \neq z$, os valores das mercadorias transformam-se em quantidades imaginárias e não iguais do equivalente D , ou seja, em magnitudes de dinheiro (grandezas homogêneas) não obstante as diversas formas que este possui. Os valores são comparados como se fossem essas diferentes quantidades de dinheiro e medem-se entre si, decorrendo daí a necessidade de relacioná-las, tecnicamente, com uma quantidade exata de dinheiro que sirva de medida fixa, isto é, de unidade de medida. Desse modo o dinheiro parece que se autonomiza.

Assim, " a designação monetária do Trabalho corporificado na mercadoria é o seu preço"⁷ Este preço, estipulado e estigmatizado no dinheiro, facilitará a forma pela qual as mercadorias circularão.

Mas, não remontar-se-á à história para entendermos que existe a relação inversa à $M \longrightarrow D \longrightarrow M$, ou seja:

$$D \longrightarrow M \longrightarrow D$$

Esta relação inversa é a forma como o dinheiro se movimenta e irá transformar-se em capital, como veremos a seguir.

Como o ser social age com "certa racionalidade" o possuidor de dinheiro deseja e quer empregá-lo em alguma atividade de que o devolva acrescido de certa quantidade. Se agir no âmbito da compra e venda de mercadorias (capitalismo mercantil) o objetivo será a venda da mercadoria adquirida, por uma quantidade superior, ou seja:

$$D \longrightarrow M \longrightarrow D' \quad \text{onde } D' = D + \Delta D$$

Mas para o possuidor do dinheiro isto ainda não lhe satisfaz, é melhor e mais rentável apoderar-se do processo que gera valor e dele usufruir. Como dono do dinheiro que movimentará tal processo, "o conteúdo objetivo da circulação em causa - a expansão do valor - é a sua finalidade subjetiva (...) nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucro".⁸

Se é o trabalho que encarna valor, que cria valor, então deve-se sair da esfera da circulação e adentrar à esfera da produção, pois é aí que se cria valor e se produzem mercadorias, que estão encarnadas de valor. Nesta esfera, precisa o possuidor do dinheiro não só daquilo que cria valor, a força de trabalho⁹ como também de produtos e instrumentos (meios de produção) nos quais a força de trabalho adquirida possa encarnar, adicionar valor, que é o seu objetivo.

Quando adquire a força de trabalho, o dinheiro a considera uma mercadoria qualquer. Aqui, então, inicia-se a trama de se fazer e desenvolver o processo gerador de valor. Para fazer tal aquisição é necessário ao dono do dinheiro encontrar o possuidor da força de trabalho disposto a vendê-la como condição de sobrevivência tal qual uma mercadoria qualquer que tenha valor-de-uso para alguém. Assim, a relação se dá entre possuidores de mercadorias como se viu anteriormente. Mas e o valor da força de trabalho? Este será considerado como sendo igual ao valor dos meios de subsistência que o operário ne

⁸ Marx, K. - op. cit. 172.

⁹ Por força de trabalho entendemos "a capacidade do conjunto das faculdades físicas e mentais, existente no corpo e

cessite para sua sobrevivência e reprodução, ou seja, é igual a quantidade de trabalho que aqueles meios de subsistência em carnam. Assim teremos:

MS = meios de subsistência

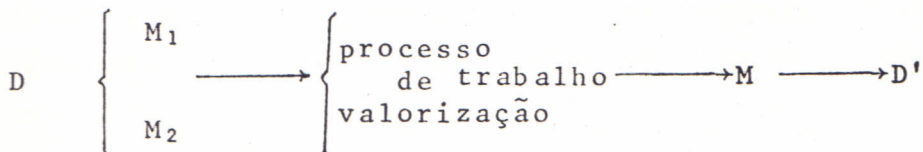
LMS = kD = wFT onde

L, k e w = quantidades

Para o dono do dinheiro, tal troca¹⁰ lhe autoriza a utilizar a força de trabalho pelo tempo estabelecido entre as partes. Para o trabalhador, o dinheiro equivalente a sua força de trabalho cedida é o salário com o qual sobreviverá e se reproduzirá.

Aqui haverá três momentos característicos que diferem este novo estágio de troca dos anteriores. Primeiro, a troca que se fez entre FT X D (aquisição de uma mercadoria), na esfera de circulação, se deu em condições de igualdade de coisas como anteriormente. Segundo, o trabalho é controlado por quem o comprou, de maneira que pode utilizá-lo (durante o período de tempo acertado) da maneira que entender e em harmonia com produtos a serem transformados (instrumentos e matérias-primas). Por último, o fruto do processo produtivo é de propriedade não do trabalhador que o criou, mas do dono da sua força de trabalho (o comprador desta). Aquele que possui dinheiro tem como objetivo aplicá-lo em tal processo, de forma que as mercadorias aqui produzidas apresentem um valor mais elevado do que o valor das mercadorias necessárias para tal produção, isto é, "a soma dos valores dos meios de produção e da força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado".¹¹

Assim, teremos um novo estágio dado pela relação:



onde M_1 = a força de trabalho; M_2 = meios de produção. Consideradas em essência como mercadorias.

Se abstrairmos o valor de M_2 , devido ao fato deste já possuir trabalho pretérito e no processo de produção ser

¹⁰A equivalência é tal qual a troca como se viu anteriormente, ou seja, medido o valor dos produtos pela quantidade

social (uma categoria) que ultrapassa a si mesma e não pode ser entendida sem as categorias que lhe antecedem. "Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior (...) do desaparecimento de toda uma série de antigas formações de produção social. (...) Investigando as circunstâncias sob as quais todos os produtos ou a maioria deles tomam a forma de mercadorias, ter-se-ia verificado que isto só ocorre num modo especial de produção, a produção capitalista".¹²

Evidencia-se, portanto, neste modo especial de produção, uma característica fundamental: a contradição entre o capital e o trabalho. Esta é escamoteada quando da compra da força de trabalho na esfera da circulação no momento em que o trabalhador defronta-se com o dinheiro no mercado. A fetichização que se dá gera uma pseudo-igualdade na troca destas mercadorias que só será desmistificada quando analisarmos a coisificação, ou seja, entendermos todo o processo de desenvolvimento da troca de mercadorias específicas através da força material das coisas que as relações adquirem; personificam-se as coisas e materializam-se as relações de produção.

O escamotear da contradição $K \times L$ irá desenvolver-se na esfera da produção e daí a necessidade de entendermos todo o processo das relações sociais de produção que está por detrás da generalização das mercadorias, isto é, entender toda a objetificação e coisificação que estas expressam. Quando entendemos a fetichização, podemos ver que as relações subjacentes a este modo de produção adquirem uma forma material e não podem existir a não ser desta maneira.

Esta necessidade advém do fato de que o processo de acumulação patenteia a contradição $K \times L$ e é um elemento desfetichizador, embora não seja manifesto. Isto porque, quando a força de trabalho confronta-se com o capital a igualdade que se faz é falsa, este subsume àquela. A força de trabalho é mercantilizada por condições outras que já existia, isto é, a separação dos meios de produção dos produtores individuais; a separação da sociedade em classes - proprietários e não proprietários e a dominação dos primeiros sobre o segundo. o desenvolvimento do processo capitalista solifica e aprimora a sociedade classista. A acumulação desmistifica a aparência i-

gualitária do sistema, explicitando-o como ele realmente é, um sistema de relações sociais de produção em que a classe capitalista impõe seus meios, sua hegemonia, sobre a classe proletária.

Portanto, como este é um processo que se materializa via coisas, é necessário entender o econômico paralelamente ao político/social, porque o desenvolvimento é, em si mesmo, um processo social no qual os seus aspectos econômicos deixam transparecer a teoria das relações sociais subjacentes. Para tanto o desenvolvimento do processo necessita de um complemento que não só garanta o capital e regule e mantenha as relações de produção com aparência igualitária, como também compo- nha a parte constitutiva da própria instituição da relação de troca. E, ainda mais, das relações sociais de produção.

Necessitar-se-á, portanto, de "algo" que esteja simultaneamente dentro e fora do capital e suas leis e que também se conceba como uma categoria. Em outros termos, que participe e se derive do capital pois desse modo participará e institucionalizará - com falsa aparência - a própria instituição da relação de produção.

BCME - BIBLIOTECA

Desse modo, ter-se-ia o "elo" necessário à forma de do minação de uma classe sobre a outra; o predomínio dos interes- ses da classe dominante, na qual se condensa toda sociedade ci vil de uma época.

E o estágio de desenvolvimento que o processo de produ- ção capitalista atinge necessita do surgimento dessa institui- ção com aparência de mediador. Uma instituição com caracterís- ticas peculiares do próprio processo de produção e que se in- sira no jogo das relações entre pessoas, grupos e classes so- ciais; o surgimento do Estado deve ser "... entendido, simulta- neamente, como uma colossal superestrutura e o poder organiza- do de uma classe social em seu relacionamento com as outras classes".¹³

O surgimento do Estado não se dá de forma exterior à sociedade, pelo contrário, é fruto de um processo de produção explorador que fundamenta-se na desigualdade social, mas que necessita da sua institucionalização para poder evoluir e a- primorar-se cada vez mais; "O Estado não é pois, de modo al- gum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro. Tão

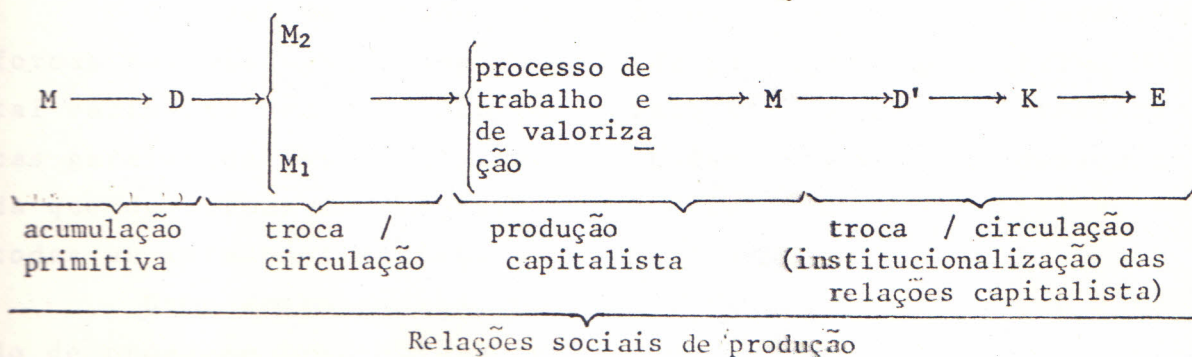
pouco é a realidade da idéia moral ou imagem da razão. É antes um produto da sociedade quando esta chega a um determinado estágio de desenvolvimento. É a enredação da sociedade numa contradição consigo mesma, que não consegue, e que jamais conseguirá, conjurar".¹⁴

O Estado não paira sobre a "sociedade civil" nem exprime a vontade geral. A contradição inerente ao modo de produção capitalista precisa, para sua institucionalização, que todas as instituições que nele se originem tenham como mediador - embora de forma ilusória - o Estado e, dessa forma, adquiram uma configuração política.

E assim se dá porque o processo de produção capitalista é elitista, excludente, baseado numa liberdade que tem seus limites definidos "a priori" por uma classe opressora. Ao sistema capitalista é inerente a contradição capitalXtrabalho e os conflitos subjacentes, os quais o Estado procurará amenizar e não elucidar, dado que esta categoria insere-se na categoria que lhe antecede e dela se origina. "O Estado não poderia surgir nem manter-se se a conciliação de classes fosse possível. O Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma 'ordem' que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classe".¹⁵

BCME-BIBLIOTECA

Dentro desse raciocínio, ter-se-ia o surgimento do Estado capitalista originado da contradição do modo de produção, isto é, da necessidade objetiva da acumulação de capital e da relação social subjacente. A acumulação não exclui o jogo das classes sociais, pelo contrário, é fruto das lutas de classes e, através delas, influencia seu curso e intensidade.



onde E = ESTADO

¹⁴Engels, F. - A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado. 4a. Ed. Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 225.

¹⁵Lenin, V. I. - O Estado e a Revolução. 2a. Ed. Portugal, Editorial Estampa, 1978, p. 18.

A presença do Estado se inscreve em relação ao conjunto dos capitais. E como categoria não pode ser concebido sem a categoria que lhe antecede, o capital. O Estado não é externo ao capital, entretanto, não pode ser reduzido a este. O Estado sofre e influencia a lei do valor no seu andamento. Embora a reprodução do capital não se complete sem a presença do Estado, este não é o capital; um laço orgânico os vincula e traduz a sucessão das categorias.

Assim, o caráter de classe do Estado torna-se explícito. Como categoria que participa, e que também tem suas raízes no capital, que não pode ser entendido como soma de valores mas como uma relação social, é o órgão representante dos interesses do capital, originados do processo social de reprodução, o qual não deve ser entendido como algo independente e à margem da luta da classe operária, em confrontação constante, embora em graus diferentes dependendo do país, com a burguesia.

Logicamente, para realizar-se, o Estado não aparece para os cidadãos como resultado de antagonismos, como um leque de contradições. No seu processo de realização já aparece fetichizado¹⁶; aparece como uma forma abstrata, como ato da vontade coletiva, como forma externa da "sociedade civil".

Portanto, nas leis do desenvolvimento capitalista não se pode admitir uma autonomicidade do econômico, donde as lutas de classe só intervenham lateralmente ou em outra esfera da realidade, isto é, as formas concretas da acumulação não são independentes da correlação das forças burguesia X proletariado. É nesse sentido que se nota a profunda interligação entre as condições econômicas e as lutas de classe.

O papel do Estado variará no tempo e nas diferentes formas sociais submetidas ao modo de produção capitalista. Mas tal variedade não pode ocultar o fato de que as "características gerais" do Estado capitalista podem ser encontradas, ainda que de formas consideravelmente diferentes e múltiplas, em todas as formações sociais do capitalismo.

Como consequência, não seria exagero afirmar que o modo de produção capitalista tenha dado forma a um Estado que o represente e seja um componente dele. Não porque esse modo de produção tenha sido o único a gerar um sistema político es

¹⁶O Estado não torna manifesto seu caráter de classe, pelo contrário, procura demonstrar que se norteia por

triturado, hierarquizado.

Entretanto, surge um problema quanto a questão do caráter de classe nos países onde o processo capitalista se dá com certo atraso, países que desempenhavam, e ainda sofrem pressões para desempenhar, um papel de colônia ou semi-colônia e que dentro da divisão internacional do trabalho vigente eram (são) fornecedores de matérias-primas para os países pátria do capitalismo.

Como parte integrante de uma economia mundial, embora desempenhando papéis secundários, estes países periféricos¹⁷ sofrem ingerências nas suas relações de produção pela necessidade de adaptação ao desenvolvimento da economia mundial como um todo, da qual é um componente.

Mas, a maneira como se desenvolve este processo é intrínseca a cada um desses países periféricos. Mesmo porque "... o aparecimento e florescimento do modo de produção capitalista não foram gerados e produzidos pelo desenvolvimento das contradições internas. Esse modo de produção (...) foi de certo modo trazido do exterior¹⁸. Mas, apesar da posição de influenciados, isto é, países que tiveram que adaptar seu modo de produção à projeção do capitalismo, para estes países a base de organização social, ou seja, a base econômica, é de impossível exportação. O que ocorreu foi, na realidade, a "projeção espacial externa" de um processo intrínseco do capitalismo, que apesar da sua contradição - o caráter social da produção e a forma privada da apropriação - encontra características autóctones inerentes às formações sociais de cada país.

¹⁷A admissão dos termos "centro" e "periferia" é em função dos papéis que cada país desempenha dentro da economia mundial, a qual impõe à periferia, "a priori", uma divisão internacional do trabalho que implica, para este segmento de países, uma situação de dependência e subordinação com relação ao centro.

¹⁸Salama, P. et al - O Estado Superdesenvolvido. São Paulo, Braziliense, 1983, p. 29. No entanto, como salienta o autor, não se pode generalizar para todos os países periféricos, visto que em alguns deles, por exemplo a Índia, as relações mercantis e depois o capitalismo tinham se desenvolvido antes de sua inclusão como país periférico. "A conquista - e a divisão internacional do trabalho que foi imposta - traduziram-se num processo de involução (...) Pode-se considerar que, em razão dessa involução e suas consequências, o florescimento do modo de produção capitalista é, mesmo nesses casos, mais um produto das exigências do centro do que produto das contradições internas da sociedade" Op. cit p. 179.

1.2 - O Caráter de Classe do Estado nos Países Periféricos - O Estado no Brasil

ECME - BIBLIOTECA

Em primeiro lugar, a análise do processo do desenvolvimento capitalista nos países periféricos deve levar em consideração que tal processo se dá num contexto específico, ou seja, trata-se de um processo de desenvolvimento atrasado, incompleto e principalmente bloqueado. Assim, procurar derivar o caráter de classe do Estado nestes países através da sucessão de categorias como fizemos anteriormente, não é possível porque a "... generalização das mercadorias não é efetiva; e a questão nacional não pode ser eludida"¹⁹. Isto devido às relações mercantis se difundirem de maneira diferente da ocorrida nos países centro, destruindo, adaptando ou tentando adaptar as relações de produção capitalista - e às vezes até incentivando relações de produção não capitalista - sem necessariamente considerá-las à lógica da valorização do capital.

Por outro lado, esta impossibilidade implicará que o regime político dos países periféricos buscará legitimar-se sobre bases completamente diferentes daquelas sobre as quais os regimes dos países do centro se legitimaram, principalmente porque para os países periféricos o processo de sua formação como Nação ainda está em curso.

Mas, deixemos claro que, apesar de não ser efetiva, a generalização da mercadoria existe, impondo-se e predominando na formação social.

Portanto, para entendermos o caráter de classe do Estado nos países periféricos, é mister procurarmos captar a maneira pela qual se desenvolve a estrutura econômica da sociedade. Entendemos estrutura econômica como proposto na "Contribuição à Crítica da Economia Política": "Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas

¹⁹ Idem, idem.

BOME-BIBLIOTECA

formas de consciência social"²⁰ .

Tornam-se necessárias algumas considerações sobre certos conceitos de determinados elementos que compõem a definição acima. Quando Marx refere-se a consciência social, está considerando, a nosso ver, o conjunto de relações sociais, isto é, idéias políticas, jurídicas, religiosas, morais, filosóficas, artísticas etc, que nascem no espírito dos homens e que representam a forma sob a qual tomam consciência daquelas relações. Entendemos como ideologia essas idéias sociais e o seu conjunto sistematizado; e as atividades psíquicas decorrentes ou influenciadas por algumas dessas idéias, como atitudes psico-sociais. Em decorrência disso, a superestrutura é entendida como parte dos elementos da consciência social indispensável para que exista certo modo de produção - as forças produtivas e as relações de produção que lhe correspondem -, cujo centro de organização é uma dada espécie de propriedade dos meios de produção.

Isto posto, procuraremos entender o desenvolvimento da estrutura econômica dos países periféricos dentro de um marco de conexão universal, segundo o qual esse desenvolvimento deve ser interpretado "na integral dinâmica contraditória dos seus aspectos constitutivos; na intrincada trama dialética de sua composição estrutural, em seu necessário condicionamento por leis sociais objetivas"²¹. Entendemos, ainda, que a conexão universal estabelece que tanto na natureza como na sociedade não se pode estudar coisa ou processo totalmente isolado do todo ao qual pertence.

Por isso, devemos procurar a relação recíproca entre os fatores internos e externos causadores do movimento de mudanças na estrutura econômica dos países periféricos, lembrando que são os primeiros as causas básicas, enquanto que os segundos agem à maneira de complementariedade através das contradições que lhes são próprias.

Utilizando-se do modelo apresentado por Oskar Lange²².

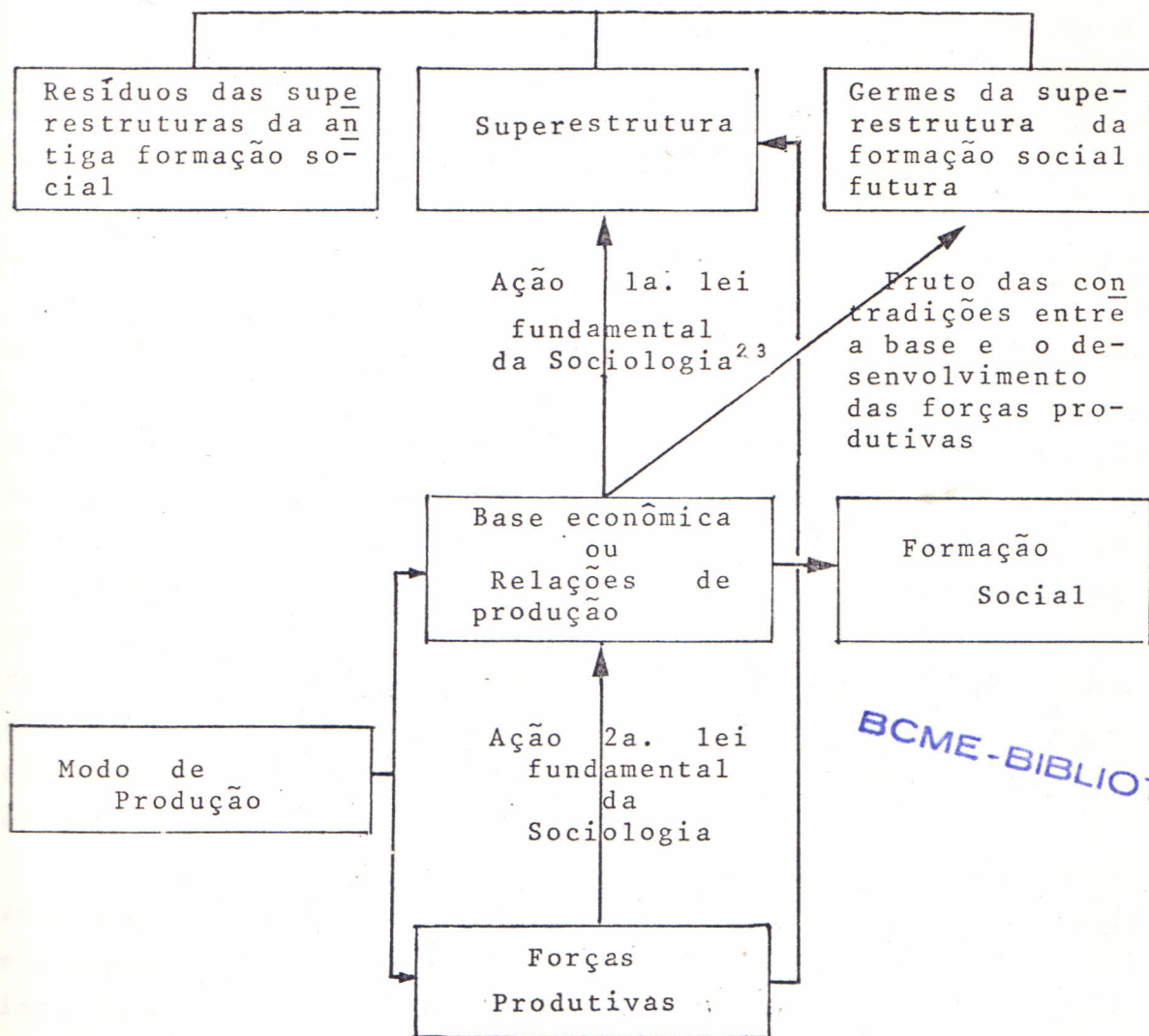
²⁰ Marx, K. - Contribuição à Crítica da Economia Política - 2a. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p.24.

²¹ Aldana, R. L. - Dialética do Subdesenvolvimento - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 64.

²² Lange, O. - Moderna Economia Política - Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, p. 42.

tentaremos mostrar o desenvolvimento do processo capitalista e, por conseguinte, evidenciar o caráter de classe do Estado nos países periféricos.

Estrutura e Desenvolvimento Social



Quando Marx define estrutura econômica e refere-se às "... relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais", torna-se evidente que é o desenvolvimento das forças produtivas o principal estímulo de mudança da formação social. Assim o é porque as relações sociais, as idéias sociais e as atitudes psico-sociológicas possuem um caráter conservador enquanto as forças produtivas encontram-se em modificações incessantes, elevando-se a um nível de desenvolvimento cada vez maior.

Assim, existe uma correspondência necessária entre as

²²"Por Sociologia, entendemos a ciência das leis que regem o desenvolvimento das sociedades humanas". Lange, O. -

relações de produção e o caráter das forças produtivas - a isso Lange chamou de primeira lei da sociologia. Portanto, as relações de produção, e principalmente sua base, a propriedade dos meios de produção, adaptam-se ao estágio das forças produtivas.

Mas esta correspondência não ocorre harmonicamente. Devemos entender o modo de produção como uma unidade dialética, como uma contradição e, portanto, como uma realidade dotada de vida e movimentos contraditórios. No percurso do seu desenvolvimento, as forças produtivas e as relações de produção (elementos do modo de produção) passam por fases e situações diversas, nas quais a dinâmica do mundo social, terá, forçosamente, traços específicos.

Por conseguinte, a contradição inicial entre força produtiva e relações de produção, pelo desenvolvimento da primeira, gera duas situações: quando estas relações adaptam-se às primeiras, criam estímulos para o seu desenvolvimento através de mudanças quantitativas no modo de produção (a vinculação que ocorre entre elas cria novas relações sociais que farão com que o modo de produção seja um todo interiormente equilibrado); quando a adaptação é prolongada, as relações de produção tornam-se empecilhos ao desenvolvimento das forças produtivas e, diferentemente da primeira situação, as transformações quantitativas (mudanças na base econômica) ocorrerão de forma "explosiva".

A resolução desta contradição origina um outro movimento contraditório, qual seja, a nova base econômica ou modo de produção contrasta com a superestrutura da formação social. Chega-se a um período histórico de importante acumulação quantitativa, tendente a transformação qualitativa. Como o modo de produção capitalista é caracteristicamente antagônico "... devem existir relações jurídicas e políticas necessárias ao poder do Estado para proteger o privilégio da propriedade dos meios de produção em favor de certa camada da sociedade; devem também nele existir idéias morais, religiosas e filosóficas capazes de convencer o conjunto da sociedade da justiça da propriedade dos meios de produção existente"²⁴, como também da pseudo igualdade entre a relação capital X trabalho quando estes defrontam-se no mercado.

Daí evidenciar-se a segunda lei da sociedade, segundo a qual existe uma correspondência entre a superestrutura e

a base econômica que lhe corresponde. Portanto, da pugna entre as mudanças quantitativas e mudanças qualitativas, implicando resolução das contradições, origina-se, necessariamente, uma nova formação econômico/social que tem origens no desenvolvimento do caráter das forças produtivas.

Assim, dentro desse processo dialético - surgimento e resoluções de contradições, seus movimentos contrários -, o processo de passagem de uma formação sócio/econômico para outra consiste no aparecimento de uma série de contradições às quais se segue todo um conjunto de adaptações, com tendências à resolução destas contradições, adaptações que terminam com uma nova formação social adaptada ao novo modo de produção.

É importante salientar que as superestruturas que irão corresponder às novas relações de produção, que no caso dos países periféricos podem ser influenciadas pelo exterior, diferem segundo os países e segundo o fundo histórico sobre as quais se constituem, ou seja, existem, no quadro do mesmo modo de produção capitalista, nítidas diferenças no conteúdo das superestruturas de país para país, e, principalmente, diferenças marcantes se considerarmos o aspecto global de consciência social. Um modo de produção igual não exclui, por conseguinte, a existência de estrutura de consciência social e de superestrutura diferentes uma da outra.

Neste sentido, a regularidade desse processo de formação social funda-se no caráter conservador, tanto da base econômica quanto da superestrutura. No modo de produção capitalista, existe ainda outro fator que acentua esse caráter conservador. É o interesse da classe que impõe as relações de produção, interesse de garantir e manter a propriedade dos meios de produção, as relações subjacentes e sua superestrutura. Esta classe, mais ou menos consciente - contando com a conivência de determinados membros da sociedade cuja posição econômica e social não decorre das relações de propriedade dos meios de produção, mas sim dos traços específicos de uma dada superestrutura²⁵ - aproveita o caráter já conserva-

²⁵Atualmente é o que costumam denominar de "burguesia de Estado", isto é, os tecnoburocratas, que para continuarem como tal advogam toda e qualquer ortodoxia que defenda os interesses da superestrutura. "A sociedade cria certas funções comuns, de que não pode prescindir. As pessoas indicadas para essas funções passam a constituir um novo ramo da divisão do trabalho dentro da sociedade. Assim, passam a defender interesses especiais, opostos aos interesses dos mandatários que lhe outorgaram tal mandato. Tornam-se independentes frente a estes mandatários e ao Estado". Marx, K. Engels, F. - Obras Es-

dor dos elementos anteriormente citados e reforça-lhes ainda mais este caráter em proveito próprio, sobretudo por meio do Estado e das relações jurídicas decorrentes. Daí, uma ou mais classes oporem-se às formas de relações existentes e aparecer as lutas de classes.

Desse modo, historicamente as contradições agem como uma espécie de "zona imantada" relativamente a toda problemática econômico/político/social, propiciando, assim, os contornos específicos do desenvolvimento das formações sociais. Isto se exprime no fato de que, sob o ponto de vista da composição classista nos países periféricos, as classes tipicamente interessadas na superação das contradições são os operários e trabalhadores rurais que se confrontam, simultaneamente e especialmente, com o latifúndio, burguesia nacional e o imperialismo.

Portanto, o caráter de classe do Estado nos países periféricos origina-se das contradições dos elementos constitutivos da estrutura econômica, do processo dialético por que passam suas formações econômico-sociais e das contradições das relações de produção geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas que necessitam acompanhar o processo evolutivo da economia mundial. Não se pode, portanto, pensá-lo como originário da economia mundial constituída, não obstante os fatores externos participem e influenciem os movimentos contraditórios. São as contradições internas da estrutura econômica e social, isto é, base econômica X superestrutura, que precisam conciliar-se ao modo de produção dominante.

Assim, verificamos que o comportamento da formação econômico-social dos países periféricos não depende somente do modo de ação dos elementos da economia mundial constituída ou da forma como ela mediatiza as leis da acumulação do capital do centro para a periferia; mas, também, da maneira como as ações dos diferentes elementos do subsistema estão ligados entre si e das relações entre países específicos, denotando ou não relações de dependência. Assim sendo, as causas externas são a condição necessária, enquanto que as causas internas constituem as bases da mudança.

Torna-se mister justificarmos nossa aceitação quanto ao processo utilizado. Quando procuramos entender o caráter de classe do Estado nos países periféricos através das mudanças de sua formação econômico-social, estamos procurando caracteri

"... E é precisamente por esta contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma forma autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, (...) Daqui resulta que todas as lutas no seio do Estado não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si..."²⁶

Portanto, estamos procurando caracterizar um estágio específico por que passa um país periférico em presença de uma ampla estrutura econômica mundial. Daí entendemos que os elementos específicos não podem separar-se completamente do todo, e, também, que, em determinadas passagens, aqueles elementos apresentem-se como fatores decisivos e principais. Por isso, em determinados estudos²⁷ existem críticas quanto ao fato de contemplar o estudo de forças políticas como determinantes do caráter de classe do Estado. É necessário entender que "... quando a superestrutura (política, cultura etc.) obstaculiza o desenvolvimento da base econômica, as reformas políticas e culturais se convertem em fatores principais e decisivos. Ao dizer isso colocamo-nos contra o materialismo? Não. O caso é que, embora reconheçamos que, no desenvolvimento da história em seu conjunto, as coisas materiais são as que determinam as espirituais, também reconhecemos, ao mesmo tempo, e devemos reconhecer, a reação das coisas espirituais e da consciência social sobre a existência social e a relação da superestrutura sobre a base econômica. Isto não é colocar-se contra o materialismo; isto é, precisamente, evitar o materialismo mecanicista e defender com firmeza o materialismo dialético"²⁸

Não podemos privilegiar determinado elemento da estrutura econômica mundial ou do próprio país, tais como influência externa, forças políticas internas, etc, isoladamente e como responsável direto pelas mudanças nas formações sociais dos países periféricos. Ao contrário, é preciso conservar a questão de perspectiva mais ampla, em torno da articulação mais ou menos contraditória do processo de acumulação e da legitimação no nível social. Temos como ponto fundamental que" ...

²⁶ Marx, F. e Engels, F. - A Ideologia Alemã - Biblioteca do Marxismo/Leninismo, Lisboa, Editorial Avante, 1981, p. 41.

²⁷ Salama, P. et al - op. cit. p. 162.

todo esse processo (o de constituição do modo capitalista de produção) se explica por causas puramente econômicas, sem que seja necessário, nem uma só vez, que intervenha a rapina, a violência, o estado, nem qualquer outra ingerência política".²⁹

Isto posto, analisando o modo de intervenção do Estado, bem como as características que ela assume, além de sua presença na estrutura econômica através do regime político - que é a forma de explicitação do Estado -, ter-se-á o instrumento para atender essa presença dentro das relações de produção atuais nos países periféricos, entendendo, como já assinalado, que o processo político é a maneira pela qual se impõe o sistema de relações sociais de produção, a instância através da qual a classe dominante estabelece a sua hegemonia sobre a sociedade.

BCME - BIBLIOTECA

1.3 - Intervenção e Mistificação Econômica do Estado

Nos países periféricos, como o Brasil, o Estado apresenta-se, no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, desempenhando um papel de maior importância que nos países do centro. Aparentando ser o produtor direto das relações de produção capitalista, ele não apenas garante a manutenção dessas relações, como também as produz e é o "locus" onde se cristaliza a necessidade de reprodução do capital, bem como o elemento necessário para essa reprodução.

Instituir essas relações num meio que não é capaz de produzi-las, pelo fato de que as relações de produção vigentes eram fortes obstáculos, só é possível através da coerção. Eis porque os momentos de transição marcantes pelos quais os países periféricos passaram e, especialmente, o Brasil, foram assinalados por um período de "mão de ferro", um período no

²⁹ Engels, F. - Anti-Duhring - Citado por Galvão, L.A. - Capital ou Estado?: Introdução à Crítica Política. São Paulo, Cortez, 1984, p. 77. Apesar de denotar um caráter de ambiguidade, a citação quer expressar o papel subalterno que Engels atribuiu à política. Daí não se deve concluir que o modo de produção capitalista independa do Estado. Como Engels coloca anteriormente "a idéia de que os fatos políticos sejam os motores determinantes da evolução histórica é tão antiga como a própria história e é também a principal causa de que saiba-

qual os golpes de Estado utilizaram-se da violência e repressão para estabelecer novas estruturas econômico/social/políticas. Em toda a história, a violência/repressão precederam a legitimação.

Evidentemente a expansão do modo de produção capitalista para estes países não encontrou uma burguesia industrial compacta mas, pelo contrário, uma burguesia que cresceu à sombra do latifúndio agro-exportador e, por isso, apresentava debilidade para impor transformações na estrutura econômica.

Após a crise de 1929, o processo de acumulação da estrutura econômica brasileira teve seu eixo deslocado para o setor industrial. Aí então, podemos caracterizar um período de transformação qualitativa desta estrutura, apresentando como corolário um certo aumento da homogeneização da burguesia industrial, adquirindo portanto características mais específicas do modo de produção capitalista que se expandia, mediatizado pelo comércio internacional. Paralelamente, houve o crescimento do intervencionismo estatal, que supriu as deficiências do poder de transformação da classe burguesa, decorrendo daí a necessidade do setor produtivo estatal se tornar ativo.

O fundamento da intervenção estatal crescente apoia-se nas dificuldades da reprodução da nova relação de produção e dominação. A passagem da situação de agro-exportação para industrialização, voltada para o mercado interno, traduz-se por uma modificação na formação social, embora a superestrutura desta nova formação social, neste início, dividisse forças antagônicas de intensidade semelhantes. O desenvolvimento dessa nova base econômica de produção fornecerá o alicerce para solidificação das alterações das relações de dominação, implicando um processo de autonomização do novo eixo de acumulação. No entanto, não se pode excluir desse processo sua complementariedade à divisão internacional do trabalho, não obstante, as tentativas de inverter o peso desta divisão.

A intervenção pública nos países periféricos pode ser entendida como uma maneira pela qual se tenta diminuir a defasagem do desenvolvimento das forças produtivas centro-periferia. Todavia, isto não quer dizer que o Estado se desinteresse pelas desigualdades sociais. Como garante e mantenedor da aparência igualitária das relações de produção, sem tentar suprimi-la, pode reduzir-lhe os excessos e atenuar suas

consequências.

A amplitude dessa intervenção e seu aperfeiçoamento favorecerá a industrialização nesses países e, desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas, que é acompanhado pelo seu sêquito de misérias. "O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, (...) e quanto mais forças produtivas coloque sob sua tutela mais se transformará de capitalista coletivo ideal em capitalista coletivo real, à medida que aumente os cidadãos aos quais explorará."³⁰

No entanto, não se pode considerar o setor produtivo estatal como um puro competidor do capital privado. Se assim o fosse, estaria o Estado refutando sua própria existência, representando-se a si mesmo, rompendo o ciclo da reprodução ampliada do capital, colocando-se, não aparentemente, acima das classes, isto é, sendo determinante e não determinado pelas lutas de classes.

Por outro lado, pensar que o procedimento do Estado, no Brasil, apresenta características de economia socialista³¹ - uma forma de sociedade sem classes, que seria alcançada, principalmente, pela transferência da propriedade privada para o domínio do Estado e pela substituição da livre empresa por um planejamento central estatal - entendendo a propriedade estatal como propriedade popular, é aceitar um discurso que escamoteia a essência classista do Estado. Não é a "pseudo planificação" estatal, representada, como no Brasil, pelos PNDs, nos quais os objetivos limitam-se ao papel, que existirão traços de socialismo. Essa é a ideologia burguesa, que procura mascarar sua utilização do Estado e, assim, escamotear seu caráter de classe.

É necessário apreender as diferentes formas que assume a propriedade capitalista, as quais estes dêbeis discursos não conseguem mascarar na sua totalidade, ou talvez mesmo captar. Estas diferenças têm por base a contradição entre as relações de produção reais e as categorias jurídicas.

³⁰ Engels, F. - Anti-duhring - Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1945, p. 370.

³¹ "O processo de estatização alcança todos os setores da economia nacional. Não se pode negar que o Brasil caminha a passos largos para um sistema político do capitalismo de Estado. (...) LENIN In "Las Tesis de Abril" - recomenda a estatização do crédito como medida primordial para implantar o sa

Não podemos entender a propriedade estatal como difusão da propriedade porque o Estado representa a Nação - e conseqüentemente a propriedade pertenceria a todo o povo. Pelo contrário, o processo de expansão e modernização do capitalismo gerou nos países periféricos a necessidade de organização e interação de empresas do Estado, de maneira a integrá-lo na globalidade do processo de reprodução/acumulação do capital.

Do mesmo modo, o surgimento das sociedades anônimas não implica participação na propriedade dos meios de produção por todos os acionistas. Criou-se a ilusão de propriedade diluída entre acionistas quando na verdade o que existe é a apropriação e gerenciamento da coisa alheia, escamoteada pelas leis do mercado de capital.

Em nenhum desses dois momentos existiu, respectivamente, a democratização da propriedade e a do capital. Na realidade, estes são momentos da evolução e expansão do modo de produção capitalista, na ansia de cada vez mais acumular e facilitar a reprodução do capital hegemônico.

Na realidade, do ponto de vista das relações de produção, ambas as formas de propriedade capitalista expressam, isto sim, uma nova forma de ampliação da reprodução do capital que é a centralização do capital, isto é, blocos de capitais combinando-se entre si. No Brasil particularmente o sistema de crédito e financiamento serviram de potente instrumento para a centralização do capital.³²

Assim, antes de difusão da propriedade o que capitamos é uma evolução de forma, um dinamismo que corresponde, de fato, a uma agudização das características intrínsecas do capitalismo. Poder-se-ia, inclusive, entender a centralização de capital como uma tentativa de amenização da contradição entre a crescente socialização das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção. Daí as sociedades anônimas, a propriedade estatal etc. Ainda mais, esta propriedade estatal não suaviza o caráter de classe do Estado, pelo contrário, é um sintoma de um caráter cada vez mais capitalista da sociedade, ou seja, uma nova força que contribui para a repro

³² "A burguesia suprime cada vez mais a dispersão da população, dos meios de produção e da propriedade. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (...) Durante seu domínio, apenas secular, criou forças produtivas mais poderosas e colossais

dução do capital.

Essas formas, engendradas pelo processo de acumulação, implicaram a necessidade de uma política econômica, com o fim de balizar a evolução do volume da estrutura da intervenção pública. Assim, principalmente no Brasil, pode-se periodizar a atividade econômica, caracterizando seus momentos de evolução econômica, social e política.

Convém notar que a intervenção pública não se define a cada momento em relação a evolução da luta de classe. O sistema político institucionalizado pode ter sido herdado (por isso encontrar-se nas diferentes superestruturas das formações sociais dos diferentes países, germes da antiga superestrutura) de um período de violência e repressão e ajustar-se, com o tempo, às lutas de classes na sua "ebulição". Por isso, em alguns casos, poderá haver situações em que exista contradição entre a função de acumulação e a busca de legitimação/representatividade junto a sociedade, quando esta for de maior necessidade, inclusive para implementação daquela acumulação. Às vezes a acumulação implica um déficit à legitimação. Esta é uma característica da economia brasileira após o segundo choque do petróleo, quando a economia mundial iniciou um processo de redirecionamento das formas de acumulação.

Mas, existe uma lógica própria à economia mundial que transcende a de cada país, quer seja do centro ou da periferia. As leis de acumulação têm efeitos diferentes nos dois "locais". Existe a necessidade de entender a mediação da economia mundial no desenvolvimento do país periférico, mesmo porque aquela impõe a este um papel dentro da divisão internacional do trabalho. Não se quer dizer que este papel seja consequência do confronto direto centro/periferia, nem que, também, o país periférico não procure se libertar de tal papel.

Ora, como existe uma "projeção espacial do capitalismo", os países periféricos são levados a incluir-se nesse modo de produção onde a natureza de classe do Estado sofre influência da estrutura econômica mundial, assumindo o Estado o papel de "locus" no qual se cristalizam a necessidade de reproduzir o capital e o papel de elemento necessário a esta reprodução. Por isso, sua política econômica é submetida e dependente das leis da acumulação, que tem base na internacionalização do capital produtivo centro/periferia. Sendo assim as combinações

produtivas e dimensão ótima da estrutura produtiva sofrem ingerência das modalidades da acumulação de capital do centro.

A dependência do centro refletirá não só o peso da divisão internacional do trabalho à qual o país encontra-se submetido, mas, também, a tentativa de libertação de tal peso. A capacidade para essa libertação dependerá do grau de desenvolvimento da formação social, da concorrência entre países do centro, dos períodos de crise e das relações centro periferias.

BCME - BIBLIOTECA

No Brasil, a indústria assume o papel de destaque no desenvolvimento capitalista quando o imperialismo já estava quase de todo implantado, o que implicou impossibilidade do controle de tecnologia, isto é, o controle do próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente a determinação "a priori" do seu lugar na divisão internacional do trabalho como país dependente dos centros hegemônicos. Apesar de historicamente determinada, esta posição não exclui os conflitos de interesses entre os grupos de classes hegemônicas centro/periferia e nem é linearmente uniforme ao longo do tempo.

Dentro da "lógica" própria da estrutura econômica mundial e do nexos entre seus elementos, notamos que as leis da acumulação se situam ao nível da economia mundial, mas têm efeitos diferentes no centro e na periferia. Note-se, por exemplo a questão da criação de emprego e o desenvolvimento do mercado informal no caso do Brasil, ou a gestão estatal da força de trabalho, fatores estes determinados pela evolução das forças produtivas.

Essa evolução, somada ao diferencial das taxas de lucro e à lei da queda tendencial da taxa de lucro, são os elementos que determinam, e sobre os quais agem, a intervenção estatal. Por seus efeitos, poderíamos fazer uma certa analogia dessa intervenção com as crises inerentes ao modo de produção capitalista, uma vez que, semelhante à crise, a intervenção atua desvalorizando e depreciando certas frações do capital, através de redirecionamento de investimentos e financiamentos e aumentos da taxa de câmbio.

Não obstante, registre-se que a intervenção estatal não leva necessariamente a uma intervenção pública - que é a forma pela qual a primeira explicita-se - aduana. No caso do Brasil, teríamos o afrouxamento do controle político sobre

nos, 1974, e a total incoerência de políticas no período 79/84, que gerou o restabelecimento parcial de mecanismos centralizados de controle.

1.3.1 - Intervenção e Crise

É inerente ao sistema capitalista, em seu desenvolvimento, as crises periódicas de produção e realização. A fase descendente do ciclo caracteriza-se pelo esgotamento das forças contrárias à queda tendencial das taxas de lucro. Esta fase será seguida por uma reestruturação das técnicas de produção "vis a vis" uma maior exploração do operariado, isto é, aumentos da mais valia relativa. E como parte integrante do processo de acumulação, o Estado procurará intervir para limitar os efeitos mais "destruidores", aqueles que, se levado a termo, crie não só um desgaste do Estado como também de certos capitais, principalmente o capital nacional.

Quando os efeitos da crise se efetivam, permitem que o capital torne sadias suas condições de reprodução, ou seja, eliminar e reestruturar certos capitais produtivos (normalmente aumentando a centralização), impõe novas normas de produção e finalmente, na maioria dos casos, põe em questão certas conquistas do movimento operário (não só com relação ao poder de compra como também com uma maior tecnologia intensiva de capital, isto é, aumento da composição orgânica do capital). No Brasil, notamos que houve um redirecionamento da política salarial, adaptando-a a certas montagens de escalões burocráticos em detrimento do poder aquisitivo real da massa operária, redirecionando quase que completamente as relações capital/trabalho.

Normalmente a crise tem a função de dar nova vida, reavivar o capital no seu processo de acumulação. Não obstante, o objetivo pode não se materializar em toda sua plenitude, uma vez que, como "capitalista coletivo ideal"³³, o Estado isola certas regras que o capital procura impor para sua regeneração, através da intervenção pública, com uma política econômica que pode procurar levar em conta um aumento de sua legitimação. Aqui se inscreve uma característica dos paí-

ses periféricos como o Brasil, pela composição do seu bloco de poder, no qual coabitam interesses externos, interesses da burguesia nacional e o sentimento nacionalista de certa camada de militares que sonham com o "Brasil potência".

Por influenciar no seu percurso, não se pode extrapolar que o Estado controle a crise em todo o seu trajeto. O Estado é parte integrante da crise mas atua sobre ela. Ele sofre os efeitos da lei do valor e como garante do sistema tem função semelhante às da crise: manter condições necessárias à reprodução social do conjunto da sociedade e ao mesmo tempo assegurar condições satisfatórias de reprodução do capital.

Para que estas relações e estruturas de apropriação econômica e de dominação política operem adequadamente de acordo com os interesses do capital, é necessário que as classes exploradas sejam subjugadas, mas não aniquiladas. É uma condição essencial da própria hegemonia burguesa. Evidentemente, a alienação da mais valia, como produto do trabalho expropriado ou não pago, só pode existir se mantida dentro de determinados padrões suportáveis física e socialmente pelos explorados. Daí que, em determinados momentos, o Estado apresente algum interesse pela classe operária. Não obstante, isto é um reflexo da própria hegemonia burguesa, e uma forma de conciliar os interesses desiguais e contraditórios, além de uma condição de sobrevivência do Estado burguês.

O processo de latência das atividades econômicas do Estado permite que o Estado fortaleça os pilares básicos de sua totalidade, isto é, a fração mais poderosa do capital, aquela que apresenta maior produtividade e que se apropria dos maiores lucros. Conseqüentemente, responde mais facilmente às reivindicações da classe operária, o que diminui a ameaça do Estado.

Ao assumir ou privilegiar certos ramos de produção o Estado procura equacionar os desequilíbrios da taxa média de lucro para garantir a reprodução do conjunto do capital e, desta forma, garantir uma taxa de lucro satisfatória para o capital privado. Evidencia-se, portanto, uma forma de prolongamento das unidades capitalistas individuais sem, no entanto, implicar em novas relações de produção e apropriação.

Como abstração, o Estado irá realizar-se sob a forma do seu regime político. Paralelamente, a intervenção estatal irá explicitar-se através da intervenção pública. A interven-

de entre o Estado e o capital, e o vínculo orgânico que os une. Este segundo elo explicita a natureza de classe do Estado capitalista. Segue-se que o Estado através de sua intervenção não pretende (nem pode) substituir as contradições do sistema capitalista embora influencie na sua evolução.

Diferentemente dos países centro, o florescimento do modo de produção capitalista nos países periféricos exige uma maior participação ou uma participação direta do Estado. Portanto, não se pode admitir que ao criar um setor produtivo próprio, o Estado esteja criando um instrumento de ruptura com a lógica do sistema capitalista ou sua negação.

Assim, as mudanças que a estrutura econômica brasileira sofreu nos momentos de transição, com um papel de destaque para o Estado na esfera produtiva, são entendidas como uma procura de aprimoramento daquela estrutura com o processo de reprodução ampliada do capital em escala mundial.

Desse modo, sustentamos que a criação das empresas do Estado foi um novo elemento, sem ônus para a burguesia e para o capital privado, que reestruturou e deu um novo impulso ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, principalmente no pós-64. A apropriação de meios de produção pelo estado, apesar de ser fonte de ambiguidade e contradições, não se constituiu em fator de subversão da trama básica das relações que definem a acumulação privada de capital. Não obstante, consolidou um campo objetivo no qual os militares, burocratas e gerentes do Estado reconciliam seus objetivos com os objetivos da classe economicamente dominante e com a propriedade privada.

Portanto, o que se pretende captar, de forma detalhada e dentro do marco teórico esboçado, é o papel do Estado como agente produtor direto através de suas empresas; a que interesses atende a atuação do Estado como produtor direto, e, finalmente, as contradições e ambiguidades da inserção do Estado e suas empresas dentro das relações de produção e conflitos de classes.

1930 - 1964

O objetivo do capítulo é caracterizar as mudanças por que passou a estrutura econômico-político-social do Brasil e, em especial, as novas atividades estatais à luz do desenvolvimento capitalista e relações entre as classes sociais, marco de referência mais amplo que determina a atuação global do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro.

O debate sobre a presença do Estado na economia foi, em muitos casos, prejudicado pelas definições imprecisas do papel estatal entre os limites de um liberalismo absoluto - onde o Estado deveria limitar-se à produção de bens públicos puros - e do socialismo totalitário onde o Estado realizaria toda a produção. Surgem daí rotulações como "Capitalismo de Estado" e "economia social de mercado", conceituações sobre as quais não tem havido rigor.

Procuraremos não nos equivocar com relação aos aspectos internos das estruturas de dominação, uma vez que são estes aspectos que irão moldar as estruturas de acumulação inerentes a cada país. Isto porque ao se colocar em estudo a questão do desenvolvimento econômico do Brasil, é comum fazê-lo somente pelo aspecto das relações externas - estrangulamentos externos criados pelas crises do capitalismo - originando um processo de oposição pura e simplesmente entre Nações e desprezar-se o fato de que o desenvolvimento ou crescimento econômico diz respeito, em primeiro lugar, ao processo pelo qual desenvolvem-se as pugnas entre as classe sociais internas.

Aqui se faz necessário uma advertência: ao limitarmos a análise ao setor industrial, colocamos uma limitação na estrutura como um todo. No entanto, como o eixo da acumulação após 1930 inicia uma trajetória para o setor industrial - o que implicou alterações na base econômica e conseqüentemente na superestrutura -, a compreensão do seu desenvolvimento torna-se a base para entender-se, numa relação dialética, as alterações da estrutura econômico-sócio-político no seu conjunto.

2.1 - Raízes do Desenvolvimento Industrial no Brasil - 1930/45

BCME-BIBLIOTECA

A política econômica de desenvolvimento industrial até fins dos anos 30, caracterizava-se pela predominância de defesa dos interesses da classe oligárquica exportadora (cafeicultores em particular), utilizando-se de programas de valorização do café, com quase ausência de interesses que promovessem um maior desenvolvimento industrial. Portanto, tinha-se uma economia virtualmente vulnerável, porquanto obedecia e dependia completamente do mercado externo.

Isto porque, sendo a atividade cafeeira que praticamente sustentava a economia brasileira, enquanto o preço internacional do café refletisse a vantagem comparativa que o país obtinha com sua produção, a economia estaria tranquila. Entretanto, as crises de preço do produto em 1893 e 1897 já tinham aclarado que a solução - depreciação externa da moeda - encontrada à época para superação daquelas crises já não era tão viável nos anos de 1920.

A política de defesa e valorização do café implementada em 1906 induziu à expansão da área plantada, o que representou maiores dispendios, por parte do Estado, para retenção/formação de estoque reguladores da oferta. Entretanto, esta política, que assegurava uma taxa de lucro elevado, fomentava a reinversão dos lucros da atividade cafeeira - na ausência de outra atividade que apresentasse lucro semelhante - nesta própria atividade, o que transferiria para o futuro "a solução de um problema que se tornaria mais grave", uma vez que o preço do produto "era condicionado fundamentalmente pelos fatores que prevalecem do lado da oferta, sendo de importância secundária o que ocorre do lado da procura".¹

Em resumo, uma atividade econômica tipicamente colonial - característica da economia brasileira à época - como a do café estava sujeita a tendência, a longo prazo, à baixa do seu preço. Não obstante os mecanismos de defesa/valorização do produto, "a crise mundial de 1929 a encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável".²

A política liberal de então agregava interesses das empresas estrangeiras que controlavam, ainda que indiretamente, o

setor externo brasileiro e os grupos oligárquicos que, ignorantes do processo que também patrocinavam, permitiam a maciça e sistemática exportação do excedente econômico nacional, seja pela comercialização do café, seja por meio da importação de manufaturas e artigos de consumo da classe dominante.

Portanto, a análise terá como fronteira histórica a revolução de 1930, marco de início de mudanças qualitativa e quantitativa em especial no sistema econômico. O processo cumulativo de mudanças implicou no auge que a economia atingiu no período 1958/60, em que se consolidou, em particular, a alteração qualitativa do novo padrão de acumulação iniciada com a revolução.

ECME - BIBLIOTECA

Essa revolução marca um processo de ruptura estrutural a partir do qual se tornou possível reelaborar as relações entre o Estado e a sociedade. Há uma mudança de posição hegemônica entre as classes sociais, isto é, uma nova correlação de forças sociais de conteúdo predominantemente burguês - característica inerente ao desenvolvimento das atividades do Estado a partir desta época - que submeteu as instituições econômicas, políticas e padrões e valores sócio-cultural. "Trata-se em suma de introduzir um novo padrão de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substancialmente de uma realização interna crescente".³

Registre-se que o momento era da maior depressão do mundo capitalista, que abalava as bases da economia liberal. Urgia, portanto, a necessidade de renovar a economia política com instrumentos de interpretação e intervenção que solucionassem ou operacionalizassem as contradições mais prementes, de modo a prolongar os objetivos do capitalismo.

Dessa forma, no contexto da economia burguesa surge uma nova teoria objetivando sobrepujar a ineficiência do liberalismo econômico "vis a vis" a instabilidade que imperava no sistema capitalista, utilizando-se de uma maior intervenção do Estado nos domínios da economia. As novas teorias se empenhavam em dar consistência ao estudo do ciclo econômico que auxiliasse a neutralizar os períodos de contração da atividade econômica.

Na visão de Lord Keymes, a quem coube o papel de maior destaque teórico, já não caberia esperar a promoção de alocação ótima de fatores pela harmonia das forças de mercado deixadas a interagir por si mesmas, mas ao contrário, dever-se-ia e

vidar o que estas forças de mercado estariam causando: capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Daí a necessidade de uma ação mais decidida do Estado na economia, como agente direto no processo de produção, desenvolvendo atividades, investindo e aumentando gastos (quantificação considerada fora da realidade do capitalismo desenvolvido), mesmo que para tanto privilegiasse setores específicos em detrimento de outros. Enfim, que o Estado fosse a força orientadora da atividade econômica e não mais o administrador da coisa pública ou regulador das atividades privadas.

Portanto, aprimora-se e interioriza-se a função do Estado como componente do sistema capitalista, com o objetivo de institucionalizar o modo de produção, escamoteando a contradição entre o interesse coletivo e o particular, com a predominância desse último separado dos interesses reais do indivíduo e do conjunto, na figura ilusória do Estado igualitário.

Enquanto manifestação e agente das rupturas estruturais internas, a revolução de 30 implicou o jogo do Estado oligárquico ao novo Estado implantado, com o poder público agindo segundo as exigências e possibilidades estruturais estabelecidas pelo sistema capitalista que passa a vigir no Brasil. Desse modo, a um só tempo, a revolução expressa os aspectos de conservação - mantendo interesses da oligarquia agro-exportadora - e de renovação, na emergência das forças sociais urbanas. A conservação pode ser vista nas medidas protecionistas ao café, adotadas pós-revolução, numa tentativa de garantir um sistema econômico em grande parte dependente do mercado exportador.

Apesar do interesse e da necessidade da economia agro-exportadora, por parte da burguesia industrial - uma vez que era da atividade cafeeira que se transferia o excedente econômico para impulsionar a indústria - era evidente que o jogo de poder não estava ainda definido, sendo portanto, necessária a conveniência, por determinado tempo, de interesses contraditórios no aparelho estatal (ver cap. I - 1.2). Em outros termos, tem-se uma articulação específica entre a burguesia industrial e o latifúndio, onde a primeira - pela sua origem (subproduto do setor exportador) - não pode aniquilar inexoravelmente a antiga classe dominante, da qual depende a acumulação de capital.

A nível de intervenção do Estado (convergência que es-

exclusivamente como um aparato defensor da burguesia industrial ou do capital propriamente e, em alguns momentos, dependendo da política adotada, aparenta ser o defensor dos interesses da burguesia nacional. O papel do Estado foi o de criar as bases para que a acumulação capitalista, a nível das empresas industriais, pudesse se reproduzir. O Estado interveio em quase todo os setores, eliminando a tendência para a acumulação anterior e criando condições para o novo processo de acumulação desenvolver-se (regulação do trabalho, confisco cambial, investimento infra-estrutural, rebaixamento do custo do capital industrial etc.). A empresa industrial torna-se o centro do sistema econômico, sendo transferido para ela os ganhos e recursos de toda a atividade econômica interna.

Entretanto, não se pense que as relações entre o Estado e a economia alteraram-se de modo repentino e completo, "verbi gratia" a parcialidade do jugo sobre a oligarquia. Houve marchas e contra-marchas de complexidade cada vez maior, visto que, a medida que a industrialização avançava, surgia um setor terciário, aumentavam a classe média, o proletariado e a própria burguesia industrial. Evidentemente novos interesses econômicos, políticos e sociais surgiam, e, a medida que se intensificava a divisão social do trabalho e diversificava-se a sociedade urbana, o Estado era levado a defrontar-se com novos dilemas, muitas vezes mais complexo. Passa-se a tê-lo como pivô do desenvolvimento, e, pelo fetiche com que se apresenta, aparece como se estivesse acima dos interesses das classes e como o principal agente da política econômica da Nação.

Por isso, apesar das ambiguidades e lutas ideológicas, o poder público foi levado a participar de modo cada vez mais amplo e sistemático na economia do país. A própria constituição de 1937 era uma preparação para este intento, podendo-se nela evidenciar:

"A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir a deficiência da iniciativa individual e coordenar os fatores de produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado.

A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta".⁴

A intervenção estatal na área trabalhista objetivava uma política de controle e dominação da atividade e organização política do operariado. É claro que muitas vezes as razões políticas não eram senão alegações de cunho ideológico, exprimindo a tendência dominante na política operária do período.

É no mercado de fatores, principalmente a relação capital X trabalho, que o Estado mostrou-se promissor. Ele institucionalizou um conjunto de leis trabalhistas que compuseram o aparato de medidas destinadas a consolidar o novo modo de acumulação. A burguesia, através do Estado, já havia substituído o movimento sindical independente por outro totalmente atrelado ao Estado, com o propósito de amenizar os choques capital X trabalho. Desvinculou-se os sindicatos das questões políticas, com uma disposição totalmente vertical, subordinando os sindicatos completamente ao Ministério do Trabalho, que inclusive estabeleceu os estatutos daqueles.

Concebendo desta forma o aparato sindical - sua disposição vertical subordinada e o aparecimento da figura do "pelego" -, fruto dos elementos políticos estruturais ligados diretamente à luta de classe favoreceu-se a penetração da ideologia burguesa no seio da classe operária uma vez que inexistindo sistema organizativo independente, a base da superação crítica da ideologia oficial torna-se inofensiva.

Desse modo, estes elementos políticos superestruturais, ligados diretamente à luta de classe e, dado o fluxo da população do campo para as áreas urbanas facilitaram a composição do "exército industrial de reserva", elemento de importância primordial para o processo capitalista, criando condições para que os setores empresariais não entrassem em concorrência pela força de trabalho e facilitando, por isso mesmo, a composição de um piso muito baixo do preço da mão-de-obra. "Daí as leis do trabalho operar a conversão a um denominador comum de todas categorias, com o que, antes de prejudicar beneficiou a acumulação".⁵ Ou seja, estas leis igualaram, tomando como parâmetro um valor reduzido da força de trabalho, inclusive reconvertendo trabalhadores qualificados à condição de não qualificados. Podemos entender tais fatos como consequência da desestruturação política dos sindicatos empreendida pelo Estado

sil - 1930/1970 - 3a. Ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 46, (grifos nossos).

⁵Oliveira, E. - A Economia Brasileira... op. cit.

BCME-BIBLIOTECA

e pelo excesso de oferta da força de trabalho num mercado distante da concorrência perfeita.

A legislação trabalhista aprimorou-se para atender as necessidades do capital, cabendo ao Estado a responsabilidade de estabelecer condições e limites básicos do funcionamento do mercado de força de trabalho. Coube-lhe ainda, reformular as condições de funcionamento do mercado de fatores de produção, bem como as relações internas de produção e, dentro do novo padrão de acumulação, as relações entre a economia internacional e a economia brasileira.

Ressaltam-se no entanto, duas características do desenvolvimento capitalista no Brasil. A revolução que se processou aqui não se deu nos moldes da revolução burguesa "clássica". A mudança das classes hegemônicas não podia exigir uma ruptura total da estrutura devido a sua composição: a burguesia industrial originou-se e ainda dependia da classe hegemônica que necessitou sobrepujar, isto é, a dialética da própria estrutura em manter a antiga classe dominante sob jugo e, paralelamente, conservá-la ativa para se fortalecer as condições do jugo. Daí que a expansão do capitalismo deu-se, essencialmente, pela dialética das forças sociais em pugna, ou seja, foram as alterações possíveis no modo de acumulação, na estrutura de poder e no estilo de dominação que determinaram o processo.

Por outro lado, a subordinação dos sindicatos ao Estado deveu-se a que a revolução burguesa foi feita de cima para baixo, não contando com a participação obreira. Foi uma articulação da burguesia industrial com alguns segmentos da própria oligarquia agro-exportadora que forneciam a base da acumulação industrial.

Poder-se-ia dizer até que é o próprio Estado oligárquico que se rompe internamente devido às crises internas e externas, as quais implicavam perspectivas cada vez maiores de queda da taxa de lucro - pelas limitações da política de defesa do café e ausência de outros setores rentáveis - o que levou a necessidade de diminuir a vulnerabilidade daquela economia imperante. Desse modo, admitir-se-ia que a hegemonia da burguesia industrial brasileira já nasceu comprometida.

De certa forma, o comprometimento agudiza-se mais à medida que os interesses agro-exportadores interavam-se aos interesses imperialistas que passavam a predominar em toda a economia mundial. Não obstante, com as consequências da primeira guer

o controle das relações externas da economia e "ipso facto" não mantiveram o padrão de reprodução adequado para o tipo de economia primária exportadora. Portanto, surge daí a condição para um novo modo de acumulação.

Ora, a partir de 1930, dado o novo caráter do Estado, foi necessária sua intervenção em todos os campos da sociedade. As relações políticas e ideológicas, cujo papel específico - relativamente autônomo e desenvolvendo-se cada vez mais - estreitaram-se mais às relações de produção. Polarizando-se as relações sociais de produção do sistema global, escamoteava-se e mantinha-se, a um só tempo, as relações de exploração do trabalho. Por isso, a necessidade de uma reorientação de relação de produção.

E foi através do Estado populista que se desenvolveu a simbiose entre as classes hegemônicas (antiga a nova) excluindo o operariado. Desenvolveu-se igualmente uma maior relação política/economia com as intervenções estatais cada vez mais diretas, principalmente como fração do capital (que irá explicitar-se nas empresas do Estado), estabeleceu a harmonia do novo e do antigo modo de produção, com novas formas de relacionamento capital X trabalho mediatizadas pelo Estado, objetivando criar fontes internas de acumulação.

BCME - BIBLIOTECA

Implantado o novo modo de produção, num segundo momento o governo populista procurou inserir a classe obreira num projeto político - embora não permitisse sua organização autônoma - de diminuição do poder da oligarquia agro-exportadora, ao mesmo tempo em que utilizava aquela mesma classe, dentro de uma política trabalhista que assemelhava-se ao fascismo, para dar maior impulso à industrialização.

Em determinados momentos existiu a ilusão de haver força operária no seio das estruturas de poder - que a cooptaram, envolvendo-a ativamente no seu projeto político, com o que barganhava com êxito conquistas obreiras. O projeto ideológico nacionalista de que a industrialização era sinônimo de desenvolvimento nacional tinha em sua essência o objetivo de escamotear as relações de dominação. O poder do Estado que se constituía buscava dessa forma o apoio obreiro, o que veio a ser um elemento a mais de pressão a favor da hegemonia industrial.

E o "Estado Novo" ratificou e consolidou a burguesia industrial no poder. Representou, por outro lado, a renúncia desta classe a qualquer alternativa revolucionária, inclusive rompendo alianças e procurando excluir setores mais radicais de

2.2 - Surgimento do Setor Produtivo Estatal

Evidentemente devemos buscar sua origem na necessidade do ciclo de reprodução do capital industrial, num momento em que a aquisição de determinados elementos do capital constante encontra-se obstaculizada pelas crises do capitalismo mundial (1929). Registre-se que não se pode pensar em posição anti-imperialista "a priori" ou decisões da incipiente burocracia estatal que toma para si as decisões dos rumos da acumulação.

O processo de desenvolvimento brasileiro no início do século tinha seu dinamismo atrelado ao crescimento da demanda dos seus poucos produtos exportáveis para as economias do centro. Por isso pode-se dizer que era uma economia reflexa em toda a essência do termo, isto é, importava as crises do centro e era extremamente vulnerável às flutuações ocorridas no preço dos seus produtos. Daí originaram-se as crises do tradicional modelo exportador, o que causou um "nó górdio" em termos de reprodução e acumulação do capital.

Note-se, por exemplo, o poder de compra das exportações brasileiras, (tab.1). Há uma grande restrição, a partir de 1929, na capacidade para importar - estendida a todas as economias da América Latina - o que levou o Brasil a procurar formas alternativas que fugissem do estrangulamento externo. Não se quer dizer no entanto que tal opção tenha sido previamente estudada e projetada sua viabilidade em termos de execução. Entretanto, é aí que se encontra a estruturalização e o sentido da ação governamental com vista a expansão do capitalismo num país periférico, numa fase de crise no sistema global, ou seja, rupturas internas e externas (note-se que o Brasil só recobra o poder de compra ao nível de 1929 no período (1950/51).

Comparado com a maioria dos países da América do Sul, o Brasil apresentava condições relativamente mais favoráveis para a imposição de uma política centralista. Em primeiro lugar, a natureza do setor exportador exerceu e fomentou poder difusor sobre a economia interna, permitindo a expansão de uma indústria, ainda que de modo tradicional, e de um processo de urbanização acompanhado de infra-estrutura de serviços básicos. Em segundo lugar, o grau de diversificação da economia permitido pela política de valorização do café, ao manter o nível de renda e de emprego nesta atividade provocou e favoreceu a ex-

so levar em consideração a existência de outros produtos exportáveis que também fomentavam o mercado interno. Finalmente ressaltou-se a debilidade da estrutura classista da sociedade brasileira. Estes fatores serviram como base econômica daquela política, permitindo, desse modo, o surgimento de uma burguesia industrial que impulsionou as alianças de poder e dominação.

A intervenção estatal que se iniciou no período, alicerçada por estas novas alianças - voltada basicamente para a industrialização - fortaleceu o processo de acumulação iniciante. Não obstante, esteve longe, e ainda está atualmente, o momento no qual se revestissem de perfeita coerência e integração os fins perseguidos e da adequação os meios utilizados.

Registre-se, ainda, que, em termos mundiais, a indústria pesada - por exemplo a siderurgia - já atingia nível de economia de escala o que implicava planta mínima em tamanho considerável e que "o nascimento tardio da indústria pesada im-

TABELA - 1

BCME - BIBLIOTECA

PODER DE COMPRA DAS EXPORTAÇÕES - PAÍSES ESCOLHIDOS
1928/29 a 1959
1955=100

Anos	Brasil	Argentina	Chile
1926-29	78	242	123
1932	44	148	23
1940	42	112	64
1945	70	118	75
1950-51	117	139	81
1955	100	100	100
1959	104	136	103

Fonte: Dados do Informe da CEPAL do ano de 1949 e Boletim Econômico de América Latina, v. 5, nº 2, elaborados em "Inflacion y Crecimiento: resumen de la experiencia em América Latina", (E/CN. 12/563) Retirado de Tavares, M. C. - Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro. 7a. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 64.

TABELA 2

PRODUTO FÍSICO PARA ANOS ESCOLHIDOS - BRASIL
(mil contos de réis a preços corrente)

	1907	%	1919	%	1939	%
AGRICULTURA*	1.053	79,0	4.153	79,0	10.188	56,9
INDÚSTRIA*	279	21,0	1.105	21,0	7.725	43,1

* Valor Líquido da Produção

Fonte: Retirado de Villela, A. V. e Suzigan, W. - Política de Governo e Crescimento Econômico Brasileiro 1889-1945. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973, p.225.

plicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escalas, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas empresas oligopolistas dos países industrializados."⁶

Por outro lado, o processo de maturação e obtenção de lucro era longo - no caso da indústria pesada - o que adicionava um motivo a mais que requeria a presença do Estado. Este interveio para viabilizar a acumulação industrial (ver por exemplo o crescimento industrial, participação no produto físico, tab. 2) direcionando sua produção para bens que asseguram sua continuidade. Note-se que a participação industrial no produto físico passou de 21% em 1919 para 43% em 1939.

Os governantes que assumiram com a revolução de 30, apesar de que tiveram que acomodar interesses econômicos e políticos da oligarquia, como já explicado, encaminharam novas diretrizes governamentais, condenando, explicitamente, o liberalismo econômico. "Examinando detidamente o fator de maior predominância na evolução social, penso não errar que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, na falta da organização do capital e do trabalho

elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar".⁷

As crises às quais o Brasil era vulnerável nas décadas do início do século tornaram explícitos tanto os pontos de estrangulamento quanto a complexidade crescente do sistema econômico-financeiro do país. Aflorou a inadequação da superestrutura político-administrativa, iniciando-se, com os acontecimentos de 30, o redimensionamento e reformulação dos órgãos governamentais.

Grande parte da política econômica do período 30/45 refletiu os interesses dos grupos econômicos e políticos que buscavam aumentar sua hegemonia, bem como de membros do próprio governo, objetivando reformular a dependência estrutural que caracterizava o país como um subsistema econômico da economia mundial, isto é, visando uma espécie de emancipação econômica, o que originou a característica de "governo nacionalista."

A expansão das atividades estatais destinadas a criar espaços necessários ao desenvolvimento do setor industrial evidencia-se pela centralização da vida econômico-político (supressão das taxas de comércio inter-regionais, controle cambial, criação de controle de preços e produção etc.). O governo passou a sustentar o preço do café para garantir a continuidade da acumulação do setor responsável pela entrada de divisas internacionais que garantiam as importações necessárias à industrialização.⁸

Um dos principais obstáculos à industrialização brasileira residiu na produção siderúrgica. Tal barreira somente foi demovida em 1941 com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), através de créditos americanos, fortemente influenciados pela conjuntura de guerra uma vez que o Brasil sustentava uma posição de "neutralidade". Entretanto, não só a CSN como a Companhia Nacional de Álcalis, criada logo depois, eram empresas de grande porte (em capital, tecnologia e organização) consideradas as dimensões do sistema econômico interno, principalmente no que se refere ao poder da burguesia nacional para empreender tamanho desafio frente a necessidade de altas

⁷Discurso de Gerúlio Vargas, 1931, In As Diretrizes da Nova Política do Brasil, citado por Ianni, O. In Estado e Planejamento... op. cit. p. 19.

⁸O mecanismo se dá em função da queda do preço internacional do café, 60% entre 1929/33. Assim, o financiamento governamental sustentava a produção indispensável para a acumula

taxas de investimento inicial que o evento exigia.

O Conselho Federal de Comércio Exterior C.F.C.E. criado em 1934, apesar de empreender muitas realizações importantes no período - o governo abandonou atitudes defensivas ante os pontos de estrangulamento, procurando diversificar a expandir a produção interna - não podia impedir que as relações de correspondência entre os componentes da estrutura da formação econômico-político-social, e, automaticamente o Estado, se manifestassem abertamente em situações de crise. E a eclosão da Segunda Guerra Mundial produziu um aprofundamento da crise de transformações que esta estrutura vinha sofrendo.

As exportações de produtos tais como café, madeira, laranja etc, caíram repentinamente, como consequência do isolamento dos mercados externos face à guerra. Como corolário, cresceram os estoques "et pour cause" os preços tomaram rumo inverso no mercado interno. Produtos como carvão, combustíveis, máquinas e metais desapareceram do mercado. A onda inflacionária agrava-se impulsionada pelo crescimento das despesas governamentais e pelo acúmulo de divisas geradas pela exportação de suprimentos de guerra para EUA e Inglaterra. Internamente a situação social das classes urbanas e do operariado foi levada a um nível insuportável devido a inflação.

2.3 - A Intervenção Estatal Fetichizada

BCME - BIBLIOTECA

Dada a conjuntura interna e externa, o Estado foi levado a agir tal qual numa "economia de guerra" propriamente. Nesta conjuntura criou-se a Coordenação de Mobilização Econômica (1942) órgão governamental que tinha o objetivo de solucionar assuntos financeiros, econômicos e tecnológicos. Tal órgão absorveu boa parte das atribuições do C.F.C.E. e, por outro lado, foi nessas atividades, de ingerência do Estado na economia, que, pouco a pouco, foi-se fortalecendo e aprimorando as condições de formação e desenvolvimento da tecnoestrutura estatal.

Nesse clima foi que aconteceu (1943) o I Congresso Brasileiro de Economia, em que se reconheceu a interdependência entre economia e política, isto é, colocou-se a problemática das relações entre o poder político e o poder econômico. As reco-

apelar para o poder público para que este se colocasse como "epicentro" dos problemas do país.

Em busca de soluções para os problemas que se vinham aguçando pela economia de guerra, os congressistas do I CBE formularam orientações e recomendações sobre a economia em geral, explicitando:

"Que se sugira ao Governo Federal a conveniência de serem as indústrias básicas organizadas, na falta da iniciativa privada, com a participação do Estado, ou com seu amparo. O Estado, neste caso, participará da sua administração, ou tabelará os seus produtos, mediante fiscalização adequada, de modo que se concilie o incentivo à produção, com os interesses dos consumidores".⁹

A situação das empresas do governo era de déficit permanente, subsidiando o setor industrial, cuja acumulação prévia impunha - para solidificar a sua posição de centro da economia - o objetivo principal da política econômica. Em outros termos, o setor industrial apropriava-se da mais valia produzida pelo setor estatal, produção esta encoberta pela ausência explícita de busca de lucro direto e pela necessidade de transferências do Estado. Não obstante seus produtos levassem a marca do trabalho não pago, estas empresas apareciam como meras transformadores de matérias-primas - o processo de trabalho desvinculado do caráter de exploração da força de trabalho.

Por outro lado, subsidiando preço de transporte, energia,¹⁰ combustível e trigo, o Estado denotava um caráter redistributivista, aparentando transferir poder de compra ao operariado e classe urbana, amenizando o conflito capital X trabalho. No entanto, é uma ilusão política, uma fetichização do Estado que aparece como benfeitor das classes exploradas. Esta aparência ocultou um subsídio à burguesia industrial: o que aparece como concessão ao operário nada mais é do que barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho via preços baixos de determinados produtos e serviços básicos. É uma diminuição do custo de capital variável para a burguesia industrial "ipso facto" um incentivo para reprodução e acumula-

⁹Anais do I Congresso Brasileiro de Economia, Rio de Janeiro, 1943, I v. pp. 63/78, citado por Immi, O. In Estado e Planejamento... op. cit. p. 54.

¹⁰Em 1934, o Código de Águas, conferiu ao Estado direito de fixar tarifas de eletricidade. A taxa que é fixada (10%) implicou em baixa rentabilidade para os grupos que monopoliza-

ção do capital privado.

Com relação a política salarial não há provas contundentes de que os preços e serviços subsidiados que integravam o valor de reprodução da força de trabalho minoraram a acumulação ou foi uma ameaça ao lucro do capital hegemônico. Pelo contrário, como vimos anteriormente foi, sem dúvida, um subsídio ao capital. Veja-se por exemplo a (Tabela 3). O discurso ideológico baseava-se em que os níveis de salário fixados acima do que se obteria no confronto concorrencial livre do capital X trabalho. Aceitando tal discurso como verdadeiro, "... o sistema entraria em crise por impossibilidade de acumular; o que se viu após a implantação da legislação trabalhista foi exatamente o contrário: é a partir daí que um tremendo impulso é transmitido à acumulação caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira".¹¹

Além disso, a camisa de força que se impôs aos sindicatos e a fixação do salário mínimo não poderiam apresentar sentidos opostos. Note-se a tendência de descenso que o salário mínimo apresenta (Tab. 3), excetuando-se os anos de 1951/2 e 1954.

Por outro lado, as relações e correspondência entre as transformações da sociedade e do Estado (componentes do mesmo sistema global) manifestava-se de modo aberto nas situações de crises, quer fossem econômicas, quer financeiras, trabalhistas etc. Conforme se desenvolvia o novo modo de produção, conseqüentemente implicando intensificação na divisão social do trabalho e crescente diversificação da sociedade urbana, o corolário eram novos problemas, em diferentes graus de complexidade, com os quais se defrontava o Estado.

As crises e transformações que afetaram a estrutura econômico-sócio-política, criaram também as condições para elaboração de novas técnicas de ação. Discutiam-se, inclusive, estratégias políticas em relação aos problemas do desenvolvimento. O nacionalismo, no período 1930/45, passou a ser um elemento importante nos debates sobre estes problemas.

As novas forças políticas surgidas com a Revolução de 1930 denotavam um maior interesse em defender soluções novas para os problemas da sociedade nacional. O Tenentismo, a burguesia industrial nascente os segmentos mais politizados - ainda que não fossem em grande número - do prole

TABELA - 3

SALÁRIO MÍNIMO REAL - GUANABARA E SÃO PAULO

A N O	ÍNDICES (BASE - 1944 = 100)		VARIAÇÃO ANUAL	
	Guanabara	São Paulo	Guanabara	São Paulo
1944	100	100		
1945	84,2	80,3	- 15,8	- 19,7
1946	74,1	70,9	- 12,0	- 11,7
1947	60,7	53,8	- 18,1	- 24,1
1948	58,0	49,6	- 4,4	- 17,8
1949	55,4	50,4	- 4,5	+ 1,6
1950	50,9	47,9	- 8,1	- 5,0
1951	53,6	53,0	+ 5,3	+ 10,6
1952	122,3	124,8	+ 128,2	+ 135,5
1953	107,1	101,7	- 12,4	- 18,5
1954	144,6	138,3	+ 35,0	+ 36,0
1955	142,9	139,3	- 1,2	+ 0,7
1956	150,9	147,0	+ 5,6	+ 5,5
1957	159,8	153,8	+ 5,9	+ 4,6
1958	140,2	133,3	- 12,3	- 13,3
1959	106,3	101,7	- 14,2	- 23,7
1960	140,2	130,8	+ 13,2	+ 28,6
1961	161,6	146,2	+ 15,3	+ 11,8
1962	137,5	123,9	- 15,0	- 15,3
1963	128,6	114,5	- 6,5	- 7,6
1964	124,9	116,3	- 2,1	+ 1,6
1965	119,6	112,8	- 5,0	- 3,0
1966	107,1	97,4	- 10,7	- 13,7
1967	104,5	95,7	- 2,4	- 1,7
1968	103,6	94,0	- 0,9	- 1,8

Tomada de: Alberto Mello e Souza, "Efeitos Econômicos do Salário Mínimo", In APEC - A Economia Brasileira e suas Perspectivas, Estudos APEC, APEC Editora S.A. Rio de Janeiro, Jul/71.

FONTE: dos Dados Originais: Anuário Estatístico do Brasil e Conjuntura Econômica.

As novas forças políticas surgidas com a Revolução de 30 denotavam um maior interesse em defender soluções novas pa

tariado e alguns grupos da classe média estavam identificando, de alguma maneira, a solução dos seus problemas com soluções do tipo nacionalista, envolvendo a sociedade como um todo.

Entretanto, assim como não houve dominação total sobre a oligarquia, as rupturas econômicas, políticas e sociais não foram completas, o que implicou em várias acomodações. Acrescenta-se que não só havia interesses de segmentos econômicos e políticos subordinados ao capitalismo mundial, como também a possibilidade de reestruturação do sistema econômico brasileiro não chegou a estruturar-se suficientemente como movimento político. Por outro lado, da mesma forma que a segunda guerra favoreceu economicamente, em certos aspectos, o sistema econômico brasileiro, também criou limitações quanto a reorientação deste sistema, uma vez que participar da guerra implicou em subordinar-se às condições econômicas e políticas do imperialismo.

É dentro dessa configuração histórica de marchas e contra-marchas da economia brasileira que se reconhece as limitações estruturais da dependência econômica, as possibilidades que se abriam devido as limitações e a clarificação da consciência sócio-política dos diferentes grupos e classes sociais com relação à dependência estrutural. Ou seja, põem-se em evidência tanto os limites quanto as possibilidades da estrutura econômico-político-social brasileira. É nesse desenrolar que o nacionalismo, em sentido lato, passou a ser um componente explícito - os próprios militares foram levados a reelaborar as concepções de defesa e segurança nacional em relação ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas do país.

2.4 - O Período 1945-64

BCME-BIBLIOTECA

2.4.1 - Política Econômica Liberal - 1945-50

O governo que assumiu com o golpe de outubro de 1945 imprimiu uma reorientação drástica na relação Estado/economia. Caracterizou-se uma ruptura em relação ao período anterior, passando a prevalecer as teses da "livre iniciativa", não obstante o poder público continuasse a desempenhar papéis importan-

A política cambial configurou claramente a ruptura de orientação Estado/economia. Devassou a reserva de divisas acumuladas durante a guerra (principalmente importando artigos su pêrfulos), o que não foi evitado pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em fins do governo anterior. Em seguida, dado o desequilíbrio do balanço de pagamentos, adotou-se a política de "acionamento de divisas". Surgiu a regulação do registro do capital estrangeiro aplicado no Brasil, com direito a retorno ao seu país na proporção máxima de 20% aa, assegurando, também, o direito de remessas de lucros, juros e dividendos produzidos internamente no máximo até 8%aa. Não obstante, como sempre, a lei ficou no papel, visto que uma instrução da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil sobrepujou os efeitos do instrumento legal, permitindo que o montante do lucro que ultrapassasse os 8% permitidos por lei, para serem remetidos ao exterior, fossem considerados como capital estrangeiro e incorporados para fins de registro e cálculo de juros posteriores.

O plano SALTE, tentativa de coordenação dos gastos públicos era descoordenado e divorciado da realidade. A Comissão Mixta Brasil-EUA (1948) orientou os estudos no sentido de mostrar os "pontos de estrangulamentos" da economia brasileira. Poder-se-ia dizer que ela foi o "abre alas" para o ingresso maciço do capital estrangeiro no país, pois que recomenda:

"Talvez fosse desejável, por parte dos governos do Brasil e dos EUA (...), estudarem a possibilidade de ajustes, em base de cooperação, pelos quais pudessem ser oferecidas garantias especiais aos investimentos privados, dos EUA, dando-lhes certeza de poderem efetuar a pronta transferência de seus investimentos, de cruzeiro para dólar, caso isso lhes pareça conveniente".¹²

Outra recomendação colocou o Estado como elemento executor de tarefas que criassem condições mais favoráveis ao florescimento do setor privado:

"A comissão foi unânime em concordar que o Brasil deve acelerar seu desenvolvimento econômico, pela adoção do programa de despesas governamentais, cuidadosamente estudadas, de normas que possam favorecer o desenvolvimento equilibrado dos recursos do Brasil pela iniciativa privada."¹³

¹²Texto de conclusão da Missão Abbinik, citado por Ianni, O. In Estado e Planejamento, op. cit. pp. 95/98

Ou seja, dada a preferência pela realização do desenvolvimento equilibrado, com estabilidade financeira e social, definiam-se os limites de atuação do poder público.

A política salarial, nesse período, foi expressão da convergência de interesses entre a empresa privada e a ideologia liberal. Note-se pela tabela 3 que este período (1946/51) é o que apresenta as maiores quedas anuais do salário mínimo ou seja, 18,1% e 24,1%, no ano de 1947, para a Guanabara e São Paulo respectivamente. O período apresenta uma queda de 27,7% e 25,3% para os dois estados analisados.

Assinale-se, ainda, que não houve elevação da base salarial apesar da inflação perdurar. Entretanto, o período definido como "redemocratização do país" permitiu que as massas saíssem às ruas interferindo nas eleições nacionais, dado o seu grau de politização acelerado.

2.4.2 - Do Capitalismo "Nacionalista" ao Plano de Metas - 1951-60

A transição do governo correspondeu a nova reorientação das relações Estado/economia, com o poder público voltando a desempenhar funções mais ativas e diferentes no sistema econômico - financeiro. Alterada, ainda que parcialmente, a composição de forças políticas no poder, - note-se que o populismo trabalhista representou um trunfo político em face dos partidos políticos e do próprio congresso nacional¹⁴ - alterou-se também a maneira pela qual o governo passou a atuar.

A medida que progrediu a divisão internacional do trabalho e a diferenciação social interna, gerou-se uma maior complexidade da estrutura política, tendo em vista que as classes sociais tornaram-se mais configuradas e representativas. Já distinguiam-se nitidamente três classes de bastante influência: a burguesia industrial, a classe média e o proletariado. Convém destacar que a primeira classe já apresentava uma divisão própria, três grupos distintos com relações diferentes frente ao setor público, de modo que se beneficiassem cada grupo em

¹⁴ Poder-se-ia entender que as massas urbanas correspondiam a uma importante fonte, extra constitucional, de poder utilizadas para intervenção do Estado na economia, justificada

particular. Tais grupos eram a pequena burguesia industrial, a grande burguesia industrial e a burguesia industrial internacional.

As relações Brasil X EUA sofreram alterações devido à guerra da Coréia. Aliado a esta particularidade e o sentido de nacionalismo que marcava a política Vargas, o poder público foi sendo compelido a compreender que direção poderia ou deveria empreender, assumindo novos encargos e procurando aparelhar-se adequadamente, engajando-se de novo e mais amplamente no sistema econômico.

Em várias ocasiões procurou-se reafirmar a necessidade de reformulação das relações externas e conseqüentemente uma maior emancipação nas decisões de política econômica. Neste contexto, o governo passou a ver na CEPAL um órgão útil no esforço de reelaboração das concepções do desenvolvimento latino-americano.¹⁵

Põe-se em prática mais uma reforma cambial destinada a melhorar a capacidade das exportações e garantir prioridades para importações de bens essenciais. Era urgente a necessidade de combater a inflação, dadas as frequentes elevações de preços que provocam contínuas mobilizações das massas de trabalhadores reivindicando melhores salários. A queda de salário no período anterior e sua contínua contenção refletiam a tendência das tensões sociais nos grandes centros. Note-se que o Salário Mínimo apresenta uma elevação no período (tab. 3). A política Vargas desenvolvia-se em moldes trabalhistas o que desagradava setores conservadores internos e os grupos estrangeiros interessados na economia do país. Daí que a ideologia difundida por estes grupos levava a classe média a constantes ebulições, receosas de sua proletização.

Não obstante as dificuldades cambiais e os problemas político/sociais, o governo procurava implementar uma política econômico-financeira de estímulo a industrialização. Criavam-se novas condições (técnicas, administrativas) para o desenvolvimento econômico, e, inclusive, perspectivas ideológicas no âmbito do debate técnico e político relativo às possibilidades de industrialização.¹⁶ No período de 1952/53 foram criados

¹⁵Note-se que era amplamente conhecida a atitude negativa do governo americano com relação as referências e propostas cepalinas.

¹⁶Grupo Misto BNDE/CEPAL e a própria criação da PETRO-

o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, a PETROBRÁS e, em 1954, o governo encaminha ao Congresso Nacional proposta para criação da ELETROBRÁS.¹⁷

BCME - BIBLIOTECA

Era evidente que o governo estava criando novas condições para expansão e diferenciação do sistema econômico brasileiro. Entretanto, não se pode negar certa abiguidade neste papel do Governo, uma vez que estas condições criadas implicavam de certa forma uma relação de "simbiose parasitária"; veja-se por exemplo a lei de criação da PETROBRÁS, a política cambial que mantinha uma taxa sobrevalorizada, o que beneficiava a remessa de lucros e, em fins do governo Vargas, a ampliação do acordo militar Brasil X EUA.

Paralelamente ao desenvolvimento das atividades econômicas, o aumento de divisão social do trabalho tornava evidente as relações de complementariedade, horizontal e vertical, dos vários setores e níveis da estrutura econômico-político-social. Neste contexto acirrou-se, o debate técnico-político sobre as condições e perspectivas do desenvolvimento brasileiro, suas ambiguidades e contradições, culminando com o "suicídio"/deposição de Vargas, consequência de interesses internos, grande burguesia industrial, latifundiários que eram maioria no Congresso - e interesses externos, principalmente americanos; (em meados de 1953 o governo americano torna claro o desejo de acabar com a Missão Abbink. A súbita mudança na atitude americana foi um rude golpe nas possibilidades de uma política econômica moderada por parte do governo brasileiro).

Em resumo, o período 1951/54, foi marcado por discursos governamentais de desenvolvimento nacionalista, apoiados numa política trabalhista. Entretanto, não obstante os reajustes do salário mínimo efetuados em 1951/52 e 54 e a ideologia

¹⁷ Recomendação da Missão Abbink, o BNDE funcionava como concentrador de capital para financiamento a longo prazo de setores estratégicos. Note-se que seu capital inicial compôs-se, quase que totalmente, de parcela adicional do imposto de renda, ou seja, uma captação do lucro adicional que o setor privado realizava em detrimento dos operários e do setor estatal. Pode-se dizer que foi uma reforma fiscal disfarçada, dada a possibilidade de o Estado, pelo jogo de poder, empreendê-la.

No caso da PETROBRÁS, a Lei que estabeleceu o monopólio não se referiu a comercialização dos seus derivados, ou seja, estes continuaram sendo comercializados pelas empresas estrangeiras, do que podemos evidenciar que os interesses econômicos estrangeiros não foram afetados. A criação da estatal

SCME - BIBLIOTECA

que marcou a criação da PETROBRÁS e outros órgãos do governo, não se pode negar as ambigüidades da política nacionalista implementada, ou seja, a espiral inflacionária - alimentada pela reforma cambial de 1953 implementada pela política expansionista dos anos anteriores -, a limitação da oferta de alimentos em 1951/52, o relaxamento das importações de certos equipamentos considerados essenciais para o desenvolvimento do país¹⁸, o imposto compulsório para a criação do BNDE. Estas medidas em momento algum deixaram de objetivar um desenvolvimento da industrialização, ou em outros termos, desenvolver o processo de acumulação e reprodução de capital, beneficiando a classe capitalista.

Entretanto, o aparente desenvolvimento autônomo registrado entre os anos de 1951-54 não pode ser entendido como uma bandeira da burguesia nacional em confronto com o imperialismo, mas sim como uma possibilidade momentânea de afrouxamento dos laços de dependência devido à guerra da Coréia e reconstrução de Nações importantes (consequência da segunda guerra). E não sem razão o capital alienígena apresentou-se interferindo pouco em termos políticos, o que fez com que o desenvolvimento das forças produtivas internas apresentasse características nacionalistas.

Assim, o Estado teve de se encarregar dos vazios que a burguesia nativa não podia preencher e que, no entanto, eram imprescindíveis para a reprodução e acumulação de capital.

Desse modo, entendemos que o confronto nacionalismo burguês X imperialismo não foi mais do que uma forma de escamoteamento dos propósitos burgueses brasileiros; porquanto o nacionalismo enquanto ideologia integradora unificava a sociedade como um todo indiferenciado, servindo aos propósitos de conciliação de classe e consequente desarme da consciência da classe explorada. A união contra uma terceira força - inimiga comum - equivaleu a defender a hegemonia burguesa e ajudou a escamotear o caráter de classe do Estado. A burguesia cooptou, com seu projeto ideológico, as massas dominadas, anulando, momentaneamente, a luta destas por seus interesses estratégicos. Em síntese, o nacionalismo funcionou como um poderosíssimo instrumento ideológico de legitimação do Estado.

¹⁸ Ver Dec. nº 34.893, de 5.1.1954, art. 34.

2.4.3 - O Plano de Metas - 1956 - 1960

O governo Kubitschek, período 1956/60, foi marcado por um aprofundamento das relações Estado/economia e uma profunda ruptura do padrão de reprodução do capital. Esta alteração na esfera produtiva levou a nova forma de articulação com a economia mundial e uma transformação qualitativa. Segundo C. Lessa, referindo-se à composição do plano face as mudanças qualitativas, "o programa de metas constituiu provavelmente a mais ampla ação orientada pelo Estado, na América Latina, com vistas à implementação de uma estrutura industrial integrada".¹⁹

Diferentemente da economia agro-exportadora que, via mercado, se integrava à economia mundial, o novo padrão de acumulação procurou incorporar-se via produção. O Estado passou a agir no sistema econômico lançando mão de todos os recursos disponíveis, impulsionando o setor privado nacional e estrangeiro como forma de acelerar o desenvolvimento do país.

Saliente-se que, nesta época, o governo orientou-se muito mais pelas determinações do sistema econômico já instalado no país. Os investimentos foram ditados pelas condições de tendências pré-existente, isto é, segundo as possibilidades abertas pelo sistema econômico implantado nos anos anteriores - relações de interdependência e complementariedade que surgem sempre no nível das forças produtivas (capital, força de trabalho, tecnologia, divisão social do trabalho etc). O capital estrangeiro passou a dirigir-se a setores industriais mais dinâmicos, o que elevou o grau de internacionalização da economia brasileira.

O Plano de Metas contou com duas razões para sua implantação e sucesso: por um lado, as exigências já estabelecidas pelas relações de interdependência e complementariedade da estrutura econômica brasileira de então, com a industrialização libertando-se da indução do desenvolvimento via estrangulamento externo; por outro lado, as novas exigências de reprodução do capital em âmbito mundial. Consolidada a hegemonia americana na Europa e Japão, governo e empresa dos EUA reformulam as relações políticas, econômicas e militares com a periferia.

Entretanto, pode-se notar que o imperialismo, por si só, não pode explicar a ruptura do padrão de acumulação no Brasil. Este fenômeno não pode, de maneira alguma, ser qualificado de exterior, uma vez que a expressão concreta do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, enquanto elemento constitutivo do capitalismo mundial, dentro de um processo dialético, derivou-se e acarretou consequências importantes nas relações internas das classes, e, logicamente, nas suas relações de funcionamento com o Estado. Poder-se-ia dizer que o programa empreendido nesta época "foi uma expressão possível das tendências do subsistema econômico brasileiro, em combinação com as tendências do sistema capitalista mundial, numa relação de dependência econômico-político-militar, sob a hegemonia dos EUA".²⁰

Note-se que o padrão de acumulação anterior, parcialmente implantado, possibilitou a formação de excedente em mãos do setor privado, cuja concentração em termos de renda tinha aumentado (salários reais constantes, aumento de produtividade do setor estatal repassada para o setor privado). Isto gerou um novo perfil de demanda que não se materializou por inexistência de produção interna ou carência de divisas (dirigidas quase que totalmente para formação interna de capital). Por outro lado o Estado aparecia fetichizado para as classes exploradas - o governo populista denotava uma ilusão de participação popular -, de tal forma que a aliança com estas classes conferia força para se prosseguir a implementação do novo padrão de acumulação, mediante uma política econômica na qual as empresas do Estado seguiriam seu papel de potencializadoras da acumulação privada sem fortes questionamentos das massas.

A expansão acelerada do novo padrão de acumulação, em sentido vertical e horizontal, relacionou-se em boa parte com as condições que o poder público e as relações de classes geraram nas décadas anteriores. O capital alienígena dirigiu-se para os setores de bens duráveis (mais dinâmicos) e alguns ramos da indústria pesada (tab. 4), facilitada a mobilização do capital pela instrução 113/SUMOC.

Tal instrução, permitia aos investidores estrangeiros a importação de bens de capital sem a necessária cobertura cambial, tratamento este que não era dado aos empresários brasileiros. Permitia, ainda, a importação de maquinaria por parte dos investidores estrangeiros, desde que eles "... concordas-

TABELA 4

RECURSOS EXTRANGEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 FINANCIAMENTOS AUTORIZADOS PELA SUMOC E INVESTIMENTOS DIRETOS LICENCIADOS PELA CACEX,
 SEGUNDO O PLANO DE METAS - US\$ 1.600.000

SETORES	A N O S																				
	1955			1956			1957			1958			1959			1960			1961		
	FINAN.	INVES.	TOTAL	FINAN.	INVES.	TOTAL	FINAN.	INVES.	TOTAL	FINAN.	INVES.	TOTAL	FINAN.	INVES.	TOTAL	FINAN.	INVES.	TOTAL	FINAN.	INVES.	TOTAL
ENERGIA	40,4	2,5	42,9	23,9	-	23,9	67,2	0,7	67,9	133,7	-	133,7	95,7	-	95,7	64,2	-	64,2	19,1	-	19,1
TRANSPORTES	31,4	-	31,4	82,7	-	82,7	105,2	0,8	106,0	185,4	1,1	186,5	75,1	-	75,1	41,0	-	41,0	46,4	-	46,4
ALIMENTAÇÃO	-	1,4	1,4	8,1	0,4	8,5	36,2	3,3	39,5	15,8	0,7	16,5	9,7	-	9,7	42,2	12,2	54,4	0,3	4,0	4,3
IND. BASE	6,3	11,3	17,6	183,9	16,0	199,9	213,3	42,9	256,2	152,5	70,3	222,8	208,9	53,7	262,6	129,7	78,6	202,3	51,3	23,5	74,8
EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,5	-	4,5	-	-	-
OUTROS EXTRA METAS	1,3	16,1	17,4	12,3	39,3	51,6	29,9	60,5	90,4	20,0	10,4	30,4	7,8	12,1	20,3	23,1	22,0	45,1	14,0	11,7	22,7
TOTAL	79,4	31,3	110,7	210,9	57,7	268,6	451,8	108,2	560,0	407,4	82,5	489,9	397,6	65,8	463,4	304,9	106,8	411,7	130,2	39,2	169,4

FONTE: Dados originais retirados da SUMOC.

Compilado de LESSA, C. - 15 Anos de Política Econômica . 2a. Ed, São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 60/65

sem em não serem reembolsados à vista ou sob a forma de dívida diferida, mas através da participação no capital em cruzeiros da empresa a que se destinava o equipamento".²¹ Através deste instrumento o poder público objetivou criar condições mais favoráveis à entrada de capital e tecnologia e à saída de lucros, dividendos e amortizações.

Desse modo, o direcionamento do capital estrangeiro para os setores mais dinâmicos é notório, como vê-se pela tabela 4. A indústria de base (e aí incluem-se os setores dinâmicos) apresenta uma média de crescimento dos investimentos de 45,5% e um crescimento de 595% no período de 1955-60. Entretanto, observe-se que o financiamento para os outros itens é sempre superior aos investimentos, do que evidencia-se o papel do Estado (dado que são financiamentos em setores a seu cargo) como potencializador da acumulação privada, tendo em vista o caráter de complementariedade da estrutura industrial brasileira.

Por outro lado, não se pode negar que se reduziu o peso específico de certos itens de importação, com relação ao conjunto de bens disponíveis no mercado.²² Diversificou-se a estrutura de importações segundo as novas exigências de um sistema econômico mais integrado. Note-se, na tabela 5, o comportamento dos itens bens de capital e bens de consumo manufaturados; enquanto o primeiro apresenta um crescimento de 33,1% o segundo tem comportamento inverso, apresentando queda de 86,2%. Estas alterações refletem obviamente as medidas orientadas para a substituição de importações, não obstante não se possa esquecer as alterações de pesos respectivos nas categorias, isto é, a alteração da pauta de importações.

Entretanto, o processo apresenta um caráter contraditório. Ao instalar-se unidades industriais para produção de bens de consumo final (anteriormente importados), tende-se a expandir o mercado interno desses bens, quer pelo aumento de rendocorolário dos investimentos -, quer pela ausência das restrições internas que sofriam os bens importados. Não obstante, sua produção substitui somente parte do valor agregado, o que apresenta, como consequência, um crescimento rápido da demanda

²¹ Gordon, L. et al - United States Manufacturing Investment In Brazil - Citado por Baer, W. In A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil - Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983, p. 48.

derivada de matérias primas é insumos importados que tendem a ultrapassar as disponibilidades de divisas, principalmente porque a modernização do sistema produtivo orientou-se basicamente para o mercado interno, enquanto os produtos exportáveis apresentavam preços estáveis.

Registre-se, ainda, que ao contrário do que se possa levar a pensar o aumento de renda decorrente dos investimentos, o sistema produtivo direcionou-se para satisfazer a demanda insatisfeita da classe de renda mais alta - visto que a estrutura de distribuição de renda já apresentava considerável concentração. Apesar de permitir e favorecer a diversificação industrial, devido a variedade da demanda nestas classes, entretanto, "apresenta inconvenientes óbvios do ponto de vista das estruturas de custos da concentração econômica interna setoriais e regionais."²³

A política econômica implementada pelo governo apresentava uma política cambial com extrema severidade para com as receitas cambiais, ao mesmo tempo que era liberal para com os capitais estrangeiros. A lei de tarifas foi "na prática uma política de criação de mercados 'cativos' para as indústrias em implementação (...) muito contribuiu para a oligopolização dos novos setores industriais, e (ao contrário do que se poderia esperar foi) muito menos um mecanismo auxiliar de encarecimento do preço das moedas estrangeiras!"²⁴

acepção simples do termo não se aplica ao caso brasileiro no período.

²³ Tavares, M. C. - Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro - Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 48.

TABELA 5

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIAS
(PERCENTAGENS BASEADAS NO VALOR DÓLAR)

BCME - BIBLIOTECA

CATEGORIAS	1938-39	1948-50	1961
Produtos Alimentares, bebidas/ fumo	14,9	17,9	13,5
Combustíveis, Lubrificantes e derivados de Petróleo e carvão	13,1	12,8	18,8
Matérias Primas (exclusive an teriores)	30,0	23,8	26,3
Bens de Capital	29,9	35,2	39,8
Bens de Consumo Manufaturados	10,9	9,7	1,5
Diversos	1,2	0,6	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Baer, W. - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1983, p. 30.

Por outro lado, a política fiscal praticamente congelava as receitas do governo, as quais apresentavam déficit constante no orçamento fiscal (tab. 6). E a política monetária e financeira originava uma espiral inflacionária, facilitando a acumulação, pelo menos nos primeiros anos do plano, porque funcionava como mecanismo de poupança forçada, enquanto produzia reajustes de preços contínuos, conquanto os salários se mantivessem constantes. Estes cresciam a taxas insignificantes e em sentido inverso à produtividade do trabalho nos novos setores, seja pelas novas técnicas, seja pela transferência de produtividade das empresas estatais. O diferencial produtividade/salário ampliou-se consideravelmente, aumentando as margens de lucratividade e acumulação (ver tabela 7).

De maneira sucinta e sem entrarmos na questão do planejamento explicitado no plano de metas, uma análise do plano deixa transparecer algumas contradições. Primeiramente, a crise fiscal que resultou da contradição entre as tarefas que o Estado se viu obrigado a desempenhar, para a continuidade da acumulação (um financiamento inflacionário) e suas bases so-

TABELA 6

BRASIL - DESPESA E RECEITA EM PORCENTAGEM DO PIB - SUBSÍDIOS
EM PORCENTAGEM DA DESPESA - 1947 - 64

ANOS	A PIB	B DESPESA	C RECEITA	SALDO	D SUBSÍDIOS	B/A %	C/A %	D/B %
1947	164,9	13,4	13,9	0,5	0,2	8,13	8,43	1,49
1948	194,6	15,7	15,7	-	0,2	8,07	8,07	1,27
1949	229,9	20,7	17,9	- 2,8	0,3	9,00	7,79	1,45
1950	272,1	23,7	19,4	- 4,3	0,6	8,71	7,13	2,53
1951	322,7	24,6	27,4	2,8	0,4	7,62	8,49	1,63
1952	397,3	28,5	30,7	2,2	0,5	7,17	7,73	1,75
1953	469,5	39,9	37,1	- 2,8	0,5	8,50	7,90	1,25
1954	627,4	49,3	46,5	- 2,8	0,7	7,86	7,41	1,42
1955	783,4	63,3	55,7	- 7,6	1,0	8,08	7,11	1,58
1956	995,9	107,0	74,1	-32,9	4,4	10,74	7,44	4,11
1957	1.218,0	118,7	85,8	-32,9	4,9	9,75	7,04	4,13
1958	1.457,5	148,5	117,8	-30,7	17,5	10,19	8,08	11,78
1959	1.989,6	199,2	157,8	-41,4	19,4	10,01	7,93	9,74
1960	2.755,7	296,6	233,0	-63,6	24,3	10,76	8,46	8,19
1961	4.052,1	442,7	317,5	-125,2	48,9	10,93	7,84	11,05
1962	6.601,4	778,8	497,8	-281,0	86,7	11,80	7,54	11,13
1963	11.923,6	1.435,0	930,3	-504,7	205,5	12,03	7,80	14,32
1964	23.065,0	2.617,1	1.888,9	-728,2	386,5	11,35	8,19	14,77

FONTE: Elaborada a partir dos dados da:
Conjuntura Econômica, FGV, Set/71 e
Estudos APEC - Jul/71.

TABELA 7

BCME-BIBLIOTECA

PRODUTIVIDADE DO OPERÁRIO E CRESCIMENTO DO SALÁRIO REAL
NO SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - BRASIL
(1955 = 100)

GRUPOS	1956		1958		1962	
	S	P	S	P	S	P
I	110	99	112	125	107	148
II	105	115	109	123	107	152
III	104	117	110	161	111	221
TOTAL	108	107	113	132	112	173

GRUPOS: I - Produtos de madeira, couro, têxteis, alimentos, bebidas, editorial e gráfico.

II - Minerais não metálicos, produtos de borracha, químicos e metálicos.

III - Equipamentos de transportes, elétricos e de comunicação; produtos mecânicos.

S = SALÁRIO

P = PRODUTIVIDADE

FONTE: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Programa Estratégico de Desenvolvimento 1969-70 Estudo Especial, A Industrialização Brasileira: Diagnósticos e Perspectivas, Rio de Janeiro, p. 146.

Compilado de Baer, W. - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1983, p. 30-

BCME - BIBLIOTECA

lecer uma reforma fiscal. A tabela 6 espelha o constante déficit do período de implantação e maturação do referido plano. As receitas apresentam-se em um nível médio de 7,8% como proporção do PIB, enquanto as despesas situam-se em torno de 10,3% também como proporção do PIB. Por outro lado, os subsídios crescem de 4,4% (1956) para 24,3% (1960), um crescimento de 452% e, em termos de proporção das despesas, passa de 4,11% para 8,19% nesse mesmo período, apresentando um pico de 11,78% em 1958.

Em segundo lugar, tendo em vista o limitado potencial do mercado interno, os setores de maior confluência de capital apresentaram, dentro do desenvolvimento do plano, uma rápida tendência de queda da taxa de lucro, como resultado da própria elevação da composição orgânica do capital, o que influenciou, inclusive, a crise dos anos 60. Isto se explica pelo fato de que a elevação da composição orgânica de capital implicou em plantas de escalas expressivas que, não obstante se apropriarem da maior parte da mais valia produzida - inclusive da parte produzida pelos setores não monopolistas e pelo setor estatal - encontrou limites para sua produção nas deficiências do próprio mercado interno.

Dentro da visão que se quer focar, ou seja, a participação do Estado, o desenvolvimento deste período evidencia uma forte evolução das relações Estado/economia, implicando em "transformações qualitativas" na figura do poder público. Isto porque o Plano de Metas significou uma internacionalização acelerada da economia brasileira pelos novos empreendimentos, associações, transferência de "know how" e tecnologia para o parque industrial do país, além de consolidar e expandir o setor privado interno (a grande burguesia) via estímulos diretos e indiretos. Pode-se-ia dizer que a opção do programa foi uma decisão política de desenvolvimento econômico, que, subjacentemente, reestruturava a dependência da economia brasileira com relação aos centros capitalistas, abandonando a inspiração de emancipação e autonomia de períodos anteriores.

Note-se que a decisão política encontrou respaldo, e foi cooptada pelo capital alienígena, principalmente o americano. Após a reestruturação das economias européias mais importantes - consequências da segunda guerra - o capital americano dirigiu-se para a América Latina, tida como seu mercado em particular.

de reprodução do capital como elemento imprescindível e dada a forma como implementou o Plano de Metas, evidenciamos que o processo de internacionalização do capital não despreza nem se opõe à intervenção estatal, mas, pelo contrário, exige o reforço de sua presença enquanto representação social organizada do capital, capaz, portanto, de propiciar os suportes necessários para a acumulação. A tabela 8 demonstra a participação média do Estado no investimento fixo que passa de 21,06% no período 1951-54 para 24,5% no período 1955-60, ou seja, a queda do investimento privado (299%) é compensada pelo aumento substancial do investimento público (467%) no último período citado. Nesse mesmo período, as inversões do Setor Produtivo Estatal (SPE) passam de 4,8% para 11,5%,²⁵ sendo o principal responsável pelo surto industrializante.

Enquanto processo econômico, a industrialização expressada no plano de metas apresenta um outro caráter contraditório com o subsistema brasileiro, integrando-se quase totalmente à estrutura econômica mundial via empresas transnacionais. Isto porque a "substituição de importação" gerou novas exigências de intercâmbio com os centros capitalistas. O conceito de substituição de importação apreendeu somente um aspecto da realidade, não mostrando que o surgimento de indústrias (nacionais, alienígenas ou suas associações) criava novas relações externas, as quais atendiam exatamente ao novo estágio do imperialismo, isto é, a exportação de capitais. Em outros termos, o setor de bens de produção passa a depender dos centros capitalistas, apesar de que as relações centro/periferia ocorressem num patamar mais elevado dentro da divisão internacional do trabalho, com a industrialização voltada para o mercado interno não obstante suas limitações, dado o padrão de desequilíbrio de renda e, no entanto, financiado e controlado pelo capital estrangeiro.

Aqui podemos ver que quanto mais o processo de internacionalização evolui, isto é, quanto mais o padrão de acumulação interna converte-se numa simbiose com o modo de produção que impera em todos os campos fundamentais da produção dos países centros, mais evidencia-se a incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista.

²⁵ Coutinho, et al - O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo. In Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Org. Carlos Estevam Martins, São Paulo, Hucitec, 1977, p. 63.

TABELA 8

BRASIL - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E
PRIVADOS NA FBCF E EM % PIB - 1947 - 64

ANO	PIB - A -	FBKF - B -	FBKF S.Pub.-C-	D = C/B %	E = C/A %	FBKF S.PRIV.-F-	G = F/A %	H = F/B %	D + H %
1947	164,9	31,1	4,5	14,57	2,73	26,6	16,13	85,53	100
1948	194,6	31,1	7,0	22,51	3,60	24,1	12,38	77,49	100
1949	229,9	35,8	9,5	26,54	4,13	26,3	11,44	73,46	100
1950	272,1	40,8	11,6	28,43	4,26	29,2	10,73	71,57	100
1951	322,7	59,5	12,6	21,18	3,90	47,4	14,69	79,66	100
1952	397,3	66,4	14,7	22,14	3,70	53,7	13,52	80,87	100
1953	469,5	71,6	15,1	21,09	3,22	56,5	12,03	78,91	100
1954	627,4	105,4	20,9	19,83	3,33	84,5	13,47	80,17	100
1955	783,4	106,4	22,3	20,96	2,85	84,1	10,74	79,05	100
1956	995,9	140,7	26,7	18,98	2,68	114,0	11,45	81,03	100
1957	1.218,0	172,9	47,5	27,48	3,90	125,4	10,30	72,52	100
1958	1.457,5	236,9	68,5	28,92	4,70	168,4	11,55	71,08	100
1959	1.989,6	367,8	85,5	23,25	4,30	282,3	14,89	76,75	100
1960	2.755,7	466,6	126,5	27,11	4,59	336,0	12,19	72,01	100
1961	4.052,1	696,9	173,0	24,82	4,27	523,9	12,93	75,18	100
1962	6.601,04	1.180,6	297,8	25,22	4,51	882,8	13,37	74,78	100
1963	11.928,6	2.098,8	482,1	22,97	4,04	1.610,7	13,50	76,74	100
1964	23.055,0	3.804,3	964,2	25,35	4,18	2.840,1	12,32	74,65	100

FONTE: Elaborada a partir dos dados da:
Conjuntura Econômica, FGV, Set/71.

Isto porque ao sofrer as injunções do padrão de acumulação do centro, este já encontra raízes meio profundas da base da organização social do país periférico, ou seja, a base da sua estrutura sócio-econômico-política formada, a qual sofre, daí em diante, viéses tendenciosos que complementarão o monopólio capitalista.

BCME - BIBLIOTECA

Daí que, em vista da desmedida acumulação de capital em mãos monopolistas que se converte em excedentes de capital, países como o Brasil sofrerem a ingerência no seu desenvolvimento. Ingerência que se dá não com base na cooperação, mas, ao contrário, com o objetivo de aumento da própria acumulação do centro via maior exploração dos países periféricos. "A divisão do trabalho adquiriu o aspecto da distribuição do mundo entre nações adiantadas e países pobres entre monopólios (ou oligopólios) e nações dependentes, tudo isto imolado no altar da absorção monopolista e da opressão financeira de grandes riquezas da terra".²⁶

Note-se por exemplo as inversões para América Latina (tabelas 9 e 10) do país hegemônico do mundo capitalista. Na década de 50 as inversões mais do que duplicaram, um crescimento de 128%, com um predomínio do setor do petróleo (especialmente na Venezuela) e manufatura (tab. 9). Por outro lado, o item agricultura apresenta uma queda de 27%. Se tomarmos o período 1946-60, este apresenta queda de 38,5%, enquanto os dois primeiros itens crescem 56,5% e 92,3% respectivamente. Ao analisarmos em termos de indústria manufatureira (tab. 10), os segmentos de química e afins e metais, maquinaria e veículos são os pontos dinâmicos para onde convergem a maior parcela das inversões, enquanto a alimentação tem sua participação cada vez mais decrescente.

Em momento nenhum o excedente de capital haveria de ser invertido na elevação do nível de vida dos povos destes países pobres, no desenvolvimento efetivo da periferia de modo a favorecê-la. Se assim o fosse o monopólio capitalista criaria seu próprio concorrente e, desse modo, desnaturalizar-se-ia e negar-se-ia. Em termos mais amplos, o capitalismo deixaria de sê-lo, "... pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são condições e premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção".²⁷

BCME - BIBLIOTECA

TABELA 9

EVOLUÇÃO DAS INVERSÕES DIRETAS DOS E.U.A NA AMÉRICA LATINA
 31 DE DEZEMBRO DOS ANOS INDICADOS
 MILHÕES DE US\$ e %

	1919	1929	1936	1940	1946	1950	1955	1957	1960	1963
TOTAL US\$	2.000	3.000	2.800	2.800	3.800	3.500	6.600	7.400	8.000	8.700
<u>PORCENTAGEM</u>										
MANUFATURA	4	7	7	8	13	17	21	19	25	24
PETRÓLEO	16	17	15	21	23	30	27	36	35	36
ELETRICIDADE e										
TRANSPORTES	15	25	30	35	30	22	17	14	11	8
AGRICULTURA	25	23	13	13	13	11	9	7	8	-
MINERAÇÃO e										
METALURGIA	33	21	25	18	17	14	15	14	12	1

FORTE: Dorfman, A. - La Industrialización de La América Latina Y Las Políticas de Fomento. México, Fondo de Cultura Económica, 1967, p. 203.

TABELA 10

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS INVERSÕES DIRETAS DOS E.U.A. EM
INDÚSTRIAS MANUFATUREIRAS DA AMÉRICA LATINA
MILHÕES DE US\$ e %

INDÚSTRIAS	1929		1936		1940		1950		1957		1963	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
ALIMENTAÇÃO	122	53	78	37	62	30	158	20	200	16	300	14
QUÍMICAS e AFINS	24	11	29	14	76	36	265	34	467	37	736	34
METAIS, MA- QUINARIA / VEÍCULOS ¹	49	21	46	22	37	18	197	26	382	30	808	36
OUTROS ²	36	15	57	27	35	16	160	20	230	17	366	16
TOTAL	231	100	210	100	210	100	780	100	1.279	100	2.210	100

FONTE: Dorfman, A. - La Industrialización de La América Latina Y Las Políticas de Fomento.
México, Fondo de Cultura Económica, 1967, p. 203.

1 - Predominam as automotores; não se inclui metalurgia primária não ferrosa.

2 - Predominam as têxteis e papel.

É dentro deste novo padrão de acumulação que o Estado brasileiro passa a exercer, doravante, a função de "locus" de relação econômico-sociais e, paralelamente, patrocina as relações de produção capitalista.

É possível que os conflitos de classe, as origens do desenvolvimento capitalista brasileiro, suas relações internas e externas, tenha gerado, no desenvolvimento brasileiro a partir de 1930, um divórcio entre as instituições políticas e as condições econômico-sociais do país. Nasce daí, possivelmente, a necessidade de um Estado forte, intervencionista, particularmente face a diferenciação social trazida e mantida em níveis elevados pela industrialização.

A intervenção estatal é, pois, pensada em termos do favorecimento de uma entidade coletiva - a Nação - mas na base de uma demanda particularista (os interesses da burguesia industrial). E, sem esquecer a base sobre a qual assentou-se a expansão do capitalismo no Brasil, a dialética interna das forças sociais em pugna, o novo período de industrialização correspondeu à manifestação concreta, no interior da sociedade brasileira, das relações e estruturas políticas e econômicas, transformando-se, as relações imperialistas (relações externas) em relações de dependências internas, umas e outras interpenetrando-se e sustentando-se.

Dito de outra forma, a dependência estrutural, que sempre norteou a estrutura econômico-sócio-político do Brasil, correspondeu (e corresponde) a manifestações concretas, no interior da sociedade brasileira, de relações e estruturas políticas e econômicas impulsionadas pelo imperialismo que se expandiu pelo mundo.

A estatização "formal" da economia implicou na existência de um Estado produtor direto dos setores estratégicos e controlador, de forma indireta, de faixas substanciais do setor privado. Alterou-se o balanço de poder em favor do setor público, apesar de que no período não se tenha criado grande número de órgãos estatais e, quando aconteceu, em alguns casos, tinha cunho político. Entretanto, tal alteração gerou uma reação empresarial temerosa da possibilidade de um salto dialético, ou seja, o acúmulo quantitativo de novas funções poderiam engendrar um "leviatã" com qualidades novas, adversas aos seus interesses. Não obstante, o Estado, no Brasil, já de há muito, empreendia funções que redundavam basicamente no alargamento

"No Brasil, a fraqueza e a instabilidade econômica, nos levaram a adoção de uma série de planejamentos parciais e intervenções de Estado, sempre reclamados pelos produtores em dificuldades e, quase sempre, mais tarde, por eles mesmos, condenados".²⁸

É evidente a alteração do papel do Estado no novo padrão de acumulação engendrado pelo plano de metas. O surto industrial, apesar de não contribuir para diminuição de concentração de renda, influenciou na questão da consciência de classe; apesar de certos bens (televisão, geladeira etc.) terem passado a constar do ativo domiciliar, o padrão de vida da população urbana parece que acompanhou a deteriorização dos salários reais.

Portanto, o Estado é levado, mesmo com a crise que se desenvolve nos anos posteriores, a acumular suas despesas, aqui não se inclui o SPE, como forma de manter-se com determinada força dentro do jogo político que lhe era desfavorável. Mais uma vez as relações sociais internas, não se nega as nuances da influência externa, determinaram os rumos que o desenvolvimento brasileiro enveredou até o golpe de 1964.

2.4.4 - Período de Transição - 1961/64 - Bases do Golpe de 64

Mais uma vez as lutas de classe da estrutura econômico-político-social são o foco do problema e responderão pelo porquê dos acontecimentos de 1964, não obstante o crescimento econômico do período Kubitschek, no qual o perfil da política econômica era muito menos estruturado do que supunham os responsáveis pelo plano de metas.

Em primeiro lugar tem-se o frustrado golpe de Estado que recebeu o pseudônimo de "renúncia" do Senhor Jânio Quadros e a crise política que se delineou com a posse do novo presidente. Em segundo lugar, a politização crescente das massas, que extrapola os limites urbanos, diante do esvaziamento do poder aquisitivo do salário, isto é, uma maior exploração. Por último, a propagação do debate quanto a reformas de base (agrária, tributária etc.).

Entretanto, busquemos um primeiro confronto de classes

²⁸ Simonsen, R. C. - O Planejamento da Economia Brasi-

que também pesaria nos acontecimentos de 61/64, qual seja, a política de valorização cambial e a restrição as importações, o par de medidas em que se acentou a acumulação industrial interna (de inteiro agrado da burguesia industrial), implicou no início do divórcio entre as classes industrial e latifundiária, uma vez que tais políticas contariavam os interesses desses últimos.

Voltando ao raciocínio, vemos que para a classe burguesa os problemas que o país passou a enfrentar a partir de 61 não passavam pela reforma agrária, elevação de salário nem mercado interno. Para essa classe a ampliação do parque industrial resolveria o problema da renda, emprego etc. Sob o estigma da velha teoria de Adam Smith e alguns pensadores da escola clássica, a expansão da atividade industrial far-se-ia acompanhar de maior disponibilidade social de mercadorias, maior número de empregos, maior volume de salário, enfim, aumento da renda nacional. Nesse contexto a expansão do mercado é consequência da industrialização que, por isso mesmo, pelos seus efeitos "associava-se" aos interesses do proletariado.

Desse modo, refutava-se o Modelo Democrático Burgues²⁹ e os interesses dos latifundiários, associando-se burguesia industrial, Estado, classe média e segmentos operários.

Portanto, o discurso era em prol de maiores taxas de expansão industrial via protecionismo estatal, como solução para o mercado interno e para a miséria popular. Entretanto, tal não significava a criação "artificial" do mercado antes de efetuar os investimentos, por meio de elevação salarial. Afinal, muito antes do Senhor Delfin Neto, advogava-se que a distribuição não pode anteceder o feitiço do bolo. Note-se, por exemplo, as manifestações de apoio da burguesia industrial com relação a sugestões de contenção salarial (1945) e os inexoráveis protestos quando da majoração salarial (1950/54)³⁰. Gostariam os empresários, no entanto, que a classe operária tivesse um alto poder aquisitivo desde que o numerário não saísse dos seus bolsos; como também que a agricultura fosse mais produtiva, o que baratearia alimentos e matérias primas, sem que para isso, fosse preciso desviar capitais alocados nos setores dinâ

²⁹ Modelo inspirado nos textos clássicos do marxismo/leninismo e nas práticas históricas dos países socialistas. Originou-se nas teses da III Internacional para países atrasados e coloniais, baseado na vertente leninista do marxismo. Seus mentores foram os teóricos do Partido Comunista Brasileiro.

nicos de acumulação.

Por outro lado, toda a iniciativa do capital estrangeiro objetivando a industrialização (o desenvolvimento das forças produtivas internas) era bem-vinda, desde que paralelamente estivesse atrelada a uma política que fortalecesse as indústrias nativas "vis a vis" o poder de concorrência das empresas estrangeiras.³¹ Veja-se por exemplo o discurso do Senhor José Ermírio de Moraes: "... a necessidade de investimentos de capital estrangeiro na atual fase do desenvolvimento econômico do país, em vista de não ser suficiente a poupança nacional, para atender as exigências do rápido desenvolvimento industrial"; porém com "o princípio de igualdade de tratamento em relação ao capital nacional, donde a forma de investimento com cobertura cambial afigura-se a mais aconselhável por excluir qualquer discriminação".³²

BCME - BIBLIOTECA

Evidencia-se que a participação do capital estrangeiro era desejada. Recorramos mais uma vez ao Boletim Informativo da FIESP de 13/12/61, quando é feito protesto quanto a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto-de-lei restringindo a remessa de lucros para o exterior. A associação era desejada uma vez que o capital estrangeiro, sob uma discreta legislação, tende a acelerar inexoravelmente o ritmo de acumulação, principalmente em países atrasados, em termos de capitalismo, como o Brasil.

Ora, a burguesia industrial compreendia - daí o desejo de associação - que esse capital empregaria certa massa de operários e de bens de produção, criando, conseqüentemente, uma nova massa de mais valia até então inexistente e que se adicionaria ao capital existente. Some-se, ainda, o poder de transmissão de tecnologia mais avançada, o que permitiria saltos qualitativos e "ipso facto" aumentos enormes no ritmo de acumulação e na taxa de mais valia. Registre-se, entretanto, que tal entendimento vem confirmar a ideologia subjacente aos interesses da burguesia, no caso presente explicitado segundo as condições de desenvolvimento de um país periférico. Tal questão passa, necessariamente, pela participação do capital alienígena.

³¹ Note-se que o protesto empresarial nativo com relação a Resolução 113/SUMOC/55, contestava o privilégio (tratamento diferenciado) dado a empresas alienígenas. A lei em si, desde que também se privilegiassem dela, não era contestada. No entanto, o protesto foi confundido com nacionalismo.

³² Boletim Informativo FIESP 06/12/61. Documento a ser apresentado ao então presidente da república.

Mas, em momento algum, pois, se está confundindo desenvolvimento capitalista com desenvolvimento social da Nação, visto que os interesses do capitalismo, em nosso entendimento, jamais identificou-se com os interesses da Nação como um todo, mesmo quando objetivou-se um desenvolvimento com capitais nacionais.

Portanto, mesmo com os atritos capital alienígena/capital nacional em alguns setores, a instalação do primeiro houve mais por somar. Note-se o incentivo (efeitos para frente e para trás) da indústria automobilística, de eletrodomésticos. A própria expansão da indústria de base (estatal) criou insumos básicos e infra-estrutura para viabilização da acumulação ampliada, inclusive da própria empresa nacional, favorecendo, desse modo, o surgimento de oligopólios nacionais.³³

O problema vinha à tona quando o Estado, mesmo empenhado em garantir as condições de reprodução e acumulação industrial e financeira em escala cada vez crescente, era obrigado, por outro lado, a fazer o jogo populista. Isto porque politicamente a burguesia industrial/financeira não possuía influência elevada na representação política, o que implicava, muitas vezes, em perder votações de projetos importantes.³⁴ Deparava-se a burguesia com a necessidade de maior participação do Estado na economia, dado o atraso do capitalismo no Brasil, e, ao mesmo tempo, isto implicava em que num aparato que ainda não estava totalmente sob sua influência tivesse maiores poderes. Isto evidenciava-se na impotência empresarial diante do parlamento, o que originou o divórcio entre o poder legislativo e o executivo, ou seja, o poder econômico e o político. O Congresso ainda encontrava-se composto em boa parte por representantes da sociedade agrária, melhor integrada ao jogo eleitoral (coronelismo, voto de cabresto, curral eleitoral etc.). Necessariamente, o modelo, político brasileiro não correspondia aos anseios da burguesia industrial/financeira, nem aos interesses do capital estrangeiro na imagem dos EUA.

Em síntese, o projeto de desenvolvimento almejado contava ainda com vários pequenos e médios empresários, além dos grupos estrangeiros que detinham informações que garantia, o rumo que o novo processo de desenvolvimento tomaria. Não surpreende, pois, o apoio americano ao golpe de 64, com o qual se implantou a fase das ditaduras militares implacáveis na Améri-

³³ Grupos: Vilares, Bardela, Vidigal etc.

ca Latina, não obstante, tenham sucumbido os integrantes de menor influência; isto é, pequenos e médios burgueses industriais.

Note-se que a questão nacional do Brasil nos anos 60 já era em termos da contradição básica das sociedades capitalistas mais avançadas, que antepõe de um lado os trabalhadores com algumas alianças, e de outro pequenos e grandes capitais direcionados para os ramos industriais, comerciais e financeiros. Não é sem razão que os pequenos e médios empresários eram mais reacionários diante das mobilizações sociais reivindicativas de melhores salários. Para estes burgueses a contradição capitalXtrabalho é mais intensa, não só pela limitação de produtividade, como também pela mais valia que transferem para os setores de maior composição orgânica de capital, transferência esta não facilmente visível.

É diante de uma situação de inflação incontrollável, com índice que na época considerou-se histórico, 73,5% (1963) ³⁵, de uma política econômica, inerente ao Plano Trienal, incompatível com o divórcio Legislativo/Executivo; das exigências de reformas de base; da crescente insatisfação popular, e, finalmente, dos agregados macroeconômicos em descenso, ³⁶ que a ausência de bases institucionais se expressa claramente na redução do fluxo de investimentos diretos estrangeiros: de US\$ 108 milhões em 61 a US\$ 71 milhões em 62 e US\$ 31 milhões em 63. ³⁷ O impasse era evidente, a agudização das lutas de classes impedia qualquer implementação, por parte do Estado, de uma política coerente, com o que este se immobilizava frente as exigências da direita (estabilização) e exigências da esquerda (reformas);" a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente." ³⁸

Com esta interpretação não se quer ler a história "expost" e daí concluir que sô assim aconteceria. Pelo contrário,

riadas classes do país (oligarquias agrárias, trabalhadores petebistas, classe média e burguesia industrial/financeira).

³⁵ Simonsem, M. H. - Brasil 2001 - Rio de Janeiro APEC Editora, 1969, p. 314.

³⁶ Investimento - 114% (1961/62), PNB 5,4% em 1962 e 1,6% em 1963. Retirados de Moniz Bandeira - Cartéis e Desnacionalização - A Experiência Brasileira-1964/74 - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 16.

a situação de crise econômica - iniciada em 62 - com raízes no modo de produção/acumulação instaurados na década passada, assim como o movimento das massas, delinearão um clima pré-revolucionário. Contudo, o fato de que a contradição capital X trabalho estivesse escamoteada e disseminada no seio do nacionalismo, e portanto não questionasse o Estado burguês, levou o movimento a abrir espaços para uma nova forma de acumulação, diferenciada das etapas anteriores, excluindo a presença popular e segundo as necessidades do capital monopólico. Nesse contexto, "... o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação da expressão econômica e repressão"³⁹

É nesse contexto de definições, principalmente com relação ao "Novo Estado" que se implantou - baseado em doutrina de segurança nacional, inimigo interno, geopolítica, destino manifesto e tantos outros conceitos, distantes infinitamente de todos os anseios do povo brasileiro, violentado nos seus mínimos direitos de pessoa humana, que buscaremos entender o desenvolvimento capitalista no pós-64, a forma de participação do Estado e a atuação das empresas estatais no processo de viabilização da expansão de acumulação do capital monopólico.

A evolução histórica do capitalismo demonstra que não se repetem trajetórias: o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos jamais reproduziu os padrões verificados no capitalismo avançado. As relações que existem no desenvolvimento do capitalismo periférico entre forças externas e internas formam um todo complexo cujos vínculos estruturais não se baseiam apenas em formas externas de coerção e exploração. Assentam-se em bases que apresentam interesses coincidentes entre as classes dominantes locais e internacionais, os quais, por sua vez, são questionados por grupos e classes dominados.

É evidente que a penetração imperialista nos países periféricos resulta da ação de forças sociais externas - empresas transnacionais, sistemas financeiros internacionais, embaixadas (expressão escamoteada dos interesses do seu país), intercâmbio das forças armadas etc. Mas o sistema de dominação que se implanta no país periférico surge como uma força interna resultante das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam fazer prevalecer interesses forâneos, não especificamente porque tenham de assim proceder, mas porque aqueles interesses podem representar ou viabilizar os próprios interesses dos grupos ou classes sociais do país periférico. Daí que se tem diferentes sistemas de dominação, nos quais as antigas formações sociais delinearam ou contribuíram, para se trilhar o caminho da democracia, autoritarismo, ditadura etc, facilitando dessa forma a penetração imperialista.

Nesse sentido, podemos evidenciar o caminho traçado pela maioria dos países da América do Sul nas duas últimas décadas. A ausência de uma classe econômico/política coesa (especificamente o caso do Brasil) facilitou sobremaneira o início dos regimes militares autoritários. Esse foi, praticamente, o caminho encontrado para viabilizar a penetração imperialista na América do Sul.

A semelhança de interesses é, em muitos casos, facilitada pela ideologia de componentes do aparelho de Estado que alimentam intenções quanto ao seu próprio interesse. Para alguns destes componentes "... o governo é um ente essencialmente aético e como tal são válidos todos os meios para atingir os fins

desejados".¹

É pois, dentro da ideologia de um "novo Estado", implantada no início de 1964, mantendo e aprimorando o padrão de acumulação de capital, que o desenvolvimento capitalista no Brasil irá conhecer um auge que, mantidas as devidas proporções com o caso japonês, denominou-se de "milagre brasileiro". Para se conhecer tal fenômeno, a ideologia do regime militar gerou um modelo cujo fim era transformar o Brasil numa "potência" mundial, sem no entanto considerar os anseios e necessidades do seu povo. Note-se a insanidade da ideologia dos detentores do regime quando prevê que "para tais metas primordiais e relevantíssimas, pode ser necessário o sacrifício de sucessivas gerações".²

3.1 - O "Novo Estado" Remanescente do Golpe de 1964

O regime originado do golpe de 1964 é fortemente impregnado de ideologias, fundidas numa "Grande Estratégia" à qual se subordinam a "estratégia militar, a econômica, a política" e uma estranha "Estratégia Psicossocial". É como um "Deus ex Machina" que os detentores do poder estatal pós-64 imaginam o Estado e imaginam-se como o Estado. A "Grande Estratégia" tem como um dos seus pilares a "Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional" que se definiria como "um corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político econômico de programas governamentais. Permite (a doutrina) o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativos periódicos".³

Logo, é dentro desta definição que a sociedade civil é obrigada a conviver com estruturas que lembram uma situação de

¹Jornal do Brasil - 10.05.73 - Carta do Senhor Fernando Cirne Lima, endereçada ao então Presidente da República, questionando a visão, acima citada, do Senhor Delfin Neto. Citado por Moniz Bandeira, Cartéis e Desnacionalização - A Experiência Brasileira 1964-1974. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 67.

²Manual da Escola Superior de Guerra, p. 339, Citado por Maria H. M. Alves - Estado e Oposição no Brasil - 1964-1984 - Rio de Janeiro, Vozes, 1984; p.51.

³Maria H. M. Alves - Estado e Oposição... op. cit. p.

guerra. O poder central impõe uma ideologia de constante ameaça, na qual a sociedade civil é o objeto e sujeito, o que justifica o emprego da repressão no controle da população - tomada como "inimigos internos" potenciais - e os poderes ilimitados dos órgãos de segurança do Estado. Daí, passa a existir neste país uma característica díspar: todo cidadão é culpado (?) até prova em contrário!

O desenvolvimento e crescimento econômico do país, como elemento da "Grande Estratégia", é implementado de forma a "compilar as informações necessárias à uma política coerente de desenvolvimento econômico integrada à política de Segurança Nacional".⁴ Registre-se que os elementos que compõem a estratégia geral se diferenciam entre si pelos campos de ação que lhes são próprios, embora jamais deixem de ser solidários quer seja no tempo ou no espaço. Ao se colocar uma rígida subordinação de todas as políticas de atuação à estratégia maior, a solidariedade dos seus elementos é fundamental.

No caso da política de desenvolvimento econômico, existe uma associação intrínseca desta com a doutrina de segurança nacional: não pode haver esta sem um alto grau daquela. "Para se atingir a plenitude da doutrina é necessário que o país enverede por um desenvolvimento econômico que garanta o progresso dos recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização de recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicação para integrar o território, assim como o treinamento de força de trabalho especializada".⁵

Ao se colocar o problema do desenvolvimento econômico no âmbito mundial, isto é, nas relações centro/periferia, mais uma vez impregna-se o modelo econômico que se implantou de ideologias tais como "destino manifesto", "geopolítica" e "regiões tamponar". Entende-se que o modelo econômico adapta-se perfeitamente à doutrina disseminada, ou, em outros termos, que tal modelo importa mais à defesa militar do que às necessidades básicas materiais e espirituais da população.

É evidente que o processo de desenvolvimento empreendido pelos usurpadores do poder não comunga, pelo menos para aqueles que conseguem ver sua essência, com os discursos oficiais. O desenvolvimento regional é buscado não visando o bem-estar da população local. Mas, pelo contrário, é visto como solução para "tamponar possíveis vias de penetração". De início, as áreas

⁴Idem p. 45.

escolhidas eram principalmente as grandes detentoras de riquezas minerais (áreas de segurança nacional), que permitiriam um maior poder de barganha quando das negociações e comércio com os países desenvolvidos; "As vantagens que daí pudessem decorrer para a população são secundárias para as considerações de ordem geopolítica que determinam a fixação de prioridades".⁶

BCME-BIBLIOTECA

Não é nenhuma novidade que as políticas implementadas pós-64 tinham uma marca militar, independente de ser ou não do âmbito militar. Tudo girava em torno da Doutrina de Segurança Nacional. É, assim, coerente com a ideologia do "novo Estado" o alto nível de centralização e regulamentação da economia e o aumento considerável do envolvimento do Estado na produção direta e exploração de recursos minerais, através das empresas estatais que proliferam nesta época (ver Tabela 1.1).

Ociosos dizer, então, quais as ideologias que influenciaram a criação de muitas estatais, não obstante parecer que aquelas iniciaram um processo de diluição espontânea, pelo menos quanto a questão do aspecto empresarial das estatais. Convém, no entanto, procurar delinear o tipo de direcionamento que o Estado e, conseqüentemente, suas empresas sofreram, e, de certa forma, ainda sofrem. Notadamente, após 1964, "a ESG conseguiu doutrinar um número cada vez maior de oficiais de médio e alto escalão do Exército, e a ideologia da Segurança Nacional permeou tanto as Forças Armadas quanto o governo, moldando suas atitudes em relação a um modelo sócio-econômico e político alternativo às classes operárias. No entanto, seria útil situar a presença, no governo, dos oficiais da ESG, em particular, e dos militares em geral. (...) enquanto a formulação de diretrizes políticas e a tomada de decisões estavam em mãos de civis do complexo IPES/IBAD - na maioria grandes empresários (com passagem pela ESG) - a condução das diretrizes políticas nacionais estavam parcialmente nas mãos dos militares politizados e formados na ESG".⁷

Contudo, apesar de todas as vantagens que se pensava ter, tal como um certo poder de barganha nas relações centro/periferia, o capitalismo brasileiro não poderia atingir ou transformar-se no sonho militar - veja-se capítulo 1 - , não

⁶ Idem p. 58

⁷ Dreifuss, R. A. - A Conquista do Estado - Rio de Janeiro

TABELA 1

CRIAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS
1908 até 1975

1808	-	1
1860	-	1
1937-1945	-	12
1946-1949	-	0
1950-1953	-	9
1954-1955	-	0
1956-1960	-	8
1961	-	3
1962-1963	-	4
1964	-	5
1965-1966	-	7
1967-1969	-	34
1970-1973	-	74
1974-1975	-	15
Total	-	173
Dados não Disponíveis	-	44
Total	-	217

BCME-BIBLIOTECA

FONTE: Araújo, B. J. - Intervenção Econômica do Estado e Democracia. In Estado e Capitalismo no Brasil. Org. Carlos Este - vam Martins, São Paulo, HUCITEC, 1977, pp. 221/40.

obstante os desígnios do idealizador das doutrinas que impregnaram o Estado brasileiro, ou seja, "... justo nos parece façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos (posição geográfica, extensão territorial, recursos minerais etc) para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever (...) também nós podemos invocar um 'destino manifesto', tanto mais quando ele não colide no Caribe com os nossos irmãos maiores do norte".⁸

Entretanto, apesar dos "trunfos valiosos" e da não colisão de interesses, como se pensava, a verdade para o imperialismo é uma somente: aumentar cada vez mais o seu poder de exploração. Expandir o processo imperialista de forma a permitir um sub-imperialismo seria criar sua própria antítese, dar vida a um concorrente, negar-se a si próprio.

É necessário captar que o imperialismo, sob a hegemonia americana transferiu, de forma acintosa, para o exterior a estimulação, orientação e controle do processo. Aos países periféricos o papel de "transportador" para o fardo da acumulação; aos países centrais os efeitos multiplicadores mais importantes. Estes últimos funcionam como centros dinâmicos de apropriação das maiores quotas do excedente econômico gerado pelo sistema produtivo global.

Além do mais, países como o Brasil, foram favorecidos pelo novo elemento que passou a nortear o imperialismo. Aos processos históricos de natureza sócio-econômico-cultural, alia-se a dinâmica da força política. Isto porque o fantasma de uma economia socialista bem sucedida e expansiva - dotada de padrões equivalentes à economia capitalista: tecnologia, administração, organização, produtividade etc - passou a existir no pós Segunda Guerra.

Nesse contexto, as nações capitalistas centrais, lideradas pelos EEUU, foram compelidas a desenvolver um processo de progresso do imperialismo que se assemelhou a uma "defesa agressiva" do capitalismo, uma necessidade de buscar sua supremacia em si mesmo.

O jogo político apresentou como corolário a hiperinfluência dos EEUU, não se negando, no entanto, que houve, e continua a haver - talvez em maior intensidade - tensões e rupturas. Entretanto, estas são negociadas - pelo poder corrup

tor do processo imperialista em condições seguras para o seu fortalecimento.

Portanto, como um subconjunto de um universo, que constrói seu próprio fim, mas que, ainda apresenta um sentido de forte coesão, o Brasil foi "beneficiado" pelo processo político que passou a nortear o imperialismo pós Segunda Guerra.

Assim, o Brasil teve que se adaptar às condições do sistema capitalista mundial sofrendo as consequências e benefícios da contração e expansão do ciclo de acumulação capitalista. Entretanto, não obstante os "trunfos" que se admitia como favoráveis ao Brasil, o capital, como um todo do sistema, visa sua reprodução independente de qualquer segmento individual de capital, deste ou daquele país.

Note-se que a taxa de juros internacional como "Prime Rate" segue seu curso alheia aos problemas específicos de qualquer país. A evolução desta taxa (tabela 2) coincide e relaciona-se mais com os ciclos da acumulação capitalista mundial do que com os ciclos deste ou daquele país, especificamente com o ciclo de desenvolvimento de um país periférico. E o reordenamento interno, dado a necessidade de adaptação à acumulação mundial, implicou a urgência de um redirecionamento rápido e sem questionamentos quanto aos custos do desenvolvimento/crescimento econômico, subordinados, daí por diante, às ideologias da "Grande Estratégia".

O programa econômico implementado objetivou a contenção do processo inflacionário. Neste sentido, desenvolveu uma política que assentou-se, primordialmente em: a) reorganização do sistema financeiro impondo uma severa política de crédito ao setor privado; b) reformulação tributária objetivando primordialmente o déficit de governo, e c) uma política de archo salarial. O severo controle de crédito (com taxas de juros positivas) fez com que muitas empresas nacionais fossem praticamente doadas ao capital estrangeiro, o que mascarou, em muito, os investimentos totais estrangeiros, uma vez que a compra das empresas eram consideradas como investimentos. Revogou-se a lei de remessa de lucros e de registro de capitais e, paralelamente, atribuiu-se ao capital alienígena as mesmas facilidades (?) do capital nacional.

Reforçada pela estrita observância da CLT e pelos novos mecanismos institucionais de regulação de greve, impôs-se uma sórdida política social - a qual facilitou sobremaneira a ex-

T A B E L A 2

EVOLUÇÃO DA "PRIME RATE"

ANOS	% MÉDIA
1969	8,21
1970/72	4,00
1973	8,73
1974	10,50
1975	5,80
1976/77	5,50
1978	7,93
1979	11,20
1980	13,30
1981	16,00
1982	14,30

FONTE: Revista Senhor - Editora Três, 20.10.82.

Note-se que a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não só favoreceu o capital privado diretamente - especialmente o capital hegemônico - ou seja, facilitou sua mobilidade para setores mais lucrativos sem grandes custos empregatícios (encargos sociais) e a rotatividade da mão-de-obra; daí o conseqüente rabaixamento do piso salarial mais facilmente. Por outro lado, poder-se-ia afirmar que os efeitos multiplicadores indiretos situaram-se ao mesmo nível dos efeitos diretos.

Isto porque o percentual de 8% do salário dos empregados, depositados pelas empresas - em nome do empregado! e administrado pelo Governo - direcionou-se para a constituição do Banco Nacional de Habitação que, operando-o, impulsionou, juntamente com os recursos provenientes das cadernetas de poupanças, a construção civil, favorecendo substancialmente os grandes grupos nacionais dos ramos de metalurgia, cimento e construção.

Registre-se que apesar de comporem a maior "fatia" do FGTS, os empregados e operários dos níveis salariais mais baixos (considerando até 2,5 salários mínimos) são os menos favorecidos pelo programa do BNH. Além do mais, ao impulsionar a construção civil, os efeitos multiplicadores fez-se sentir em vários segmentos outros, influenciando positivamente aquele nível de emprego, o que favoreceu a aparência de benefícios sociais decorrentes da implantação do programa do FGTS e BNH. Não obstante, no âmago da questão está a maior exploração do operário/empregados como mola propulsora da dinâmica da política que envolveu o FGTS e BNH.

Em resumo, há de se reconhecer que o "Novo Estado", e não o novo padrão de acumulação, pós-64 foi fortemente moldado pela ideologia da doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional. Em nome de um comunismo que ameaçava a sociedade - visível somente pelos olhos dos militares e classe hegemônica - aquela doutrina levou ao abuso de poder, impregando a sociedade civil de esdrúxulas estruturas.

O Brasil cresceu, sem dúvida, mas apoiado na expansão da indústria de bens de consumo duráveis, explorada pelo capital alienígena, cujos países de origem procuraram a todo custo reservar para si a produção de bens de capital, a tecnologia e o "nervo" financeiro, como condição de sua preponderância. A relação centro/periferia passa a situar-se num patamar mais

lizados, à condição de exportador de bens manufaturados e importador de bens de capital.

No modelo econômico adotado, a infra estrutura modela a feição da superestrutura. A liberdade de concorrência, dentro de sua dialética, acaba negando-se a si mesma, gerando o monopólio. O que ocorre neste cenário é a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais gigantes.

Quanto à nova realidade que o padrão de acumulação no Brasil apresentará, remetamos o raciocínio para o tópico 1.2 onde foram tratados as interferências externas que as superestruturas dos países periféricos sofrem e o contexto político que norteia o desenvolvimento/defesa do imperialismo.

O processo imperialista, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações periféricas, como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações do centro, não obstante os conflitos de interesses e rupturas entre ambos. Estes são negociados mais facilmente to da vez que, tais quais os interesses privados externos, os interesses internos estiveram sempre empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de valores extremamente particularistas e egoístas.

Note-se que, no âmbito da divisão internacional do trabalho, o papel que o Brasil passou a desempenhar em termos de América do Sul⁹ satisfaz as classes hegemônicas internas (militares, burguesia industrial). Para os interesses imperialistas (pela ameaça potencial de Cuba!) o novo patamar daquela divisão - dada toda a lógica de desenvolvimento dependente - não fugiu à lógica imperialista. A aparente supremacia econômica nos mercados da América do Sul e África, por parte do Brasil, foi uma maneira de obscurecer que os países periféricos foram transformados em mercadorias e negociados à distância, sob condições seguras e ultralucrativas. Para muitos tecnocratas e militares brasileiros isto assemelhou-se a um sub-imperialismo, quando na verdade o Brasil não passa de um simples "intermediário" ou "capataz" em condições que, em essência, não o diferenciam em muito das outras nações exploradas.

Antes de fazermos a análise da inserção das Empresas Estatais (EE) na nova realidade que o país apresenta no pós-64, façamos uma caracterização da Secretaria de Controle de Empresas

Estatais - Órgão de controle das EEs criado em 1979 - e das empresas do governo especialmente do SPE (Setor Produtivo Estatal).

3.2 - Origem e Objetivos da SEST

BCME - BIBLIOTECA

O método de análise que empreendemos no desenvolvimento do trabalho não menosprezou as relações subjacentes ao modo de produção capitalista, ao qual o modelo de desenvolvimento brasileiro adaptou-se em sua totalidade.

Assim sendo, não se poderia procurar a origem da Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST - desvinculada das articulações e objetivos que se encontram obscurecidos pelo discurso oficial.

Segundo este discurso, as razões que fundamentaram a criação da SEST decorreram da necessidade de ajustamento da ação das empresas do Estado, como um todo harmônico, "aos interesses da política econômica global, dentro de um marco referencial completo (...) (que) se traduzissem em: a) explicitação dos gastos totais e não apenas dos investimentos; b) conciliação do total de usos e fontes e consequente eliminação do conceito de 'recursos a definir'; c) abrangência de todo o universo das estatais, incluindo as subsidiárias e coligadas, em lugar de restringir-se apenas às empresas líderes ou empresas-mãe; e, também, d) completo conhecimento dos estágios e efeitos dos empreendimentos em execução e das suas exigências e viabilidade de recursos".¹⁰

Tais justificativas prendiam-se ao fato de que inexistindo um órgão controlador, previamente institucionalizado, que compatibilizasse os objetivos e anseios das empresas e setores a que se ligavam, as decisões se processariam através de fatos isolados, envolvendo fixação de preços, alocação de recursos da União, vinculação das receitas fiscais, autorização para obtenção de créditos externos etc. Note-se que em alguns casos os objetivos de determinados segmentos produtivos conflitou com a política econômica nacional pela existência e atuação do Conselho Interministerial de Preço (CIP). Isto porque a fixação de preço por este órgão implicou compressão para dado segmento, principal

¹⁰ SEPLAN/SEST - Empresas Estatais no Brasil e o Controle da SEST -

mente os estatais, exigindo-se transferências de recursos orçamentários ou mesmo o endividamento externo, os quais contribuíram para o aumento da inflação, não obstante favorecer o processo de reprodução/acumulação do capital hegemônico.

Dado a não unidade de objetivos e a não coesão com a política econômica global - some-se o "lobby" que existe no seio da burocracia, prevalecendo interesses particularistas - urgia a necessidade de um órgão controlador das empresas do governo.

Como definido na Exposição de Motivos de criação da Secretaria, cabe-lhe:

- "a - Compatibilizar os programas de investimentos das empresas estatais com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), segundo as prioridades estabelecidas e a disponibilidade de recursos, ajustando-os às políticas monetárias, cambial e fiscal;
- b - Garantir o bom desempenho do setor público, quanto a execução de seus programas de investimentos, propiciando, em consequência, melhores condições ao setor privado para o planejamento adequado de suas atividades".¹¹

Entretanto, busquemos outras raízes no regime implantado desde abril de 64, que iniciou com o período Geisel a "transição do regime", não obstante as marchas e contra-marchas desta abertura caracteristicamente brasileira.

A combinação de forças que se instaurou no poder pós-64, composta pelas classes agroindustriais e financeiras, a tecnoburocracia civil e militar, com seus acordos com o capital internacional, sempre privilegiou uma ordem econômica e produtiva na qual predominaram (e predomina) altas taxas de concentração de riquezas.

Nesse contexto, deve-se vincular à criação da SEST um funcionamento eficaz da dominação política, necessária ao aparato administrativo gerado pela tecnoburocracia civil e militar. Às funções clássicas do Estado aliaram-se novas funções devidas ao desenvolvimento imperialista, cuja virtualidade foi fortalecer e sustentar condições gerais de combinação de capitais, que integrassem uma industrialização tardia ao sistema capitalista global.

Observem-se desse modo, os traços específicos de mudanças à forma de Estado implantada nos últimos 20 anos: a conso-

lidação de um Executivo forte e ditatorial em detrimento do Judiciário e Legislativo.

A legislação que sistematiza o funcionamento da administração direta¹² prevê igualmente a da administração indireta. Note-se que a segunda engloba Fundações, Institutos e Superintendências, Autarquias e as empresas do SPE. Desse modo, inclui-se aí um universo de atividades superior ao que a primeira administração engloba (qualquer que seja o indicadores colhido - número de órgãos, montante de receitas, funcionários etc.).

Aqui inicia-se o "fio da meada" das artimanhas tecnoburocratas. Note-se que o "protótipo orçamentário" enviado ao congresso engloba somente receitas e despesas da administração direta e alguns órgãos tipo fundações, autarquias etc, afetos à administração indireta. Exclui-se, portanto, o setor das EEs e de certa forma deixa obscuras as inclusões/exclusões de alguns órgãos autônomos da administração indireta (por exemplo INAMPS).

Desse modo, o Executivo é "senhor absoluto" para a execução do Orçamento SEST - Empresas do Setor Produtivo Estatal, como também a base jurídica permite-lhe estipular pontos principais, tais como:

- "a - fixar dispêndios globais das empresas públicas (...);
- b - gerir as empresas estatais (do SPE) em todos os aspectos de seu funcionamento;
- c - atribuição de ditar remunerações dos dirigentes das empresas;
- d - controle dos dividendos a serem distribuídos pelas empresas;
- e - limites de importação, captação de recursos externos etc..."¹³

¹² Existe outra classificação (sócio-econômica) para as atividades atuais do Estado. Subdivide-se a Administração nas seguintes atividades: a) Central - inclui a administração direta; b) Descentralizada - inclui parte das autarquias, fundações, universidades, conselhos federais, departamentos nacionais etc, e c) Atividades empresariais - engloba as empresas que produzem bens e serviços, gerando com isso receitas próprias. Ver Rezende, F. A - Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira - Estrutura Funcional da Despesa. IPEA/INIES, Rel. Pesquisa

Portanto, evidenciamos que a criação da SEST visou dar uma maior autonomia ao Executivo (tecnoburocracia civil e militar) sobre o aparato produtivo do Estado, excluindo, dessa forma, o Legislativo da elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento que inclui parte da administração descentralizada e a totalidade das atividades empresariais do Estado.

Por outro lado, esta "institucionalização", além de tornar monolíticos administração e planejamento, reforçou a centralização política de poder de um grupo encravado no seio do Estado, que tem objetivado, dentro dos seus planos de contínuismo, posições intocáveis dada a "transição do regime" que começou, como se viu, com o domínio político dos estados mais importantes pela Oposição.

Isto porque, mesmo com a Oposição vitoriosa no âmbito estadual, a centralização "político-orçamentária" retira qualquer tentativa dos governos estaduais de influenciar nas atividades empresariais do Estado. Segue-se, portanto, que a tecnoburocracia alia ao papel do Estado no processo de reprodução/acumulação capitalista seus próprios interesses, determinando, sem interferências, "onde, como e para quem" investir, viabilizando seus interesses particularistas.

Parece que os rumos que o regime tomou limitou-se numa ruptura. Quiçá a sucessão presidencial realmente desemboque numa democracia representativa e de participação ampliada. A continuar tal sistema, se explicitará a confusão do processo econômico brasileiro, ou seja a confusão da metáfora "guerra de mercado" com a guerra bélica, tal a quantidade de estratagemas e militares nos cargos vinculados às áreas econômicas; inclusive quanto aos civis que ocupam parte destes cargos, demonstram, na sua maioria, que o adestramento da ESG parece ter surtido um excelente efeito. É a força (e a adaptação) da (ã) "sede" de poder.

3.2.1 - Caracterização das Empresas Públicas -

Dentro da análise empreendida nos capítulos, referimo-nos constantemente às diversas empresas do governo e, especialmente, às empresas ligadas ao SPE. Assim sendo, torna-se importante fazermos uma conceituação destas empresas, especificando

BCME - BIBLIOTECA

nadas, de forma a respaldar nossos objetivos e afirmações.

Segundo o Dec. nº 84.128 (de 29.10.79) constituem empresas estatais "os órgãos autônomos; as autarquias e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público; as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e todas as empresas controladas, direta ou indiretamente pela União; e as entidades que recebem contribuições parafiscais ou transferências do orçamento da União e prestem serviços de interesse público ou social."¹⁴

Desdobra-se este universo de empresas nos seguintes conjuntos:¹⁵

- 1 - EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO ESTATAL - são as empresas que produzem bens e serviços na maioria dos casos de forma oligopolista, em setores de insumos básicos e serviços de infra-estrutura (telecomunicações, transportes etc.). São reguladas pela lei 6.404/78, que regula as sociedades por ações.

Estas empresas apresentam recursos próprios, embora dependam de aportes do tesouro nacional, principalmente nas fases de implantação ou ampliação dos projetos de investimentos. São utilizadas para o desenvolvimento do processo de acumulação/reprodução do capital privado, atuando ora como empresa privada ora como empresa repassadoras de recursos à atividade privada, de acordo com a lógica de valorização do capital como um todo (v. cap. 1 e tópicos seguintes).

E como são essas empresas o objetivo do nosso estudo, tratar-las-emos, especificamente, como Empresas Estatais (EE), caracterizando as demais quando a elas nos referirmos.

- 2 - ENTIDADES TÍPICAS DE GOVERNO - são os órgãos autônomos, autarquias, fundações etc, que possuem objetivos típicos de atividades governamentais (saúde, educação etc.) e são dependentes de recursos do tesouro. São regidas pela lei 4.320/64.
- 3 - Previdência Social - são as instituições do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), tendo sua fonte básica de recursos as contribuições de empregados e empregadores.

¹⁴ SEPLAN/SEST - Relatório SEST, 1981. Distrito Federal, p. 9

¹⁵ De acordo com SEPLAN/SEST - Relatório SEST, 1982 e Relatório SEST 1983.

4 - BANCOS OFICIAIS E FEDERAIS - são as instituições financeiras regidas pela lei 4.595/64, tendo suas aplicações financeiras dependentes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

5 - WMPRESAS ESTADUAIS - constituem-nas as concessionárias de energia elétrica e os dois metrô.

O Relatório SEST define ainda as empresas papel, isto é, "as empresas constituídas apenas com a finalidade de reservas de jazidas". Em anexo têm-se a relação das empresas do Estado por universos, atualizadas até julho/83.

3.3 - As Empresas Estatais sob a Égide do "Novo Estado"

Com a ascensão dos militares ao poder, a nova aliança burguesa deixa de lado os partidos políticos, uma vez que estes não são a única forma possível de organização política - como coloca Gramsci: O Estado em seu conjunto constitui o partido das classes dominantes.

E a nova forma estatal, originada do golpe de abril de 64, plasmou profundas transformações econômicas e políticas.

Os obstáculos políticos e sociais que impediam o padrão de acumulação são suprimidos. Politicamente¹⁶ expurga-se o Congresso Nacional dos segmentos oposicionistas mais radicais passando a predominar o partido do governo (se assim pudermos afirmar!), sem nenhuma autonomia para questionamentos sobre o executivo. Socialmente, os novos moldes de exploração foram facilitados pela lei anti-greve, restrição aos sindicatos, repressão aos organismos de representação dos diferentes segmentos de classe de peso político etc.

Internamente o exercício do poder burguês - mediatizado pelas forças armadas - não busca de imediato a legitimação do "Novo Estado". É a partir de 1969, quando já implantadas todas as formas de repressão e da dependência para com o executivo, que se busca a conquista da almejada "paz social" pela eliminação da "ameaça comunista". Externamente, o Estado implantado respondia com os altos índices de crescimento do PIB, o que amenizava toda a repressão interna. Além do mais, para

o imperialismo, era uma situação que lhe favorecia não só em termos de exploração econômica como também de cunho político como vimos anteriormente.

Implementada a política de estabilização (recomendação tradicional do FMI), ou seja: arrocho salarial, aumento de tributos, redução de gastos estatais, contenção de crédito etc, medidas que favoreceram a centralização de capital - condição necessária para uma maior acumulação de capital - reorientam-se as bases para o novo ciclo de expansão do capitalismo no Brasil, visando o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis.

BCME-BIBLIOTECA

Um dos principais objetivos da política econômica era eliminar o déficit financeiro de Governo, a fim de reorientar os recursos para investimentos básicos. Uma queda acentuada dos gastos estatais em relação ao PIB é visualizada na Tabela 3. Os gastos de pessoal e consumo são os mais afetados, ainda que as transferências se elevem devido à criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (1967), no qual o governo vincula uma porcentagem de arrecadação do Imposto de Renda (IR) e de Consumo para distribuir aos estados. O emprego de tais fundos deveriam ser, necessariamente, aplicados em comunicações e transportes. Paralelamente, nota-se pela Tabela 4 que o déficit financeiro de governo, em relação ao PIB, no período 63/68 passa de 4,2% para 1,2%.

A sofisticação do aparato estatal inclui a criação do Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Conselho Interministerial de Preços, Conselho de Desenvolvimento Econômico, com o intento de dotar o Estado de instrumentos que lhe permitissem formular uma política "racional" e objetiva, e que lhe facilitassem uma intervenção sistemática e coordenada. Desse modo, o governo adquire um elevado poder de elaboração de política econômica, manejo e centralização de recursos, facilitando certos ajustes para repassar/distribuir a mais valia social para os setores monopolísticos.

Paralelamente, poder-se-ia resumir a política social/trabalhista, simplesmente como reflexo da criação do FGTS e a política salarial imposta e no conteúdo do próprio Plano de Ação Econômico de Governo (PAEG) que determina... "corrigir as distorções salariais, particularmente no serviço público federal, autarquias e sociedades de economia mista, controladas pela União".¹⁷

TABELA 3

DESPESA DO SETOR PÚBLICO POR CATEGORIA EM % DO PIB

ANO	CUSTEIO		TRANSFERÊNCIA	INVEST. CAPITAL FIXO			OUTRAS	TOTAL
	PESSOAL	CONSUMO		(a)	(b)	(c)		
1964	8,3	4,3	6,4	4,2	1,5	5,7	1,5	26,2
1965	7,8	3,7	7,8	4,4	2,4	6,8	1,8	27,9
1966	7,8	3,9	7,9	4,0	-	4,0	1,0	24,6
1967	7,9	3,7	8,4	4,5	-	4,5	0,4	24,9
1968	7,6	3,9	9,1	4,1	-	4,1	-	24,7

FONTE: Dados originais - FGV, Centro de Estudos Fiscais. Compilado de Rezende, F.A. - Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira-Estrutura Funcional da Despesa, IPEA/INPES, Rel. Pesq. nº 13, Rio de Janeiro, 1974.

a) Governo Geral (inclusive Autarquias).

b) Empresas Públicas Federais.

c) TOTAL, inclusive atividade empresarial.

d) Inclui basicamente aquisição de ativos existentes e participações financeiras.

e) Exclui despesas de custeio de empresas públicas.

TABELA 4

DÉFICIT FINANCEIRO EM % DO PIB

ANO	% PIB	ANO	% PIB
1963	4,2	1966	1,1
1964	3,2	1967	1,7
1965	1,6	1968	1,2

FONTE: Conjuntura Econômica, FGV, Setembro/1971.

Neste contexto, as empresas estatais sofrem uma redefinição em termos de funcionamento. A hegemonia do capital monopolista impõe a estas empresas uma "performance" não deficitária. Urge a necessidade de eliminação dos gastos de subsídios o riginados no orçamento de Estado. Não se pense, no entanto, que tal alteração implicou mudanças de seus objetivos. As EEs, agora, precisaram readequar-se as necessidades do capital monopolístico, ou seja, reorganizar-se para poder seguir cumprindo a função potencializadora da acumulação privada. **BCME-BIBLIOTECA**

A propósito, parece haver uma certa superestimação quanto a especificidade brasileira em termos de "Estado Empresário". Não existem características inéditas, nem a economia trilhou caminhos "desviados" em relação ao desenvolvimento do capitalismo em outras formações sócio-econômicas. Não se pense, entretanto, que se esteja afirmando que o caso brasileiro não tenha contrastes óbvios - historicamente específicos - quando comparado a outras experiências. A experiência brasileira é uma das mais complexas experiências de desenvolvimento industrial no quadro do capitalismo contemporâneo (ver tópico 2.1 e 2.2) ¹⁸

O próprio capitalismo tomou rumos diversos, determinando graus de complexidade e diversificação crescentes nas estruturas produtivas e no próprio tecido social. Poder-se-ia afirmar, embora sujeitemo-nos a certas correções, que o estágio atual de desenvolvimento capitalista é estigmatizado por diversidade de situações, quer seja entre países, quer no interior de cada país, nas diferentes etapas porque passou a sua estrutura sócio-econômica.

O caráter da intervenção brasileira, ao contrário do que muitos pensam, não chegou à criação de um novo modelo de acumulação - capitalismo sem apropriação privada dos meios de produção ou estatização da produção com privatização dos resultados. A especificidade brasileira origina-se, historicamente, das motivações e arranjos políticos da mais variada ordem, ¹⁹ do padrão de desenvolvimento da própria sociedade - sua estrutura econômico-social, com graus heterogêneos específicos - pela forma de inserção na ordem econômica internacional.

¹⁸ Para um estudo de análise comparativa ver Dain, S. Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo - Uma Análise Comparada. Tese de Doutorado - UNICAMP, Campinas-SP, 1980.

¹⁹ Note-se, por exemplo, a implantação e criação da

A intervenção estatal brasileira, via EE, não foge ao caráter mais geral da intervenção, ou seja, o papel do Estado como agente produtivo não é independente das leis gerais que determinam o processo de acumulação capitalista. Em outros termos, como elemento constitutivo do capital (ver Cap. 1) o Estado, em determinados momentos, age tal como o capital: produção de mais valia → realização → acumulação. Isto se explica pelo laço orgânico entre capital/Estado e pelo papel ao qual este último readaptou-se para favorecer uma maior acumulação/reprodução do capital monopolista hegemônico.

BCME - BIBLIOTECA

A política de tornar eficiente as EEs (dimensão empresarial) não conflitou com a sua função nem gerou independência ou ameaça do capital estatal ao privado. Aqui é que se encontra a falta de precisão quanto a definição de "capitalismo de Estado". Entender o mecanismo que se encontra por trás da intervenção estatal na economia é o elo necessário para se compreender o contexto global e sentido da transformação do papel do Estado - principalmente nos países periféricos, e especificamente no caso do Brasil - no padrão de acumulação, orientado pelas necessidades e ambições do capital monopolista.

Ao nível histórico concreto, o raciocínio acima legitima-se. As empresas estatais são vistas, então, como expansão do esforço do capitalismo monopolista no sentido de atender as demandas que resultam do desenvolvimento das forças produtivas e do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o Estado irá apresentar-se de maneira marcante no plano econômico, através das EEs, para desempenhar o papel fundamental de reprodução/valorização do capital.

Direcionar a análise exclusivamente para o aspecto lucrativo implica em escamotear a trama global. É como estrutura de produção que as EEs devem ser concebidas e avaliadas, e é somente a partir de sua caracterização produtiva que se pode derivar, corretamente, suas reais implicações em termos de alocação de recursos. Embora existam inúmeros aspectos comuns às empresas privadas e às EEs enquanto unidade produtiva, tais como organização funcional, produção de mais valia, e acumulação, continua existindo, entretanto, uma diferença fundamental: as primeiras têm como objetivo único a valorização imediata; as segundas objetivam a complementação do aparato produtivo, função imprescindível para a acumulação e valorização da primeira.

Note-se que nos países como o Brasil, onde o setor pro-

mo setor é insuficiente para constituir uma estrutura inicial com um núcleo tecnológico autóctone.

O capital que ingressa no país tem sua trajetória de longo prazo - e nesse caso carrega consigo o capital privado local quer associando-se, quer por motivo de proteção estatal-subordinada ao dinamismo e especificidade do capitalismo existente naquele país, não obstante poder influenciar, mas não de terminar, o processo de desenvolvimento capitalista nativo. Isto porque as órbitas lucrativas para as quais estes capitais dirigem-se, a de maior rentabilidade, têm como pré-condição um pacto com o Estado-Nação, para que este capacite-se, assegurando estabilidade e possa gerir a relação simbiótica entre o capital alienígena e os capitais nacionais. Dito de outra maneira, torne-se um Estado capaz de ser o guardião do pacto e administrador de suas demandas. Desse modo, a política econômica associa-se todo o setor produtivo estatal (SPE), não obstante as ambigüidades e atritos entre as EEs e as agências governamentais de elaboração das políticas de Estado.

Nesse contexto, o SPE encontrará limites quanto a sua atuação, devendo-se compreender, para avaliação como um todo da atuação do "Estado-empresário", que, num primeiro momento, a EE apresenta-se como um microsistema - e é aqui que se concentram as críticas -, que é uma simples parte do macrosistema. Aquilo que no âmbito do macrosistema se deriva como equilíbrio dos seus agregados como um todo harmônico, na esfera do microsistema tem-se um equilíbrio parcial interno ao próprio subsistema. Daí que é necessária precisão quanto ao anacronismo de tal tratamento. Em muitos casos, o setor público, como produtor de equilíbrio a nível agregado, pode desrespeitar de forma flagrante o ótimo ou a produção do microeconômico.

Por outro lado, a própria divisão de áreas de atuação que se pré-estabelece já traz implícitos padrões de comportamento rígido, quer seja limitação de áreas, determinação quanto a natureza de sua produção ou subsídios implícitos²⁰ ou explícitos na sua atividade produtiva.

Em resumo, as decisões que originaram a definição dos

²⁰ Está-se considerando subsídio implícito a decisão de alocar recursos estatais em atividades econômicas cujas indivisibilidades (tamanhos mínimos de plantas, prazo de maturação, volume de recursos) não interessam ao capital privado, mas que são atividades definidas como pré-condições para alocação de recursos privados em áreas de atuação complementar.

parâmetros da ação do SPE na economia resultaram do complexo jogo político no qual, a nível das classes dominantes, negociou-se o exercício do poder e sedimentaram-se alianças e compromissos que definiram a posição dos agentes sociais importantes no sistema de dominação e inclusive no aparelho do Estado. Em outros termos, poder-se-ia entender que a emergência do setor econômico estatal deu-se num contexto histórico específico, quer a nível da estrutura econômico-política, quer das consciências das forças sociais - estrutura social - (v. 1º Cap.) pela cristalização das questões de base ligadas às necessidades da implantação do capitalismo industrial e consequente organização de um novo sistema de poder no país (v. tópico 3.1).

Assim como não se podem fazer análises isoladas das políticas governamentais, visto que elas não são fenômenos isolados e que mantêm certa harmonia com o contexto global, às EEs, como parte desse contexto, também não se pode impor um "sentido de dever" que se traduz em restrição à sua conduta microeconômica e avaliá-la a partir destas restrições, ainda que se encontrem respaldadas ideologicamente. Não se pode esquecer que se estabelece previamente uma divisão de áreas por razões que "per se" já pré determina comportamentos empresariais específicos.

No plano concreto do capitalismo monopolista, a análise da EE revela a dupla dimensão do Estado - as relações entre as categorias do sistema capitalista; relações de determinar e ser determinado, como vimos no capítulo 1. Isto porque a EE é a forma transfigurada do Estado, uma redução a um plano econômico específico.

Nesse contexto, a lógica da EE responderá em simultâneo ao interesse do capital como um todo e, com forma e manifestação deste capital, ao seu próprio interesse. Daí que a justificativa teórica para a existência da EE relaciona-se ao processo de valorização de capital.²¹

Portanto, como estrutura de produção e organização do capital, a EE apresenta-se como uma estrutura dual, pois que, como capital público é também capital individual particular, valorizando-se e realizando mais valia. Nesse sentido é um elemento da contradi

²¹ É inerente ao sistema capitalista a tendência de desvalorização do capital e a redução da taxa média de lucro. Ao ampliar a base produtiva, o SPE fornece parte de sua produção a preços subsidiados, sustentando a taxa média de lucro e ao mesmo tempo subsidiando o capital privado embora sacrifique a sua própria taxa de lucro como estrutura de produção e organização do capital.

ção mais geral entre os interesses de cada capital em particular e os interesses mais gerais da classe capitalista.

Por outro lado, é ainda a manifestação de uma contradição particular ao setor público: este é ao mesmo tempo capital particular e capital coletivo de Estado, servindo aos interesses gerais do capitalismo e ao mesmo tempo aos interesses reais do segmento hegemônico. Aqui, entretanto, a EE situa-se nos dois lados da contradição e a internaliza, movendo-se com ela e como tal se explica sua ambiguidade.

Desse modo, as leis da acumulação e valorização do capital explicam a articulação CapitalXEstado, a ação dos grupos monopolistas e do Estado capitalista e, como redução deste a um plano econômico específico, a ação da empresa estatal.

3.4 - Ambigüidade Estrutural e Avaliação da Empresa Estatal

Se entendemos as EEs como a redução do Estado a um plano econômico específico e consideramos o laço orgânico que une capital/Estado, podemos, então, compreender que se as empresas estatais representam, teoricamente, a solução para os problemas de produção interligadas e interdependentes que resultam em economias externas; estariam portanto estas empresas contribuindo para o equilíbrio do sistema produtivo do país, sem produzir o ótimo para si. É portanto, através deste marco de referência que entendemos como deve ser avaliada a EE: a não explicitação de uma interdependência no mercado; ou seja, a própria razão de ser do mandato empresarial estatal. Neste raciocínio, então, adiciona-se a norma alocativa da microeconomia, em nome da qual se recorreu a produção estatal.

Ao se inserir na estrutura econômica, a EE o faz de uma dupla maneira e apresenta uma organização peculiar, segmentação estrutural e setorialização. Seu comportamento pendular a faz oscilar entre o caráter puramente empresarial e sua natureza estatal. Ou seja, insere-se na economia pela produção de bens e serviços de forma quase que caracteristicamente capitalista e, no Estado, como aparelho produtivo de Estado, de maneira complementar que favorece a reprodução/acumulação do segmento capitalista hegemônico principalmente.

Quando analisamos o primeiro caso, vemos uma organiza-

dinâmica das relações e interesses inerentes às atividades empresariais. Assim sendo, sua estrutura de empresa reproduz-se tal qual a trama das relações sociais que caracteriza a produção de bens e serviços no setor privado: exploração da força de trabalho, acumulação, reprodução ou seja, a produção de mais valia.

Entretanto, no segundo caso, a EE corresponderá à natureza das relações sociais e políticas que norteiam o Estado capitalista. São desse modo, especificamente no caso brasileiro, elementos da segmentação dos aparelhos de Estado, isto é, Ministérios, Governos Estaduais etc. (registre-se a vinculação diversificada a vários níveis da administração), transmissores de interesses diversificados no processo de tomada de decisão e formulação de políticas.

BCME-BIBLIOTECA

Note-se, "verbi gratia", que o funcionamento das EEs através de subsídios, como no período pré-64, gerou um déficit orçamental e a solução que se impôs importou mais ao segundo caso acima citado. Além de resolver o problema do financiamento estatal a solução não foi neutra com respeito as várias frações burguesas. Mantido o nível de subsídio, como anteriormente, haveria benefício para o capital privado como um todo; sua eliminação ou restrição prejudicou, diretamente, os setores mais atrasados.²² Interpretando de uma outra maneira, tal medida foi um instrumento utilizado para acelerar o processo de monopolização e concentração de capital da economia.

Isto faz com que o caráter empresarial da EE explicitese mais claramente. Entretanto a apropriação de fatores de produção pelo Estado, via EE, apesar de ambíguo e contraditório, não subverte o conjunto básico de relações que define a acumulação de capital. Diferentemente do período 50/64, o Estado, no novo posicionamento, favorece preferencialmente o segmento hegemônico da burguesia e não mais o conjunto da burguesia.

Na realidade, os novos segmentos tecnoburocratas e gerenciais do Estado reconciliam seus próprios interesses com os dos grupos hegemônicos e com a propriedade privada. Mesmo porque, não obstante a crescente autonomia do Estado, esta é sempre relativa, vinculando-se aos papéis que desempenha na acumulação do capital. Paralelamente, as EEs integram-se organicamente no jogo econômico/político que garante a

²² Em relação ao gasto de governo, os subsídios decrescem de 8,8% em 63, para 3,2% em 73. Conjuntura Econômica; Contas Nacionais - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro - 1974.

continuidade da acumulação e do processo de expansão de reprodução capitalista, o que faz com que o seu caráter estatal em muitos casos não garanta um comportamento público para elas.

Note-se por exemplo que a busca de uma nova estrutura organizacional estável e eficiente expressava-se nas políticas pós-64: "... assegurar-se-á às empresas públicas e às sociedades de economia mista condições de funcionamento idênticas às do setor privado, cabendo a essas atividades, sob supervisão ministerial, ajustar-se ao Plano Geral de Governo".²³

Ora, na visão global das políticas implementadas no período 64/68, a nova forma de intervenção do Estado - com aparência de interesse geral de toda sociedade - interessava particularmente à classe capitalista hegemônica. Inexistindo consenso no seio da burguesia - que é virtual na fase de ascensão cíclica - que permitisse transferência de mais valia entre capitalistas, a monopolização/oligopolização da economia facilitaria tal consenso - desde que a economia crescesse satisfatoriamente - principalmente porque as empresas públicas não só intermediariam como também, e principalmente, produziram mais valia para o setor hegemônico.

É nesse contexto que a empresa estatal insere-se na vida econômica do país, como uma estrutura ambígua; como capital público (ou coletivo de Estado) e, também, como capital individual particular, procurando valorizar-se e produzir mais valia. Torna-se, portanto, o elemento da contradição entre os interesses de cada capital (fração hegemônica) e os interesses mais gerais de toda classe capitalista. E ao situar-se dos dois lados da contradição, interioriza-a e move-se com ela.

Como redução do Estado ao plano econômico ou expansão transfigurada na esfera produtiva, a EE expressa característica de grande empresa e, como tal, é não só uma estrutura de produção ou organização/expansão do capital, como também uma estrutura de poder. Reforça-se, portanto, a sua estrutura dual, apresentando duas lógicas distintas e que interiorizam-se na EE: enquanto grande empresa e fração do capital e como capital geral, do qual é um instrumento e manifestação concreta.

Dentro de uma visão global do sistema econômico brasileiro, à sua internacionalização correspondem articulações entre várias frações de capital hegemônico, tomadas como grandes estruturas de produção e de poder, às quais se inseriu as EEs tal e qual aquelas estruturas e que, no entanto, constitui

fira daí que, dentro das articulações do jogo oligopolista, as EEs, nem tampouco o Estado, subordinem-se ao capital monopolista. Como vimos anteriormente, o Estado é solidário e, dentro da sua relação orgânica com o capital, é um elemento que participa na acumulação de capital e em especial para a acumulação e reprodução do capital hegemônico.

Com referência aos vários segmentos da produção estatal, é o de capital social básico o menos contraditório dentro da lógica de valorização de capital como um todo, dado que sua valorização como fração de capital submete-se a valorização do capital em geral (por exemplo RFFSA, FEPASA, CTC e poder-se-ia, inclusive, considerar o METRÔ). Na realidade, este segmento es total contraria a lógica do capital como um todo e, mesmo sujeito a críticas severas, poder-se-ia afirmar que rompe a aparência do lucro contábil, visto que não se autovaloriza (rebaixando ou tornando inexistente sua taxa de lucro) contraditoriamente a elevação da taxa média de lucro do sistema para a qual contribui. Poder-se-ia afirmar ainda que este segmento seria mais uma unidade de gasto e redistribuição de recursos ao capital do que propriamente uma empresa capitalista.

Para os segmentos que veremos a seguir, convém explicitar certos conceitos inerentes às EEs, uma vez que nestes setores a ambigüidade estrutural é mais característica. O primeiro, muito discutido, prende-se à questão da autonomia financeira, isto é, a capacidade relativa de autofinanciamento. Considerar-se-ia como autônomas aquelas EEs rentáveis que têm acesso a fontes permanentes de financiamentos independentes de decisões externas (PETROBRÁS, CVRD, ELETROBRÁS). Abrangeria ainda aquelas que têm acesso a fontes múltiplas de financiamentos, mesmo que dependentes de decisões externas, mas diversificadas e flexíveis a ponto de poder compensar perdas eventuais em alguma fonte com extração em outra fonte ou abertura de novas linhas de captação de recursos.

A autonomia de capital relaciona-se à capacidade relativa de dispor dos seus excedentes em prol de investimentos em outras áreas promissoras, objetivando a maximização global dos seus lucros. É bem provável que empresas que não sejam capazes de desenvolver-se na direção de uma estrutura de conglomerado possam adquirir esta autonomia, principalmente em se tratando de EE. Embora possível, esta é menos factível do que a primeira.

Nun outro plano, a autonomia gerencial determina os meios

para atingir os objetivos, definidos em geral externamente, e de administrar técnica e economicamente a implementação desses objetivos sem interferências externas. As empresas que apresentam graus razoáveis de autonomia política apresentam, também, razoável autonomia gerencial; dificilmente, no entanto, o inverso pode se verificar.

Por último, teríamos a autonomia política, uma harmonia dos três conceitos definidos, ou seja, capacidade de definição dos rumos e políticas de caráter geral para a empresa, com um mínimo de interferência externa, e de exercer pressões para reforçar aquelas outras categorias, ainda que setoriais, na política governamental. Cabe, entretanto, lembrarmos que estamos nos referindo a autonomia relativa, nunca absoluta, mesmo porque não procederia.

Voltando ao raciocínio anterior, ao analisarmos o segmento estatal de insumos básicos e indústria pesada, podemos classificá-lo dentro da lógica do mercado de oligopólio concentrado,²⁴ pela elevada composição técnico-econômica, descontinuidade de escala e de técnica de produção e pelo produto homogêneo.

Para as EEs que atuam neste segmento, a configuração do oligopólio concentrado e o controle governamental de sua política de preços explicitam mais claramente o conflito das duas lógicas inerentes à produção estatal. Isto devido a sua lógica de mercado depender das características técnicas do setor e da natureza do produto fabricado, os quais impossibilitam a adoção de práticas de diferenciação objetivando a formação de clientela exclusiva. Além do mais, aqueles fatores limitam, ainda, a manipulação discriminatória de preço e, conseqüentemente, o poder de mercado das empresas líderes.

Portanto, como estrutura dual, estas empresas submetem sua capacidade de mercado à lógica de valorização e reprodução do capital, implicando, freqüentemente, a desvalorização voluntária do seu capital com objetivo de sustentar a desvalorização cíclica do capital privado com o qual está técnica e economicamente vinculada.

Se visualizarmos totalmente o setor com suas relações intersetoriais, objetivos de política de preços e produção de insumos, tanto estatal como no segmento de demanda final da produção, apreenderemos o conflito das duas lógicas inerentes à produção estatal.

Isto porque, na medida em que se definiu a capacidade produtiva do SPE (segmento de insumos básicos), definiu-se, também, pela matriz de relações interindustriais, sua capacidade de suprimento (e talvez de sua demanda) e sua clientela nos setores de demanda final. É interessante notar que o elo de ligação da EE à produção privada não é o jogo das forças de mercado. O SPE é ambíguo e pela sua composição torna-se facilmente compreensível, uma vez que, por um lado, sua produção sendo veículo das políticas de produção e subsídios ao setor privado requer concretização dos seus planos de produção corrente e expansão. Por outro lado, o seu potencial de acumulação e de expansão depende do desenvolvimento dos segmentos aos quais se destina sua produção.

BCME-BIBLIOTECA

Apesar de existirem outros canais que podem cumprir, de forma indireta, as funções de repasse de recursos Estado/burguesia hegemônica, o problema é que devido ao desenvolvimento retardatário se fez imprescindível a presença do Estado na produção de bens e serviços básicos. Nesse contexto, de certa forma, poder-se-ia afirmar que pela matriz de relações interindustriais a lógica da valorização do capital do SPE é contrariada pela necessidade de valorização do capital privado como um todo, o qual requer que se expandam os investimentos e a produção corrente das EEs, antecipando a demanda dos setores aos quais serve com sua produção.

Mas, ao expandir investimento e produção, subentende-se que as EEs já tenham valorizado seu capital o que implicará, quando assim ocorrer, na acumulação do capital industrial global passando pela acumulação das EEs. Dado o caráter real e financeiro (implícito) do suprimento, ao mesmo tempo que atende aos setores privados demandantes vulnerabiliza-se, isto é, o subsídio incorporado às vendas do SPE deve ser retirado do resultado de suas operações. Nesse caso, apesar de agir no plano microeconômico de acordo com a lógica do modo de produção capitalista, as EEs não agem, ao se inserir no plano macroeconômico, pela racionalidade do mercado - que norteia a empresa privada - na medida que, estando ligada ao aparelho estatal, é levada a manter um tipo de comportamento que se definiria caracteristicamente de "objeto" da política de governo. Aí então, atende aos interesses do capital privado sem, no entanto, comportar-se como empresa privada, ou seja, internaliza a contradição público/privada e movimenta-se com ela.

Devido a este caráter de reforço à acumulação privada, as EEs, na maioria dos casos, vêm reduzido seu potencial de autofinanciamento, sendo, por isso, obrigadas a recorrer a fiscalidade ou fontes alternativas de financiamento (como veremos por seu peso na tabela 13-Despesas financeiras). Neste caso, como a fiscalidade é limitada pela política antiinflacionária - note-se o descenso das transferências do tesouro nacional na tabela citada - implicou em se recorrer a financiamentos de terceiros, onde destaca-se o financiamento externo.²⁵ Aqui ter-se-ia um outro canal indireto de valorização do capital imperialista (citado anteriormente), ou seja, acrescentar-se-iam novas etapas à cadeia de operações de favorecimento Estado/capital hegemônico.

Assim, aquela contradição interfere inexorável e imediatamente na questão da autonomia financeira das empresas do Estado, neste segmento de produção. Note-se que em fases de contração cíclica como a que se vive desde meados de 1979, as EEs têm diminuída sua capacidade de autofinanciamento devido aos intentos de valorização do capital total a elas impostos, o que provoca uma crescente redução de sua massa de lucro - além de sua descapitalização e descenso do ritmo de atividade pela menor demanda final, da qual depende sua expansão.

Assim, o deficit decorrente obriga as EEs a recorrer à fiscalidade (aumento das transferências do tesouro nacional - orçamento fiscal) ou ao endividamento externo - opção utilizada mais comumente desde meados da década de 70, quer seja vinculada a projetos da própria empresa, quer seja para captar divisas para o fechamento do balanço de pagamentos. Em qualquer dos casos acima, a EE, quando a eles recorre, é mais facilmente utilizada como objeto da política econômica, comprometendo sua autonomia.

E, talvez, esteja aí a origem do endividamento externo em que se situa, hoje, grandes EEs (especialmente as ligadas diretamente à base produtiva) principalmente a partir de 79 como veremos mais adiante pela tabela 13, a qual demonstra uma queda real das transferências do tesouro nacional e um aumento gradativo das despesas financeiras. Tem-se aí, portanto,

²⁵No ano de 1981 as EEs, na sua globalidade, contribuíram com 32% da entrada bruta de empréstimos em moeda externa e com 65% dos financiamentos externos. Itaipu, ELETROBRÁS, CVRD, SIDERBRÁS e NUCLEBRÁS, foram responsáveis por 84% desses recursos. SEPLAN/SEST - Relatório SEST - 1981, p. 13.

um ponto característico que norteia o comportamento das EEs a cima referidas, não obstante o SPE, como um todo, além de influenciar, possa mitigar a dinâmica e o perfil da taxa de acumulação do sistema.

Não se pense com isso que as contradições entre um Estado dependente, como o Brasil, e as transnacionais (expressão do capital financeiro que as sustenta) são antagônicas. É claro que o desenvolvimento dependente ocorre através de fricções, de acordos e alianças entre aquele e estas empresas, conforme a questão e o momento em causa. Atualmente, a circulação de mercadorias nada mais é do que a fonte de recursos para a circulação do capital, de forma imperialista, na qual as empresas transnacionais e os bancos internacionais substituem o antigo intermediador Fundo Monetário Internacional.

Embora a maioria das críticas não capte, a "rationale" da estatização garante, primordialmente, a racionalidade do mercado (considere-se incluído o mercado internacional) em detrimento da eficiência empresarial das empresas estatais.

3.5 - A Empresa Estatal no Mercado Capitalista

A realidade mostra que o aprofundamento da intervenção estatal era um requisito indispensável para se criar as condições básicas para o processo de monopolização e internacionalização da economia brasileira. Assim sendo, a campanha do grande capital na crise 61/64 não era contra a presença estatal na economia, mas contra o movimento político que propunha alterações nos rumos da política/economia brasileira, as quais impediam uma maior exploração da massa operária. Note-se, por exemplo, que os investimentos públicos (atividade típica de governo) apresentaram-se bastante altos no período 61/63.²⁶ Isto porque, como vimos anteriormente (2º capítulo) o sistema de forças não estava definido a favor de nenhuma classe especificamente.²⁷ Portanto, quando os protagonistas do golpe declararam-se a favor da privatização, não foi um contrassenso com o crescimento das funções econômicas estatais.

²⁶Ver Coutinho, L. et al - O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo. Op. cit.

²⁷Reporte-se a análise de Francisco de Oliveira a qual a nota de rodapé nº 39 (2º capítulo) se refere.

No plano concreto, o que estava em jogo era limitar a "parasocialização", isto é, a campanha contra o Estado era mais a forma concreta de opor-se ao movimento operário do que contra a intervenção estatal em si. A campanha opunha-se ao desenvolvimento do movimento popular e, em segundo plano, a condução da política estatal em seu conjunto a qual devido a presença de vários setores burgueses atrasados, compostos particularmente pelos capitalistas nativos - pequenos e médios capitais - e segmentos latifundiários no aparato estatal, era um empecilho para a acumulação do capital privado hegemônico. O fato de que "a expansão capitalista da economia brasileira, aprofundou no pós-ano 64 a exclusão (das massas nos ganhos de produção) que já era uma característica que vinha se firmando sobre as outras e, mais que isso, tornou a exclusão um elemento vital para o seu dinamismo",²⁸ reforça o entendimento do raciocínio descrito acima, quanto a questão do direcionamento e tendências da economia brasileira.

Portanto, após "sanear" as finanças, o Estado volta a ampliar suas funções econômicas diretas, reforçadas pela instituição da "paz social" da Doutrina da Segurança e Desenvolvimento Nacional. Tal fenômeno, no entanto, não é original. Pelo contrário, a acumulação capitalista no percurso para novas etapas de industrialização/concentração/oligopolização econômica passa pela via da intervenção crescente do Estado na economia.

Para os países periféricos, tal fato torna-se mais verdadeiro uma vez que a medida que as exigências da acumulação tornam-se constantemente mais complexa quer seja em função da acelerada inovação tecnológica, elevados prazos de maturação e custos de projetos de industrialização; quer seja pelo maior número de setores produtivos que escapam à órbita do capital privado, sejam por seu desinteresse ou incapacidade de tomá-los a seu cargo.

Como afirma Mandel, há, "uma tendência inerente, dentro do capitalismo tardio de que o Estado incorpore um número cada vez maior de setores produtivos e reprodutivos nas condições gerais de produção que financia. Sem a socialização dos custos, estes setores não seriam, nem remotamente, capazes de responder as necessidades do processo de trabalho capitalista".²⁹ Daí

²⁸ Oliveira, F. - A Economia Brasileira : op. cit. p.85.

²⁹ Mandel, E. - O Estado na Época do Capitalismo Tardio

BCME - BIBLIOTECA

que, as EEs, independentemente de sua eficiência empresarial, antes de molestar, convém ao imperialismo, não obstante admitir-se que ao FMI não interessa a presença estatal na economia dos países periféricos receptores de capital, condicionando seu crédito à redução do aparato do SPE.

Convém, no entanto, explicitar melhor a ideologia que aí se encontra. Dado o seu caráter monetarista, o FMI exige a redução do deficit público, tido como um dos elementos principais da inflação, como veremos no último tópico. Devido a condição de dependência e volume de sua dívida externa, o Brasil implementou uma política de redução de gastos - de custeio (de início principalmente das empresas públicas não ligadas diretamente ao SPE), de investimentos do setor público (saúde, educação, infra-estrutura etc.) - visando a redução do deficit público. Atualmente, direcionou-se a política estritamente para as EEs e subsídios, sendo as primeiras responsabilizadas como causa principal daquele déficit.

É interessante notar que para o FMI, no entanto, a presença do aparato produtivo de Estado não é incomoda (note-se que as críticas não se prendem diretamente ao SPE), uma vez que este garante um processo crescente de acumulação capitalista. Registre-se que o endividamento externo brasileiro - e aí encontra-se o reforço das EEs - é mais atrativo pelo serviço da dívida que se paga, isto é, torna-se mais interessante para o capital imperialista que a dívida exista nos padrões atuais, no qual as taxas de juros flutuantes tornam os serviços da dívida a fonte principal de apropriação do excedente econômico gerado internamente. Aí o FMI é somente um "forum" de debates e espoliação burocrática dos países periféricos pelos países do centro.

Por outro lado, a existência das "holdings" estatais é mais um resultado da aplicação das diretrizes do imperialismo do que uma resposta ao suposto desafio do modo de produção. Isto porque a "rationale" da diversificação representa ao mesmo tempo o intento de valorizar o capital da sua atividade principal de formas alternativas e de garantir o funcionamento corrente e a expansão não só desta sua atividade como também a de outras atividades em áreas essenciais, do mandato público, ligadas diretamente à área produtiva. Some-se, ainda, que grande parte destas diversificações pode (e normalmente o é) ser feita através de associações com o capital estrangeiro (segmento hegemônico) que, se de certa forma, garantem mercados cativos para as "holdings" - caso da CVRD - também pode ser inter-

pretado como fontes seguras de matérias primas para o centro.

Certamente as associações de capital não tornam transparente a possibilidade do capital hegemônico atuar sobre a base de recursos naturais internas, o que já é um excelente atrativo. Além do que por ser a "holding" uma grande empresa estatal, reforça as garantias do empreendimento e representa acesso potencial a favores do Estado que são essenciais.

Assim, a intervenção estatal (estatização) passou (e reforçou) pela crescente socialização da produção, isto é, a institucionalização de um sistema no qual o processo de trabalho se apresenta como meio, o processo de valorização ou a produção de mais valia como fim. Impõe-se às classes explorada, inexoravelmente, um processo de objetivação de trabalho não pago, no qual muitos produzem e poucos se apropriam do valor gerado pela sociedade.

A intervenção tornou mais virtual um processo que deu à sociedade a "liberdade" de escolher, embora esta baseou-se em que "as pessoas, é certo que tem que se vender ao capital, mas não a um capitalista determinado, de modo que, dentro de certos limites, pode escolher a quem quer vender-se e pode mudar de amo".³⁰ Registre-se que em momento algum a intervenção estatal apresentou tendência para uma economia socialista.

Note-se que, diferentemente do período 59/64 - quando o investimento do SPE contraiu-se e o investimento governamental (excetuando-se o SPE) desempenhou uma função anticíclica (não obstante suas consequências) - o período 70/80 demonstra o papel fundamental do SPE no desenvolvimento do país, mesmo com o investimento privado apresentando taxas decrescentes, como se vê na Tabela 5.

A análise da tabela 6 nos demonstra que a FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) apresenta um decenso pós-75, uma defasagem de um ano com relação ao PIB.³¹ Apesar deste cair de 1973 p/1974 (de 14,0% p/9,5%) a taxa de crescimento da FBCF - deflacionada pelo IGP - DI - apresenta um pico de 18,1% em 1974. Mesmo em 1975, o crescimento real da FBCF (deflacionados) é su

³⁰ Marx, K. - Capítulo Inédito D' o Capital - Porto, Publicações Escorpião, 1975, p. 87. Talvez, hoje, esta liberdade tenha se dissipado na avalanche de crises por que passa o capitalismo; a necessidade de sobrevivência obriga a grande maioria a vender-se, por pouco, ao primeiro amo que lhe surgir.

³¹ A explicação para tal fato é a maturação de investimentos tomados no período do auge e, de certa forma, sancionados pelo II PND.

BCME-BIBLIOTECA

TABELA 5

BRASIL - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO E DO SETOR PRIVADO NA FBCF (%)

ITEM	1965 ¹	1970 ¹	1974 ²	1975 ¹	1976 ²	1977 ²	1978 ²	1979 ³	1980 ³
SETOR PRIVADO	61,9	64,2	60,2	58,0	57,6	56,9	57,5	56,3	(a)
SETOR PUBLICO	38,1	38,8	39,8	42,0	42,4	43,1	42,5	43,7	(a)
ADM. DIRETA (Governo)	24,8	18,5	16,5	16,9	17,7	17,5	16,1	15,0	(a)
EMPRESAS PUBLICAS	13,3	20,3	23,3	25,1	24,7	25,6	26,4	28,7	22,7
SPE	(a)	(a)	15,1	16,3	16,8	18,8	20,3	20,8	18,1
OUTRAS	(a)	(a)	8,2	8,8	7,9	6,8	6,1	7,9	4,6

- FONTE: 1) - FGV, Centro de Estudos Fiscais (publicado por Julian Chacel, O Estado de São Paulo, 09.10.1977).
- 2) - Estimativa dos Autores através dos seguintes procedimentos: a) Inversões de administração direta através das Contas Nacionais, FGV, segundo estimativas disponíveis em 1979; b) Inversões das empresas públicas estimadas através de informações diretas das empresas e dos Orçamentos Anuais de Investimentos da SEPLAN; c) Setor privado estimado por resíduo da FBCF total das Contas Nacionais.
- 3) - Dados da FGV, Conjuntura Econômica, 02/81, para a FBCF e Investimento do Governo (Adm. Direta); dados da SEST-SEPLAN para os Investimentos das empresas públicas atualizados com informações diretas das empresas exclusive bancos públicos, universidades, outras autarquias e o SIMPAS. Para 1979, a dedução dos Investimentos desses organismos for por estimativas com base em proporções observadas para 1980.

Compilado de Reischstul, H. P. e Coutinho, L.E. - Investimento Estatal 1974-1980 Ciclo e Crise. In Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 2. Organizado por Luiz Gonzaga M. Belluzzo e Renata Coutinho, São Paulo, Brasiliense, 1980, p.45.

(a) Infelizmente não consta da tabela original

BCME - BIBLIOTECA

TABELA 6

BRASIL - TAXAS DE CRESCIMENTO DA FORMAÇÃO BRUTA DE
CAPITAL FIXO E DO PIB

ITENS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
FORMAÇÃO BRUTA CAPITAL FIXO	21,4	21,9	22,0	22,4	23,9	25,0	23,3	21,3	21,1	20,3	21,1
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB ¹	8,8	12,0	11,0	14,0	9,5	5,6	9,7	5,4	4,8	6,8	7,9
CRESCIMENTO REAL FBCF - a) ¹	8,0	13,4	11,5	20,5	18,1	14,8	2,3	-2,3	7,2	5,4	10,3
CRESCIMENTO REAL FBCF - b) ¹	nd	18,3	15,5	14,6	18,4	9,4	6,4	2,8	3,9	nd	nd

FONTE: Conjuntura Econômica - Contas Nacionais, DEZ/81.

1 - Compilados de Reichstul, H. P. e Coutinho, L. G. - Investimento Estatal 1974-1980 Ciclo e Crise. In Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 2. Organizado por Luiz Gonzaga de M. Belluzzo e Renata Coutinho, São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 40.

a e b - Deflacionados pelo IGP-col 2 e deflator implícito da FBCF (disponível somente até 1978) respectivamente.

perior ao crescimento do PIB, ou seja, apresentam taxas de 14,8% e 9,4% em contraste com uma taxa de 5,6% do PIB.

A partir de 1976, não obstante o caráter oscilatório da taxa de crescimento da FBCF, inclusive com taxas negativas, sendo, portanto, sobrepujada pela taxa do PIB, o crescimento dos anos anteriores postergou, de certa forma, a reversão cíclica que já se observava nas economias centrais.

Quando decomponemos a FBCF, em termos de participação do setor privado e setor público, evidenciamos que, no período estudado na tabela 5, é o SPE que praticamente determina o ciclo de crescimento da FBCF. Enquanto o setor público cresce 12,6% no período 70/79, o setor privado apresenta uma queda de 12,3%. Não obstante o setor da administração direta (Governo) - compreendendo administração direta em todos os níveis mais autarquias e outras entidades que dependem do orçamento público - apresentar um decréscimo de 18,9%. O segmento Empresas Públicas - subdivididas em SPE (empresas ligadas diretamente à base produtiva) e Outras (empresas e autarquias não ligadas à atividade produtiva, atuando nas áreas de serviços, transportes e bens públicos) - apresenta um crescimento de 41,4%, ressaltando-se o SPE com um crescimento de sua participação de 37,7% (74/79). Nesse sentido, evidenciamos que a postergação do cíclico recessivo deveu-se ao SPE que sustentou, dessa forma, o processo de acumulação do capital privado hegemônico, como veremos ratificado mais adiante.

Ao analisarmos as taxas implícitas de crescimento (tabela 7), ratificamos os dados da tabela anterior. Note-se que a média de crescimento do período 70/74 (15,8%) do setor privado cai para 5,52% no período 75/79 - registre-se que os anos de 1977 e 79 apresentaram crescimento nulo e de 1,5% respectivamente -, enquanto que o SPE apresenta uma taxa de crescimento de 13,9% para o último período citado. Convém notar que a partir de 1976 os componentes do Setor Público apresentam taxas decrescentes de crescimento - exceção ao SPE - inclusive com taxas negativas. "Estes cortes refletem a tentativa de executar uma política ortodoxa de estabilização de preço, a partir de meados de 1976, quando naufraga a implementação do II PND".³²

³²Reichstul, H. Philippe e Coutinho, E.G. - Investimento Estatal 1974-1980 Ciclo e Crise. In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 2. Organizado por Belluzzo, L.G.M. e Renata

BCME - BIBLIOTECA

TABELA 7

TAXAS IMPLÍCITAS DE CRESCIMENTO DOS COMPONENTES
DA FBCF

ITEM	Média 70/74	1975	1976	1977	1978	1979	1980
SETOR PRIVADO	15,8	7,5	6,1	0,0	12,5	1,5	(a)
SETOR PUBLICO	17,3	17,8	7,9	2,8	9,2	6,6	(a)
- Governo	12,5	14,3	11,9	0,0	2,4	-3,4	(a)
- Empresas Públicas	21,8	20,2	5,2	4,6	14,8	12,7	-19,1
SPE	(a)	20,4	10,2	12,9	20,2	6,2	-11,0
OUTRAS	(a)	19,8	-4,1	-13,1	0,0	34,3	-40,5
FBCF (Total)	16,4	11,6	6,9	0,9	11,3	3,7	2,2

FONTE: Taxas implícitas decompostas com base nas participações percentuais da tabela 5, sobre a evolução real da FBCF deflacionadas pelo IPA-DI - Bens de Produção.

Compilado de Reichstul, H. P. e Coutinho, L. G. - Investimento Estatal 1974-1980 Ciclo e Crise. In Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 2. Organizado por Luiz Gonzaga de M. Beluzzo e Renata Coutinho, São Paulo, Brasiliense, 1980 p. 46.

(a) - Infelizmente não consta na tabela original

Tais cortes acima mencionados, abrange as atividades típicas do governo e do segmento Empresas Públicas - Outras (definidos anteriormente). Isto se explica pelo fato de que estes setores não possuem grande capacidade de articulação e defesa de seus interesses no aparelho de Estado.

Ainda na tabela 7, constatamos facilmente que o SPE é o sustentáculo do crescimento positivo do Setor Público. Ao expandirmos o período 75/79, cujo crescimento foi de 13,9%, para 75/80 - não obstante os cortes efetivos, em junho de 80, de 15% sobre o volume orçado no início do ano além do que subestimados e corroídos pela inflação - o crescimento ainda mantém-se num patamar elevado, isto é, 9,8%.

Finalmente, como resultado dos cortes efetuados, evidencia-se a queda geral dos investimentos das empresas públicas de 19,1%, reduzindo-se em termos reais os investimentos do SPE em 13,0% - de 20,8% para 18,1% (tabela 5). Sua taxa implícita de crescimento é de - 11% em 1980 (tabela 7).

Portanto, em um período de crise mundial, o Brasil apresentou elevados índices de crescimento do PIB, sendo que, pelas tabelas 9 e 10, que veremos adiante, as empresas públicas não sobrepujaram o setor privado na apropriação/acumulação, não obstante estas empresas, especialmente o SPE, determinarem o crescimento da FBCF e postergar a reversão do ciclo econômico do país.

A tabela 8 ratifica os dados apresentados acima, no tocante ao SPE, mostrando que essas empresas contribuíram sobremaneira para que a tendência recessiva não se agravasse. Por outro lado, a tendência declinante não parece ser atenuada, o que agrava seu poder de autofinanciamento e geração de excedentes para cobrir seu endividamento, especialmente o externo, quando se sabe que as EEs foram utilizadas como instrumento de política econômica na área cambial, com o objetivo de assegurar fluxos de divisas para cobrir o serviço da dívida externa.

Note-se pela Tabela 8 que o dispêndio com investimentos para aquelas empresas do SPE, no período 76/79, apresenta um crescimento de 10,1%, caindo vertiginosamente de 11,67%, no período 80/82. Saliente-se que no período de sustentação do ciclo (76/79) as empresas que apresentam maiores dispêndios de investimentos são, exatamente, aquelas produtoras de insumos intermediários (insumos básicos) ou, por outro lado, como é o caso da NUCLEBRÁS, demandante de bens e serviços do se-

DISPÊNDIO DE INVESTIMENTOS DAS PRINCIPAIS EMPRESAS ESTATAIS¹

SPE - TRANSPORTES - TELECOMUNICAÇÕES

CR\$ Bilhões de R\$²

	1976 ³	1977 ³	% ⁴	1978 ³	% ⁴	1979 ³	% ⁴	1980 ⁵	% ⁴	1981 ⁵	% ⁴	1982 ⁵	% ⁴	1983 ⁵	% ⁴
TRANSPORTES															
BRASILEIRAS	204,5	224,6	9,8	249,3	10,9	285,2	14,4	169,4	-40,7	155,9	- 8,0	142,3	- 8,7	99,7	- 30,0
BRASILEIRAS	82,8	96,5	16,5	119,5	23,8	115,2	- 3,6	112,0	- 2,8	150,9	34,7	182,2	20,7	133,7	- 29,0
BRASILEIRAS	66,1	85,4	39,1	99,9	16,9	151,5	51,6	108,4	-28,5	94,2	-13,1	68,3	-27,5	37,4	- 41,3
BRASILEIRAS	29,0	40,5	39,6	23,9	41,0	28,6	19,6	34,5	20,6	45,1	30,7	52,6	16,6	31,3	- 40,5
BRASILEIRAS	4,2	8,9	111,9	17,0	91,0	15,7	- 7,7	8,8	-44,0	19,8	125,0	25,7	29,8	21,4	- 16,7
TOTAL - A	386,6	455,9	17,9	509,6	11,7	596,2	16,9	433,1	-27,4	465,9	7,6	418,5	-10,2	323,5	- 22,7
TELECOMUNICAÇÕES															
BRASILEIRAS	66,6	55,5	-16,7	52,5	- 5,5	52,5	-	40,3	-23,3	31,0	-23,0	25,7	-17,1	25,2	- 2,0
BRASILEIRAS	66,4	44,8	-30,5	40,9	- 8,8	40,9	-	40,7	- 0,5	41,9	2,9	27,9	-33,4	22,0	- 21,1
BRASILEIRAS	20,0	17,0	-15,0	17,0	-	15,3	-10,0	13,5	-11,8	7,2	-46,7	10,5	45,8	6,6	- 37,1
BRASILEIRAS	-	-	-	-	-	28,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL - B	151,0	117,3	-22,4	110,4	- 5,9	136,8	23,9	94,5	-30,9	80,1	-15,2	64,1	-23,8	53,8	- 16,1
TOTAL (A+B+C)															
TOTAL (A+B+C)	633,6	661,1	4,3	706,2	6,8	843,5	19,4	575,4	-31,8	603,5	4,8	547,8	- 9,2	427,4	- 22,0

FONTE:

- 3) BRAGA, J.C.S - OS ORÇAMENTOS ESTATAIS E A POLITICA ECONÔMICA . In Desenvolvimento Capitalista no Bra-
sil. Brasiliense, São Paulo, 1983, pp. 194/213.
- 5) Relatórios SEST/SEPLAN, vários anos.
- 1) Estas empresas respondem por cerca de 90% (em média) dos investimentos do SPE. Por outro lado, con-
vém lembrar que o SPE responde (em média) por 85% do Orçamento SEST - Empresas Globais.
- 2) IGP - DI - col 2. FGV
- 4) Em relação ao ano anterior.

tor privado, neste caso, e supridoras de insumos ao mesmo setor, no primeiro caso.

Os dados analisados demonstram o papel estabilizador dos investimentos governamentais, em particular os do SPE, que mantêm uma expansão praticamente ininterrupta até 1979 e início do ano de 1980, até efetivarem-se os cortes sobre seus gastos, que, diga-se mais uma vez, eram estimados numa taxa de inflação subestimada.

Entretanto, poder-se-ia arguir que parte dos cortes prende-se à complementação dos investimentos. Realmente, em 1982, grandes projetos já estavam em fase bastante adiantada, como é o caso de Itaipu (85% das obras civis e 68% do total previsto), Tucuruí (76% do total), Tubarão (90% do total), USIMINAS - Estágio III (96% do total) e Caraíba e Ferrovia do Aço (89% do total).³³ Mas, para o total de investimentos em 1983, "de Cr\$ 5.082 bilhões, houve queda real de 28%, em consonância com a necessidade de redução do déficit público".³⁴

Desse modo, podemos evidenciar uma analogia dos investimentos do SPE e as fases de crescimento da economia brasileira (ver tabelas de nºs 5 a 8). As relações interindustriais deixam claro o processo de reforço à acumulação privada de capital que desempenham as EEs. Os cortes de seus investimentos e a conseqüente recessão em que se vive reforça o caráter da importância do SPE no modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil.

O processo de intervenção estatal objetivou assegurar um patamar de desenvolvimento das forças produtivas em harmonia com os setores produtivos, público ou privado. Esta foi uma das novas características do padrão de acumulação no período pós-64, que resultou na reformulação da natureza das relações Estado/empresas, reforçadas pelos mecanismos de financiamento através dos quais se articularam os vários blocos de capitais (estatal e privado nacional e estrangeiro). Registre-se, porém, que a forma de articulação não é independente das razões histórico-estruturais que originaram as EEs. Ainda que se dando de forma atrasada, como no caso do Brasil, este fato permitiu o alinhamento de interesses dos principais blocos de capital, principalmente o estrangeiro, estabelecendo regras que foram institucionalizadas e que determinaram a concorrência no novo espaço econômico.

Ao se constituir a base tecnológica moderna no Brasil, internalizou-se, a um só tempo, patamar tecnológico, escalas de produção, tamanhos de plantas e as grandes estruturas de conglomerados correspondentes à internacionalização da concorrência intercapitalista, ou seja, das exigências imperialistas.

E, dentro desta nova estrutura econômica, coube ao Estado, dadas as relações interindustriais, institucionalizar as bases associativas com as grandes empresas oligopolistas estrangeiras e as empresas nacionais. E, através das EEs, concentrar recursos e a responsabilidade direta na constituição da base produtiva (segmento de insumos básicos e infra-estrutura) incluindo-se os segmentos em que o capital estrangeiro/nacional não se interessava (devido aos altos investimentos, riscos, prazos de maturação e baixa rentabilidade) e os que denotavam aspectos de segurança nacional (telecomunicações, petróleo etc).

Contudo, não se consideram fora do contexto as relações de pressão política que existem no relacionamento capital privado hegemônico X Estado. Note-se, "verbi gratia", o caso dos setores de energia elétrica e petróleo, onde, não obstante o controle governamental, coube ao capital hegemônico participação/atuação na "fatia" mais rentável, isto é, atuam livremente na distribuição. Assim, tenha-se presente que, em muitos casos, as relações Estado X capital hegemônico são norteadas pelas pressões políticas do segundo sobre o primeiro, dependendo dos interesses em jogo.

À medida que se define o potencial produtivo das EEs, principalmente o segmento de produção de insumos básicos, paralelamente define-se uma política de preços administrados objetivando favorecer sua clientela nos setores de demanda final, composta pelos setores mais dinâmicos da indústria ou os blocos de capital monopolistas.

Apesar do controle de preços ser aplicado a todos os setores produtivos, tal política justificava-se pelo significado estratégico dos insumos produzidos pelas estatais (aço, eletricidade, transporte, petróleo) nos custos diretos da produção dos setores de demanda final. Como forma de redução de custos diretos (além de isenções tributárias - IPI - ICM - IR) via preços de insumos, o governo utiliza o SPE para propagar, ao sistema como um todo, impulsos industrializantes. É para atender esse intento que as EEs vêem seu capital desvalorizar-se sem que, no entanto, isto implique em não produção de mais valia. As

sim, por este movimento interfere-se positivamente sobre a taxa geral de lucro do sistema, beneficiando os setores mais dinâmicos para onde convergem os blocos de capital hegemônicos.

Nesse contexto, evidenciamos que as EEs não podem ser entendidas isoladamente como se estivessem dotadas de uma lógica própria - lógica interna independente - remetendo-nos, necessariamente, ao processo de reprodução do capital social básico de todo o sistema como fundamento da explicação do seu comportamento. Ademais, reforça-se a questão da ambigüidade e contradição internalizada por estas empresas, que se movem com elas.

Vejamos agora, a questão fundamental de transferência de valor que existe no mercado, interno ou internacional, produtivo ou financeiro, isto é, que segmento produz ou transfere mais valia para outro e como se dá a relação de valor nesses mercados.

Já nos referimos anteriormente à política de preços administrados que sempre nortearam a existência das EEs. Vejamos a quem mais interessa tal política, diretamente imposta pelo Conselho Interministerial de Preços.

Se o nível geral de preço aumenta, existirá, naturalmente, elevação do preço de certos componentes do capital constante, e, portanto, pressiona-se para baixo a taxa de lucro do sistema (mantidos o capital variável e a taxa de exploração constantes). O poder de "mark-up" ou grau do monopólio³⁵ do setor hegemônico cria as condições para que sua rentabilidade não seja prejudicada. No mercado global são as pequenas e médias empresas que sofrem mais diretamente tal aumento, saindo do mercado ou sendo incorporadas por grupos hegemônicos.

Como as empresas do SPE não produzem bens finais senão bens intermediários - e é aí que se encontra o caráter de complementariedade do SPE à produção privada e conseqüentemente o reforço à acumulação/reprodução do capital hegemônico -, o seu aumento de preço dependerá em parte, do seu mercado consumidor. Admitindo-se que as EEs utilizem com maior intensidade seu poder de "mark-up", para as pequenas e médias empresas torna-se difícil incorporar ao seu produto final o aumento de preços do setor estatal. Contudo, para as grandes empresas oligopolistas, principalmente as transnacionais, é fácil incorporar tais aumentos de insumo (preço), uma vez que já realiza seu produto

³⁵ Ver Kallecki, M. - Teoria da Dinâmica Econômica - Méxi

acima do seu valor individual.

Note-se que neste contexto haverá uma diferença entre as grandes empresas privadas e as EEs, enquanto componentes de um mercado oligopolista único. As EEs, ainda que comportando-se como empresa privada neste mercado, têm seu poder de "mark-up" limitado pela função institucionalizada de reforço à acumulação privada. Assim, as EEs têm um regulador externo da intensidade do seu "mark-up", o que se reflete via fixação da política de preços de seus produtos. Entretanto, para a empresa privada, além de não sofrer esta limitação, isto lhe é benéfico, porquanto tem somente nas condições de mercado limites para utilização do seu "mark-up".

O fato do CIP trabalhar com base nos custos das empresas de maior eficiência, implicou fixar preços demasiadamente baixos para as pequenas e médias empresas, cujo custo social de produção por produto é maior do que os das grandes empresas. Portanto, o próprio CIP contribuiu para o mecanismo de transferência de mais valia das pequenas e médias empresas para as grandes empresas - isto é, as empresas oligopolistas são as que se apropriam da maior parte da mais valia produzida socialmente -, o que é uma característica normal do regime capitalista.

Por outro lado, a política de preços para as empresas do governo - política de "tarifas verdadeiras" - não foi homogênea. Alguns setores como siderurgia e transportes sofreram uma constante contração de preços, embora o setor siderúrgico tenha experimentado aumentos significantes em determinados períodos.³⁶ Já para o setor energético foi fácil operar com tarifas reais, devido à atomização da sua demanda, o que facilitou a implantação de tarifas seletivas com a demanda doméstica e comercial subsidiando a demanda industrial.³⁷

3.5.1 - A Produção Estatal - Como Capital e/ou Para o Capital

Empreendamos agora, complementando a análise, uma comparação entre as EEs e as empresas privadas transnacionais e nacionais.

³⁶ Dutra, W. e Salles, V. - Padrão de Financiamento em Empresas Estatais. FINEP - Mimeo, dez. 1975.

Como primeiro passo, procuremos caracterizar os dados analisados, ressaltando-se que:

- a - Tomamos as 100 maiores empresas do mercado produtivo brasileiro, classificadas por Patrimônio Líquido (tabela 9) e por Lucro Líquido (tabela 10);
- b - Ordenadas as empresas, tomamos as somas de seus patrimônios líquidos (PL), lucros líquidos (LL), faturamentos (Vendas), números de empregados e alguns índices que definiremos a seguir;

B.1-Rentabilidade (LL/PL) igual a (C/A) , como uma das formas de medir o retorno dos investimentos próprios de cada bloco de empresas. Tomado no seu conjunto e sem considerar a "rationale" das EEs, este índice é uma aferição realtiva do emprego dos capitais próprios das empresas; da eficiência com que foram utilizados para obtenção do lucro líquido. Claro que teremos encarado a rentabilidade de determinadas empresas de cada bloco, principalmente as EEs, uma vez que não estaremos individualizando os pólos, isto é, CVRD, PETROBRÁS, RFFSA e FEPASA estarão compondo o índice médio de rentabilidade das EEs. Devido a restrição aos dados, lucro líquido não se refere apenas à parte operacional, mas é o resultado de outras aplicações, inclusive no sistema financeiro.

B.2-Vendas/PL igual a (B/A) que nos indicará a eficiência relativa com que os valores investidos na empresa foram aproveitados na produção das vendas, ou seja, quantas vezes o PL foi transformado em vendas.

B.3-LL/Vendas igual a (C/B) exprimindo a lucratividade das empresas (do bloco) em relação às vendas. Este índice, em valor elevado é esperado para empresas que fazem grandes imobilizações, o que deve implicar em margens de lucro elevadas para compensar o reduzido giro do seu ativo ou ainda do seu patrimônio.

B.4- Porcentagem do LL/porcentagem do PL $(\%C/\%A)$. Este índice nos permite avaliar a apropriação da massa de lucro em relação ao capital investido.

B.5-Liquidez Corrente - Tomado diretamente da fonte, nos dará a relação entre os cruzeiros disponíveis ou que serão recebidos e os que terão de ser desembolsados no mesmo prazo (normalmente um ano).

b - 6 - Endividamento - tomado como o anterior, revela a porcentagem de capital de terceiros tomada pela empresa.

Apesar das restrições que se faça ao Índice definido em b.4, tais como o lucro não provir somente do PL e como se financia o ativo das empresas, isto reforça mais ainda nossas afirmações do papel de suporte do Estado, via EE, ao capital privado hegemônico.

Isto porque, em primeiro lugar, as EEs são levadas a atuarem nos segmentos produtivos que exigem recursos elevados em imobilização, ou seja, têm o PL elevado. Em segundo lugar, os financiamentos dos ativos das empresas privadas são feitos, em muitos casos, através de recursos do governo. Some-se, ainda, que nas associações entre Estado e capitais privados, em alguns casos, o capital estrangeiro entra com tecnologia, recebendo outra "fatia" a título de "royalties" e assistência técnica.

Entretanto, no primeiro caso, como a EE apresenta um caráter público, tem seu "mark-up" limitado como já vimos. No segundo caso além daquela condição, as empresas privadas exercem seu poder de "mark-up" mais livremente, isto é, com maior intensidade, de acordo com as regras do mercado oligopolista, além de atuarem, também, nos setores mais dinâmicos e de participarem, inclusive, de segmentos mais lucrativos como é o caso da distribuição de derivados de petróleo (e como era de eletricidade), não obstante as EEs do ramo imobilizarem seu capital no setor, por razões de segurança nacional ou outras que muito se discutem.

c - Os Índices utilizados são definidos de acordo com a fonte utilizada, isto é, Revista Visão - Quem é Quem na Economia Brasileira, e, obedecem aos critérios normalmente utilizados para avaliação da eficiência das empresas.

Deixamos claro que não faremos uma análise isolada, isto é, uma análise da eficiência empresarial desvinculada das características inerentes a cada bloco de empresas. Como a análise que desenvolvemos nos tópicos anteriores, esta também define-se num marco econômico/político, principalmente em relação às empresas estatais.

Para a tabela 9, quando comparamos a participação na massa de lucros, vemos que as EEs participam com média de 60%, o

BCME - BIBLIOTECA

ro (SE) em média 21%. Entretanto, isto é atenuado pelo fato de que as EEs compõem quase que 50% da amostra e chega a compor 94% do PL (1979) do total das empresas tomadas na tabela.

Este último elemento justifica a participação elevada na massa de lucros da amostra, uma vez que os altos investimentos (dados os segmentos produtivos onde as EEs atuam) devem ser compensados. Note-se que mesmo com um PL crescente as EEs não apresentam uma participação proporcional na massa de lucros. Um raciocínio análogo é aplicado as vendas.

Convém aqui fazermos uma advertência: não trabalharemos com a definição marxista de taxa de lucro, isto é, a relação entre a massa total de mais valia produzida na sociedade e o capital social total. Isto porque o processo capitalista procura deixar claro apenas aquilo que lhe interessa, dificultando, sobremaneira, à medida que se desenvolve, a percepção da origem do valor e gerador do excedente, isto é, o trabalho, especificamente, o trabalho humano.

Do lucro definido contabilmente - se o tomarmos equivalente à mais valia - quando evidenciamos o índice (C/A) teremos taxas de lucros mascaradas, uma vez que o quociente será menor devido ao fato de o PL incluir categorias diferentes daquilo que envolve o capital social total aplicado na produção.

Entretanto, apesar da "proxy", esta é utilizada para os blocos de empresas indistintamente. Estamos trabalhando com valores monetários, comparando coisas distintas utilizando as mesmas categorias. Portanto, o nível de distorção não se aplicará para um bloco de empresas específico.

Não será nenhuma novidade a evidência de que os lucros não se comportarão de acordo com as magnitudes dos capitais aplicados. Neste processo é plausível admitir-se diferentes taxas de lucro sem o comprometimento imediato da viabilidade da produção capitalista. É exatamente pela inserção das EEs, de países como o Brasil, no sistema produtivo que o imperialismo viabilizou e reforçou esta forma de maior extração de mais valia.

É neste processo oligopolista onde inseriu-se as EEs que o imperialismo encontrou a alternativa de expandir inexoravelmente a expansão da acumulação e reprodução do capital. Às formas de relações anteriores, CAPITALISTAS X OPERÁRIOS e CAPITALISTAS X CAPITALISTAS, soma-se, talvez a mais significativa a

representantes do capital hegemônico).

Retomando a análise, a tabela 9 nos mostra ainda que o índice (B/A) é completamente desfavorável para o bloco das EEs, não obstante o seu elevado patrimônio. Isto porque este PL não apresenta um giro elevado dado que é aplicado em segmentos que necessitam de uma imobilização muito grande, como é o caso dos setores de petróleo, eletricidade, siderurgia, telecomunicações, transportes, infra-estrutura etc., os quais são exatamente os setores responsáveis por 82% da participação das EEs na amostra. Registre-se, porém, que no setor petróleo, apesar da PETROBRÁS apresentar um elevado PL e estar entre as primeiras empresas por PL e LL e apresentar o maior volume de vendas nos últimos anos, empresas como a ESSO e ATLANTIC com PL pouco representativos, não obstante não aparecerem na classificação da tabela 9, compõem a tabela 10 o que demonstra suas participações na "fatia" lucrativa do segmento (distribuição de derivados do petróleo), ainda que tenham diversificações na suas atividades.

Para o índice (%C/%A) definido em b.4, evidenciamos que o bloco de empresas estatais não estão se apropriando do lucro de forma proporcional ao capital investido (o lucro que lhe corresponderia), processando-se, desta forma, uma transferência de valor para os dois outros blocos, especialmente o estrangeiro, que apresenta uma superioridade de 8 vezes no ano de 1979.

Assim, não é estranho que as EEs apresentem os menores índices de rentabilidade (C/A). Não obstante, as considerações feitas no item b anteriormente e a análise desenvolvida até agora mostram o porquê de as EEs, assim se comportarem. O jogo político e o papel a desempenhar (redução do Estado a um plano econômico específico), fazem com que as EEs não valorizem o capital investido dentro das características do mercado em que atuam.

Finalmente, os índices de liquidez e de endividamento reforçam nossas afirmações. As EEs apresentam o ILC decrescente, chegando a 0,75% (1982). Entretanto, dentro da lógica de valorização do capital como um todo e devido a crise aprofundada isto não se constitui em grande novidade.

Convém entender, por outro prisma, o endividamento das EEs e do SE. Enquanto o SPN apresenta um endividamento decrescente, chegando ao nível de 29,29% (1982), os dois primeiros blocos comportam-se diferentemente; o primeiro com um endividamento

TABELA 9

AS CEM MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS CLASSIFICADAS POR PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EMPRESA TIPO	%	NÚMERO DE EMPREGADOS	%	PATRIMÔNIO (A)		VENDAS (B)		LUCRO (C)		B/A %	C/A %	ZC/ZA	C/B %	ENDIVI DAMEN- TO (%)	LIQUIDEZ CORRENTE
				LÍQUIDO	%		%	LÍQUIDO	%						
ATL	43,0	356.548	0,52	32.164,9	0,67	12.887,3	0,35	2.603,4	0,58	0,40	0,08	0,80	0,20	nd	1,89
IONAL	27,0	149.956	0,22	6.671,9	0,14	5.225,3	0,14	611,0	0,14	0,78	0,09	1,00	0,12	nd	3,21
RANGEIRA	30,0	180.462	0,26	8.854,0	0,19	18.409,1	0,51	1.219,4	0,28	2,07	0,14	1,47	0,07	nd	1,55
TOTAL	100,0	686.966	1,00	47.690,8	1,00	36.521,7	1,00	4.433,9	1,00	-	-	-	-	-	-
ATL	45,0	346.491	0,45	204.352,5	0,85	37.134,7	0,36	9.803,4	0,60	0,18	0,05	0,71	0,26	33,40	1,70
IONAL	28,0	222.515	0,29	14.280,1	0,06	20.436,5	0,20	2.579,6	0,16	1,43	0,18	2,67	0,13	35,87	3,46
RANGEIRA	27,0	206.134	0,26	20.946,0	0,09	45.991,7	0,44	3.990,3	0,24	2,20	0,19	2,67	0,09	42,57	1,78
TOTAL	100,0	775.140	1,00	239.518,1	1,00	103.562,9	1,00	16.313,9	1,00	-	-	-	-	-	-
ATL	53,0	527.855	0,54	578.559,1	0,87	174.417,2	0,45	28.494,1	0,60	0,30	0,05	0,69	0,16	42,31	1,24
IONAL	19,0	218.223	0,22	42.591,9	0,06	64.138,8	0,17	9.570,8	0,20	1,51	0,22	3,33	0,15	47,56	4,03
RANGEIRA	28,0	238.130	0,24	45.282,2	0,07	144.829,2	0,38	9.656,8	0,20	3,20	0,21	2,86	0,07	36,94	2,01
TOTAL	100,0	984.208	1,00	666.433,2	1,00	383.385,2	1,00	47.721,7	1,00	-	-	-	-	-	-
ATL	56,0	571.144	0,61	5.302.993,4	0,94	756.655,7	0,58	85.518,4	0,65	0,14	0,02	0,69	0,11	47,32	2,66 ¹
IONAL	27,0	182.120	0,19	189.860,6	0,03	191.832,8	0,15	23.764,4	0,18	1,01	0,13	6,00	0,12	38,26	1,41
RANGEIRA	17,0	193.173	0,20	143.637,6	0,03	361.782,4	0,28	31.888,7	0,17	2,52	0,15	5,67	0,06	44,35	27,58 ²
TOTAL	100,0	946.437	1,00	5.636.491,6	1,00	1.310.210,9	1,00	131.113,5	1,00	-	-	-	-	-	-
ATL	57,0	586.983	0,63	16.981.484,6	0,85	8.618.610,4	0,69	779.124,0	0,58	0,51	0,05	0,68	0,09	48,72	0,75
IONAL	29,0	190.592	0,21	2.055.158,8	0,10	1.622.218,1	0,13	357.091,0	0,27	0,79	0,17	2,70	0,22	29,29	1,42
RANGEIRA	14,0	148.946	0,16	1.069.628,8	0,05	2.255.207,4	0,18	199.891,3	0,15	2,11	0,19	3,00	0,09	42,31	1,48
TOTAL	100,0	926.521	1,00	20.106.212,2	1,00	12.496.035,9	1,00	1.336.106,3	1,00	-	-	-	-	-	-

FORNTE: Elaborada a partir dos dados publicados pela Revista QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA - Revista Visão, vários anos.

1 - Inclui 2 índices altos, o que fez apresentar uma média elevada: EBTU - Empresa Brasileira de Transportes (32,75) e IBRASA - Investimentos Brasileiros S.A (58,16).

2 - Anglo American Corp. Brasil apresentou um índice de (448,57).

monstrando uma forte elevação; o segundo apresenta um caráter oscilatório do endividamento, embora este situe-se num patamar elevado, com uma média em torno de 41%.

Para as EEs, o caso do endividamento, principalmente o externo, enquadra-se dentro da lógica da valorização do capital privado hegemônico, analisado anteriormente. Contudo, deve-se registrar que para estas empresas, não se pode analisar o seu endividamento em termos de suas perspectivas e potencialidades no mercado, isto é, relacioná-los a LL e rentabilidade, devido a seu papel de reforço à acumulação do capital privado - à redução do Estado a um plano econômico específico, à sua ambigüidade.

Para o SE, no entanto, o endividamento pode relacionar-se àquelas perspectivas, uma vez que o seu potencial e perspectivas têm como limite somente o mercado. Entretanto, este bloco de empresas apresenta, também, um forte endividamento. Isto poder-se-ia explicar pelo fato de que estas empresas não investem capital diretamente ou em forma de capital de risco, e sim em forma de financiamentos, os quais, na maioria das vezes provêm da própria matriz e/ou de grupos financeiros vinculados à matriz. Muitas vezes tais financiamentos restringe-se, somente, a uma escrituração, o que permite elevar o percentual de remessa de lucro para a matriz. Adicione-se que como financiamento/empréstimos, esses capitais tem maiores garantias, inclusive governamentais.

Some-se, ainda, os pagamentos em forma de "royalties", tecnologias e assistências técnicas que o SE apresenta, os quais, aliados à estrutura acima, é outro canal de valorização do capital privado hegemônico. Tudo isso dissimulado pelo arbítrio de uma tecnoburocracia que impingiu à Nação a mais tirana imolação.

Por outro lado, os índices de liquidez corrente e de endividamento mostram a precariedade em que se encontram as EEs. Não são pela abdicação de lucros a que são obrigadas como também pelo reforço para captação de recursos externos - enquanto objeto da política econômica - que, como vimos anteriormente, é um canal alternativo de expandir a reprodução/acumulação do capital imperialista hegemônico (note-se a evolução dos encargos financeiros na tabela 13).

Registre-se, ainda, que dado o modelo econômico adotado, voltado para o mercado de bens duráveis, são exatamente as

ta forma, contribuem sobremaneira para a acumulação do capital privado. Note-se que somente no ano de 73 as EEs apresentam-se contribuindo abaixo de 50% do total de empregados.

Na tabela 8, para as cem maiores empresas no Brasil, classificadas por LL, inversamente à tabela 9, as EEs participam, em média, com 28,6% do total, atingindo maior porcentagem (34%) no ano de 70. Mesmo assim, as EEs situam-se acima do bloco de empresas estrangeiras em número de empregados e, quando inferior ao bloco de empresas nacionais, não apresenta diferença superior a 5%. Não obstante, apesar do número de EEs diminuir, os segmentos de atuação são os mesmos citados anteriormente.

Note-se que podemos fazer uma analogia da tabela 10 com a tabela 9, uma vez que os dados, consideradas as diferenças em termos absolutos, demonstram a mesma posição para os blocos de empresas na amostra.

Registre-se que, mesmo com uma participação bastante reduzida, as EEs ainda são as que mais contribuem para a formação do PL, apresentando uma média de 71%. Mesmo com a superioridade dos índices, a tabela 10 deixa transparecer que mesmo para as EEs mais rentáveis o processo de transferência de valor é bastante significativo. As EEs mais rentáveis não utilizam, com a intensidade que poderiam, o seu poder de "mark-up" dadas suas características para reforçar a acumulação privada de capital. Note-se que o aumento dos índices das EEs não é proporcional aos aumentos experimentados pelos dois outros blocos de empresas.

Assim, reforçamos a afirmação anterior de que as EEs não se apropriam da massa de lucros de forma proporcional ao capital que investem. Apesar de apresentarem uma alta composição orgânica do capital, as EEs não apresentam condições favoráveis de realização da sua mais valia produzida, transferindo, portanto, parte desta para os setores capitalistas hegemônicos. Dito de uma outra forma, a maioria das EEs não entra na nivelção da taxa de lucro. Isto é explicado por Marx: "O sentido aqui é o de esses capitais, embora aplicados em grandes empreendimentos produtivos, e em complementariedade aos demais setores, só fornecem, após deduzidos, todos os custos, juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos. É o que se dá por exemplo com as estradas de ferro. Elas não entram no nivelamento da taxa geral de lucro; uma vez que fornecem taxa menor que a taxa média de lucro. Se entrassem, fariam cair esta mu

ta forma, contribuem sobremaneira para a acumulação do capital privado. Note-se que somente no ano de 73 as EEs apresentam-se contribuindo abaixo de 50% do total de empregados.

Na tabela 8, para as cem maiores empresas no Brasil, classificadas por LL, inversamente à tabela 9, as EEs participam, em média, com 28,6% do total, atingindo maior porcentagem (34%) no ano de 70. Mesmo assim, as EEs situam-se acima do bloco de empresas estrangeiras em número de empregados e, quando inferior ao bloco de empresas nacionais, não apresenta diferença superior a 5%. Não obstante, apesar do número de EEs diminuir, os segmentos de atuação são os mesmos citados anteriormente.

Note-se que podemos fazer uma analogia da tabela 10 com a tabela 9, uma vez que os dados, consideradas as diferenças em termos absolutos, demonstram a mesma posição para os blocos de empresas na amostra.

Registre-se que, mesmo com uma participação bastante reduzida, as EEs ainda são as que mais contribuem para a formação do PL, apresentando uma média de 71%. Mesmo com a superioridade dos índices, a tabela 10 deixa transparecer que mesmo para as EEs mais rentáveis o processo de transferência de valor é bastante significativo. As EEs mais rentáveis não utilizam, com a intensidade que poderiam, o seu poder de "mark-up" dadas suas características para reforçar a acumulação privada de capital. Note-se que o aumento dos índices das EEs não é proporcional aos aumentos experimentados pelos dois outros blocos de empresas.

Assim, reforçamos a afirmação anterior de que as EEs não se apropriam da massa de lucros de forma proporcional ao capital que investem. Apesar de apresentarem uma alta composição orgânica do capital, as EEs não apresentam condições favoráveis de realização da sua mais valia produzida, transferindo, portanto, parte desta para os setores capitalistas hegemônicos. Dito de uma outra forma, a maioria das EEs não entra na nivelção da taxa de lucro. Isto é explicado por Marx: "O sentido aqui é o de esses capitais, embora aplicados em grandes empreendimentos produtivos, e em complementariedade aos demais setores, só fornecem, após deduzidos, todos os custos, juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos. É o que se dá por exemplo com as estradas de ferro. Elas não entram no nivelamento da taxa geral de lucro; uma vez que fornecem taxa: menor que a taxa média de lucro. Se entrassem, fariam cair esta mu

AS CEM MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS CLASSIFICADAS POR LUCRO LÍQUIDO

EMPRESA TIPO	%	NUMERO DE EMPREGADOS	%	PATRIMÔNIO (A)		VENDAS (B)		LUCRO (C)		B/A	C/A	C/C/A	C/B
				LÍQUIDO				LÍQUIDO					
					%		%		%				
1970 ESTATAL	34,0	369.824	0,52	30.090,3	0,66	11.695,5	0,35	3.262,2	0,56	0,39	0,11	0,84	0,28
NACIONAL	34,0	173.850	0,25	6.098,5	0,13	5.819,6	0,17	934,6	0,16	0,95	0,15	1,23	0,16
ESTRANGEIRA	32,0	163.920	0,23	9.339,8	0,21	16.186,9	0,48	1.629,5	0,28	4,73	0,17	1,33	0,10
TOTAL	100,0	707.594	1,00	45.528,5	1,00	33.702,0	1,00	5.826,3	1,00	-	-	-	-
1973 ESTATAL	25,0	265.643	0,33	82.188,9	0,69	31.926,5	0,31	9.414,9	0,54	0,39	0,11	0,78	0,29
NACIONAL	38,0	265.967	0,34	13.674,1	0,11	17.911,6	0,17	3.766,1	0,21	1,31	0,28	1,91	0,21
ESTRANGEIRA	37,0	265.361	0,33	24.013,8	0,20	53.786,8	0,52	4.394,5	0,25	2,24	0,18	1,25	0,08
TOTAL	100,0	796.971	1,00	119.816,8	1,00	103.624,9	1,00	17.515,5	1,00	-	-	-	-
1976 ESTATAL	27,0	279.579	0,34	220.621,6	0,70	162.103,9	0,36	34.145,9	0,55	0,73	0,15	0,79	0,21
NACIONAL	38,0	293.157	0,36	42.906,0	0,14	71.562,7	0,16	13.206,3	0,21	1,76	0,31	1,50	0,18
ESTRANGEIRA	35,0	250.950	0,30	50.115,0	0,16	215.017,2	0,48	14.684,7	0,24	4,29	0,29	1,50	0,07
TOTAL	100,0	823.686	1,00	313.642,6	1,00	448.688,8	1,00	62.036,9	1,00	=	=	-	-
1979 ESTATAL	27,0	237.332	0,34	1.083.397,3	0,75	589.132,0	0,46	148.498,4	0,63	0,54	0,14	0,84	0,25
NACIONAL	47,0	257.931	0,38	199.819,9	0,14	250.145,9	0,20	47.391,1	0,20	1,25	0,24	1,43	0,19
ESTRANGEIRA	26,0	192.839	0,28	161.144,5	0,11	424.813,2	0,34	39.148,9	0,17	2,64	0,24	1,55	0,09
TOTAL	100,0	688.102	1,00	1.444.361,7	1,00	1.264.091,2	1,00	235.038,4	1,00	-	-	-	-
1982 ESTATAL	29,0	325.517	0,43	10.452.280,5	0,76	6.310.873,0	0,57	1.280.833,2	0,55	0,60	0,12	0,73	0,20
NACIONAL	42,0	259.970	0,34	1.928.509,7	0,14	2.005.810,9	0,18	550.906,3	0,24	1,04	0,29	1,71	0,28
ESTRANGEIRA	29,0	175.855	0,23	1.406.446,8	0,10	2.691.443,7	0,25	488.614,6	0,20	1,91	0,35	2,22	0,18
TOTAL	100,0	761.292	1,00	13.787.237,0	1,00	11.008.127,4	1,00	2.320.414,1	1,00	-	-	-	-

FONTE: Elaborada a partir dos dados publicados pela Revista QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA - Revista
Visão, vários anos.

to mais".³⁸

O fato de as EEs atuarem oligopolisticamente reforça o objetivo da expansão da acumulação capitalista e não o contrário, isto é, um competidor do capital privado. Isto porque a alta composição orgânica do capital e, daí, sua superioridade tecnológica não são complementadas pelo processo de realização que, para o caso das EEs, não permite, não obstante sua produção de mais valia, uma realização máxima desta, transferindo (obrigatoriamente) parte para o setor hegemônico. Precisamos captar que "o excedente do valor da mercadoria sobre o preço de custo, embora se origine diretamente do processo de produção, só se realiza no processo de circulação, e a aparência de provir do processo de circulação se robustece porque, efetivamente, em meio à concorrência, no mercado real, depende das condições deste a possibilidade de realizar-se o grau em que se realiza em dinheiro esse excedente".³⁹

Assim, podemos entender que a intervenção estatal, principalmente pós-64, fundamentou-se em formas evoluídas, garantindo o modo de produção e dominação capitalista, contribuindo forçosamente para a diminuição da defasagem do desenvolvimento das forças produtivas centro/periferia, não obstante as desigualdades sociais não terem sido amenizadas senão escamoteadas (a tabela 11 dispensa comentários).

O processo de articulação empresas do SPE com as empresas privadas, isto é, as relações interindustriais, torna o Estado brasileiro como se fosse o "produtor" direto das relações de produção. Aliado a estrutura política institucionalizada de dominação, o Estado aparenta ser o "locus" onde se cristalizam as condições de valorização do capital privado, além de ser um elemento importante para esta valorização. As EEs, formadas em grande parte em moldes de sociedades anônimas, sua vizam o caráter de classe do Estado, embora o torne mais capitalista e inserido no processo de reprodução do capital.

Entretanto, parece-nos claro que as fricções e certas rupturas tais como a discutida elevação dos serviços da dívida externa e a associação em forma de "joint-venture", principalmente em relação à CVRD⁴⁰, estão presentes no desenvolvimento implementado, não obstante também aparecer, virtualmente, uma

³⁸MARX, K. - O Capital... op. cit. Livro 3, V. 4. p. 276.

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS - 1960/1980

1960				1970				1980			
POPULAÇÃO %		RENDA %		POPULAÇÃO %		RENDA %		POPULAÇÃO %		RENDA %	
%	ACUMUL.	%	ACUMUL.	%	ACUMUL.	%	ACUMUL.	%	ACUMUL.	%	ACUMUL.
40	40	11,3	11,3	40	40	10,0	10,0	40	40	9,8	9,8
10	50	6,1	17,4	10	50	4,9	14,9	10	50	4,3	14,1
10	60	7,5	24,9	10	60	20,9	20,9	10	60	5,5	19,6
10	70	9,0	33,9	10	70	28,2	28,2	10	70	7,3	26,9
10	80	11,3	45,2	10	80	38,1	38,1	10	80	9,9	36,8
10	90	15,2	60,4	10	90	53,3	53,3	10	90	15,5	52,3
10	100	39,6	100,0	10	100	100,0	100,0	10	100	47,7	100,0
5+	-	28,3	-	5+	-	-	-	5+	-	34,9	-
1+	-	11,9	-	1+	-	-	-	1+	-	14,9	-

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil - FIBGE

política econômica submetida e dependente das leis de acumulação do sistema capitalista global.

Isto torna-se evidente a partir do primeiro "choque do petróleo". Apesar de não apresentar homogeneidade de políticas econômicas, o Estado atuou de forma a amenizar os efeitos mais nocivos de uma crise que atingia todo o sistema capitalista.

Note-se, por exemplo, que as políticas adotadas implicaram em diminuição dos gastos de governos (saúde, educação etc) e, a partir de 1979, a coleção de leis salariais colocaram em "xeque" as conquistas dos trabalhadores iniciadas com a "abertura política" do governo Geisel e reforçada pela promessa de se fazer deste país uma democracia.

Por outro lado, como componente do sistema, o Estado também sofreu influências da crise iniciada em 1974 e aprofundada em 1979. Das condições econômicas a que chegamos - uma recessão nunca vista em termos de Brasil e uma inflação histórica - com o quase "sucateamento" do parque industrial, às condições político-sociais que implicaram numa perda de legitimação e credibilidade - note-se as condições miseráveis da população de baixa renda (a de baixíssima não é adjetivável) e o antigo jogo político, de interesses predominantemente particularistas, a que assistimos atualmente.

Apesar da contestação que se aprofunda, o Estado segue atuante no processo de acumulação capitalista (por exemplo a reversão das curvas salariais de algumas empresas do SPE como reforço ao mercado de bens duráveis).

E, em momento algum, do desenvolvimento capitalista no Brasil se pode evidenciar implicações de custo ao capital privado hegemônico pela criação e atuação das empresas estatais.

Saliente-se que, mesmo atuando de forma oligopolista, as EEs têm diminuído o seu poder de mercado na medida que é um instrumento de garantia do processo de reprodução do capital como um todo. Mesmo nos momentos de crise a EE sofre este cerceamento por parte do aparelho estatal, sofrendo limitações pelo papel que desempenha e pela inserção numa formação capitalista dependente.

Desse modo, não nos surpreendemos com as diretrizes constantes dos Planos Nacional de Desenvolvimento (PNDs). Note-se que estes são claros quanto à questão do "modelo brasileiro de capitalismo industrial", fundamentado em "viabilizar o desenvolvimento da indústria através do setor privado, e, por

a função de investir e de produzir, com a rentabilidade adequada (...) Mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão as empresas do Governo associar-se ao setor privado. utilizador do insumo a produzir, e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários".⁴¹

Tais objetivos são ratificados e aprofundados no III PND, plano que deixa clara "a opção brasileira pela economia de mercado, onde o planejamento do desenvolvimento e toda a atuação governamental devem voltar-se para a orientação, apoio e estímulos aos setores privados", limitando-se o governo às áreas definidas acima e "aos projetos não desejados ou inviáveis pela livre iniciativa" além dos "exigidos pelo interesse e segurança nacional".⁴²

Inclusive, parece-nos que se pretendeu avaliar a eficiência das EEs através de parâmetros de mercados enquanto estas se comportassem como unidades microeconômicas. Entretanto, julgamos fundamental, quando da avaliação destas empresas, não desstituí-las de suas características peculiares de inserção na economia - e aqui estamos considerando-as como unidades de um macrosistema -, características estas fundamentais para o reforço da acumulação privada, principalmente do capital hegemônico.

Note-se que isto está, inclusive, implícito nos planos de Governo quando se prevê que a "materialização dessa política (expressa no PND) exigirá (...) em especial, alto nível de eficácia na condução do setor público e da política econômica".⁴³

Torna-se evidente que os objetivos do regime implantado pós-64 vêm sendo cumpridos. Não obstante, assistimos constantemente severas críticas não só com relação à atuação das EEs como também à rotulada estatização da economia. No entanto, estas críticas não captam a "rationale" da existência, atuação e, em alguns casos, expansão da estatização. Isto explicita-se nitidamente em críticas tais como as que vêm as empresas do Estado pelo prisma microeconômico: "as estatais só não são as últimas no crescimento real das vendas (...) suplantadas pelas

⁴¹Presidência da República/SEPLAN - II Plano Nacional De Desenvolvimento (1975-1979) pp. 37/8.

⁴²Presidência da República/SEPLAN - III Plano Nacional De Desenvolvimento (1980-1985), p. 6.

estrangeiras (...) nos outros itens as estatais estiveram sempre por baixo (...) e apresentam os maiores índices de endividamento geral".⁴⁴

E reforçando esta "toada" o "coral tecnoburocrata" impingiu os ditames da política global de contenção orçamentária e de controle monetário-creditício, plasmando as EEs como o principal obstáculo do objetivo de resolução da crise na qual mergulhou a economia brasileira. Como solução atenuadora da crise recomenda-se, atualmente, a unificação orçamentária, como melhor forma de controlar o orçamento da EE, e consequentemente zerar o déficit público, ponto central das várias cartas de intenções do governo brasileiro ao FMI.

3.6 - Uma Visão Sobre a Questão da Unicidade Orçamentária

A insistência em se manter o crescimento econômico do país no período 76/79, em meio a uma crise mundial, parece que foi a tônica da tecnoburocracia do regime brasileiro, ignorando toda a conjuntura e novos direcionamentos da economia mundial desencadeados com o primeiro "choque do petróleo". Naquele contexto, parecia que o Brasil não era um elemento constitutivo do sistema econômico mundial, quando, na realidade, mais que um elemento constitutivo é um elemento estreitamente dependente desse sistema.

A obviedade dos fatos contrariava o discurso governamental - e sempre contrariou. Em meados de junho de 1980 (com novo ministro na área do planejamento) quando se efetuou um corte de 15% nos investimentos programados pelas EEs acompanhado de um corte adicional de US\$ 1,1 bilhões nas importações, restringia-se o dispêndio do setor público persistia a irredutibilidade da inflação e as dificuldades e incertezas das políticas econômicas adotadas se faziam sentir, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) emitia nota - sem identificação direta do autor - reiterando as políticas adotadas, rejeitando a ida do Brasil ao FMI e a consequente recessão e deixava claro que contava com a "boa vontade" da comunidade financeira internacional.

Parte desta pretensão foi motivada pelas condições efetivas do mercado financeiro internacional, ou seja, a reversão

da política restritiva de crédito por parte dos EEUU além das expectativas oficiais deste país num ano eleitoral e, por outro lado, os grandes superávits de petrodólares que começaram a influir crescentemente para o euromercado, provocando melhores condições de liquidez.

Nesse contexto, a nova política adotada a partir de fins de 79 e durante todo o ano de 80 apostava mais contra o tempo - dado o pragmatismo da SEPLAN - para novos ajustes corretivos, desaquecendo o crescimento industrial, basicamente visando a conter as importações e a inflexão das taxas de inflação.

A não "consciência" da crise que se teimou em dissimular contribuiu somente para torná-la mais explosiva. Assim, passou-se tardiamente, em fins de 80, a admitir todo o potencial da crise, agora com maiores consequências. Ainda que estabilizado, de certa forma, o preço do petróleo a partir de fevereiro de 80, tinha-se vários flancos para se atacar "em defensiva" as várias situações pelas quais enveredou o país.

Contudo, frente a problemas como o das finanças públicas, os obstáculos estruturais do endividamento externo (agora com níveis de "spread" em elevação e as taxas de juros em altos patamares), a situação inflacionária que, não obstante a política econômica implementada, tendia somente ao crescimento e, finalmente, a questão dos investimentos principalmente da EE, a ortodoxia da política econômica enveredou por decisões contraditórias e ineficazes, colocando o país no caos atual.

Com relação aos investimentos do SPE configurou-se uma séria contradição entre a utilização da EE como instrumento de política econômica conjuntural e, de outro lado, o seu papel como executora das prioridades no planejamento de médio e longo prazo desta política.

Convém sublinhar que estaria fora de qualquer cogitação fazer analogia do período que se iniciava e o período 74/77. Neste último, as importações permaneceram em torno de US\$ 12 bilhões anuais enquanto o PIB crescia 16%. O nível das importações em 74 situou-se acima do nível de 73 em US\$ 6,449 milhões, apesar da conta petróleo saltar de US\$ 710,8 milhões para US\$ 2,8 bilhões. Este diferencial das importações no intervalo 73/74 permitiu espaço suficiente para compras de bens de capital e insumos importados que sustentaram - "vis a vis" com o papel desempenhado pelo SPE - a expansão da atividade econômica no período. ⁴⁵

No entanto, o processo que se inicia em fins de 79 apresenta uma realidade bastante diferenciada daquela anterior. Além da situação precatória das contas externas, a política econômica - seus pragmatismos, contradições e incertezas que inspiravam - desencadeavam um processo crescente da espiral inflacionária que permanece até hoje.

A ida do Brasil ao FMI provocou a aparição de uma série de "bodes expiatórios" para os problemas internos. O problema central fixou-se na inflação que "reside no fato fundamental representado pelo substancial déficit do setor público".⁴⁶ As reformas exigidas baseavam-se em dois aspectos fundamentais: "o primeiro é a perda de substância relativa do orçamento da União 'vis a vis' o dispêndio global das empresas estatais; o segundo é o crescente exponencial dos subsídios creditícios que vêm desfigurando o orçamento monetário".⁴⁷

Um regime autocrático é incapaz de ver que, como ilustrado pelos últimos anos, a questão da política econômica pode muitas vezes incorrer em erros desastrosos, sempre que importantes decisões que implicam em alterações da estratégia maior da política econômica global, são tomadas, via de regras, de maneira intempestiva e através de processos extremamente fechados.

Portanto, entendemos de maneira mais abrangente, do que a forma colocada pelo professor Langoni, o seu termo: "No que diz respeito ao Brasil, um aspecto importante da situação atual é que há sinais visíveis de 'obsolescência institucional' na área econômica, justamente na hora em que o país reforma sua moldura política (...). Essa 'obsolescência institucional' é visível e auto-evidente na área tributária, nas relações trabalhistas, na previdência social. Ela vai mais além e atinge o próprio âmago da política econômico-financeira, pelas dificuldades institucionais que hoje enfrenta o governo para controlar o próprio setor público e para implementar de maneira ordenada e previsível as políticas monetárias e fiscal".⁴⁸

A nosso ver, a "obsolescência institucional" encontra-se no âmago do próprio governo - a forma de expressão de um Estado autoritário - não aplicando-se somente aos instrumentos de política econômico-político-social.

⁴⁶ Langoni, C. G. - Bases Institucionais da Economia Brasileira. Palestra proferida na ESG em 4.8.81, p. 10

⁴⁷ Idem, Idem.

A forma abrangente desta "obsolescência" é que dissimula o objetivo do discurso oficial de justificar a situação caótica que se iniciou em fins de 79. Creditar o "crescimento desordenado do setor público", em especial das EEs, "lado a lado com a multiplicação dos subsídios e incentivos" como imagem refletida da falta de uma base institucional que os limite, é tornar estreita a visão dos fatos. Isto não se deu como uma "via de mão única"; o papel das EEs e dos subsídios têm um sentido próprio mas, nos momentos de crise vêm a tona os seus limites e consequências dado que o Estado também, sofre os efeitos da crise.

O processo de crescimento do déficit público como seqüela dos elementos mencionados e a conseqüente unicidade orçamentária é - além das questões políticas mencionadas nos itens 3.1 e 3.2 - uma questão econômica teoricamente polêmica. Não se pode esquecer a que esta polêmica se deve, necessariamente, fazer presente que o peso das EEs na economia remonta a razões histórico-estruturais do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Isto posto, registre-se que, dada a forma de desenvolvimento tardio, os investimentos do SPE foram e são uma condição da viabilidade e potencialização do crescimento industrial em geral, e, particularmente, da dinâmica da acumulação privada do capital hegemônico.

A profundidade da crise brasileira, fruto em grande parte da própria política econômica adotada no período 74/79 e reforçada em 79/80, colocou o Brasil frente a ortodoxia do FMI. A política tradicional desse órgão é imposta aos tecnoburocratas brasileiros que, frente aos obstáculos administrativos por eles mesmos criados, não conseguem reconhecer a própria realidade a administrar.

Desse modo, o déficit público, a espinal inflacionária, elementos que têm à frente o estrangulamento externo, são os pontos básicos da política econômica que se implantou desde meados de 80. E dentro da numerologia oficial, reforça-se a "importância fundamental que assume o esforço para disciplinar as contas do governo (...) eles (os números) sugerem também que é essencial a integração e harmonização entre orçamento monetário, orçamento fiscal e orçamento das empresas estatais, a fim de que o próprio governo possa decidir de maneira mais consciente acerca de suas grandes prioridades".

Vejamos portanto a questão da integração e harmonização dos orçamentos colocada pelo discurso oficial, alternativa encontrada para estancar o déficit do setor público, gerado, principalmente, pelos dispêndios das empresas estatais e em especial seus investimentos paralelamente ao crescimento dos subsídios.

Agrupadas as contas do setor público em três grandes blocos, tem-se: o orçamento da União (conta do Tesouro e Órgãos da Administração direta); o orçamento monetário, englobando as contas do setor público nas autoridades monetárias (Banco Central - BACEN e Banco do Brasil); e o rotulado orçamento das estatais incluindo as contas de Órgãos da Administração Indireta, Fundações e Empresas controladas pelo Governo. Curioso é encontrarmos aí uma miscelânea de órgãos como Universidades, SIMPAS, DNER, FUNAI etc, definidos como empresas estatais. Da união dos três orçamentos obtem-se o chamado déficit do setor público, cuja redução é o objetivo do FMI.

Como vemos pela tabela 12, o primeiro desses orçamentos é superavitário; e é natural uma vez que inclui receita tributária globalmente e apenas fração do dispêndio típico de governo, visto que parte dele insere-se nos órgãos da administração indiretas classificados no terceiro orçamento. Portanto, pelo lado do gasto fiscal não se tem nenhum déficit de natureza inflacionária ao longo dos últimos 10 anos, exceção do ano de 1975.

Com relação ao orçamento das EEs dado o nível de transferência da União para este, define-se o déficit de tal forma que somente seria nulo se inexistissem operações de crédito, feitas pelas empresas que aí se classificam, que implicam em aumento de suas dívidas reais. Ou seja, qualquer empresa, tomada isoladamente, não será deficitária se o total de seu dispêndio - custeio e capital - for auto-financeável ou coberto pelo tesouro. Neste caso, está-se analisando pelos mesmos critérios uma PETROBRÁS, CVRD "vis a vis" a FUNAI, Universidades etc.

Parece que não se concebe que as empresas do SPE podem lançar mão de mecanismos de crédito - normais em termos empresariais - para suportar seus planos de expansão. Para tanto é necessário que suas perspectivas de lucro suportem o tempo de endividamento empreendido.

Convém aqui reportarmo-nos à análise do tópico 3.5. Além daquele papel desempenhado pelas EEs sua ambigüidade e as con-

TABELA 12

RECEITA E DESPESA DA UNIÃO

ANO	Milhões de 80 ¹		
	RECEITA ARRECADADA	DESPESA REALIZADA	SALDO
1970	685.375,4	646.211,1	39.164,3
1971	516.742,8	499.379,2	17.363,6
1972	641.977,1	622.076,7	19.901,0
1973	747.356,5	719.588,9	27.767,6
1974	833.450,8	790.337,5	43.111,3
1975	866.461,7	894.439,0	- 27.917,3
1976	1.051.196,2	1.025.637,1	25.559,1
1977	1.078.181,2	1.057.922,0	20.259,2
1978	1.102.616,9	1.097.261,2	5.255,7
1979	1.089.763,0	1.043.492,9	46.210,1
1980	1.230.018,0	1.190.994,0	39.024,0
1981	1.120.920,0	1.074.657,6	46.262,4
1982	1.163.964,5	1.126.169,4	37.795,1

FONTE: Anuário Estatístico - FIBGE.

1) IGP - DI - col 2 - FGV

aos olhos uma certa incoerência do discurso oficial. É manifesta a perspectiva de lucro destas empresas, ainda que dentro de toda a política econômica desenvolvida desde meados de 79.

Neste ponto, mesmo para a tecnoburocracia estatal o financiamento da expansão (a reprodução) do capital dessas empresas passa pela sua realização, isto é, deve ser feita através de capital próprio, do seu lucro. Aqui portanto, essas empresas devem ser o mais capitalistas possível, com as perspectivas de expansão sendo função da sua capacidade de realização e do lucro de maneira a garantir o seu nível de endividamento.

Por outro prisma, coloca-se desde 1980 a questão do endividamento das EEs enquanto unidades produtivas do Estado. Ora, capte-se que, enquanto tal, desempenham papel de repassadoras de recursos para o setor privado, sofrem mais diretamente a ingerência da política econômica e, em especial nos últimos anos, foram utilizadas como instrumentos de captação de recursos externos para o fechamento do balanço de pagamentos. Nesse contexto, a interação desses dois polos não parece possível se não se admite a possibilidade de que estas empresas recorram ao sistema de crédito para financiar parte de suas expansões.

As EEs nos anos analisados na tabela 13 financiaram em média seus investimentos em 34,0% com suas poupanças líquidas. Se adicionarmos a estas os recursos do tesouro, cobrirão em média 65,9%. Note-se, contudo, que os recursos do tesouro apresentam queda contínua e, no entanto, as empresas conseguiram, em 1983, financiar 44,0% dos seus investimentos diretos com recursos próprios. Se tomarmos o período de 1980, início da política restritiva, a 1983, veremos uma redução de 74,6% para os recursos do tesouro.

Se as EEs, enquanto unidades produtivas do Estado, têm limites impostos à sua realização e estes recursos têm decrescido constantemente, a única alternativa encontra-se no aumento da utilização de recursos de terceiros para possibilitar sua expansão e, logicamente, seguir desempenhando o papel de suporte da acumulação privada.

Registre-se que, mesmo como proporção dos dispêndios, os recursos do tesouro se apresentam em descenso, participando com 4,19% em 83. Para o período 80/83 reduzem-se de 59,3%. Note-se, todavia, que para o ano de 1982 73,3% dos recursos do tesouro (a preços de 80) destinam-se para os grupos RFFSA,

T A B E L A 13

ASPECTOS ECONÔMICOS FINANCEIROS DAS EMPRESAS ESTATAIS - FORMAÇÃO DE
POUPANÇA E INVESTIMENTO - SPE

CR\$ Bilhões 80¹

	1979	1980 ²	% ³	1981	% ³	1982	% ³	1983	% ³
A - DISPÊNDIOS GLOBAIS	n.d.	3,571,0		2.296,6		2.264,9		2.233,3	
B - RECEITAS PRÓPRIAS	1.056,2	2.573,3	143,5	1.719,4	-33,2	1.695,5	-1,4	1.792,9	5,7
C - DESPESAS CORRENTES	931,5	2.246,3	141,1	1.329,2	-40,8	1.286,3	-3,2	1.353,1	5,2
D - ENCARGOS FINANCEIROS	n.d.	128,3	-	169,3	32,0	231,3	36,6	255,4	10,4
E - POUPANÇA PRÓPRIA LÍQUIDA	124,7	197,7	58,5	220,9	11,7	177,9	-19,5	184,5	3,7
F - REC. DO TESOURO NACIONAL	135,2	368,6	172,6	159,5	-53,2	126,9	-20,4	93,5	-26,3
G - INVESTIMENTOS DIRETOS	381,5	648,2	69,9	682,5	5,3	592,5	-19,2	415,9	-29,0
E/G	32,7	30,5	- 6,7	32,4	6,2	30,0	- 7,4	44,4	48,0
E+F/G	68,1	87,4	28,3	55,7	-34,3	51,4	- 7,7	66,8	30,0
F/A	-	10,3	-	6,9	-32,6	5,6	-19,3	4,2	-25,2

FONTE: Relatórios SEST/SEPLAN, exceto 1979 que foi compilado de BRAGA, J.C.S. - Os Orçamentos Estatais e a Política Econômica. In Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 1. Organizado por Luiz G. M. Belluzzo e Renata Coutinho, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 202.

1) IGP - DI - col 2 - FGV.

2) Inclui Entidades Típicas de Governo para o SPE.

3) Calculada em relação ao ano anterior.

transporte de subúrbios." 50

Por último, com relação a tabela 13, notamos que a margem percentual dos encargos financeiros aumentou em todos os anos, equivalendo a aproximadamente 15% das receitas próprias e 58,1% da poupança própria bruta (receitas próprias menos despesas correntes), no ano de 83.

Quando decomponemos estes encargos financeiros em externos e internos, como vemos no item D.2 da tabela 14, constatamos o grande percentual do primeiro sobre o segundo no período 80/83, com os encargos externos situando-se numa média de 73,8% do total dos encargos.

Para o total de operações de crédito do SPE os créditos externos somente são ultrapassados pelos internos no ano de 80. Se lembrarmos que é exatamente a partir deste ano que se aguçam as dificuldades de obtenção de divisas no exterior (subida inexorável das taxas de juros e "spread"), são exatamente as EEs que representam grande parte das obtenções de créditos no mercado internacional, contribuindo, em média, com 37,5% do total dos recursos obtidos pelo país, chegando a porcentagem de 49,1% no ano de 82.

Ainda com relação a captação de créditos externos, estes atingem uma proporção de 74,0% em 81 do total das operações das EEs e, em média, situam-se em torno de 63,9% deste total.

Por outro lado, o serviço da dívida das EEs participam com 40% do serviço da dívida do Brasil no ano de 82, representando em média 30,9%. Em relação ao seu próprio serviço da dívida, os recursos externos não representam menos de 66,8%, atingindo 73% no ano de 82.

Estes dados ratificam nossas afirmações anteriores quanto a questão da utilização das EEs como instrumento de captação de divisas no mercado internacional. Ao mesmo tempo têm, como objeto da política econômica, na centralização de poder e decisões do sistema um forte elemento de ingerência e, pela sua ambigüidade, de limitação na sua perspectiva de lucro. Neste sentido é que se deve entender não só a inserção como também a atuação das EEs e conseqüentemente, os endividamentos a que estão sujeitas.

Mesmo assim, apesar da situação em que se encontram estas empresas com relação aos seus aspectos econômicos e financeiros, dado que o orçamento da União não apresentou déficit

TABELA 14

OPERAÇÕES DE CRÉDITO E SERVIÇO DA DÍVIDA
BRASIL E SETOR PRODUTIVO ESTATAL

	US\$ Milhões			
DISCRIMINAÇÃO	1980 ¹	1981	1982	1983
BRASIL				
A - EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS EXTERNOS	12.318	17.750	14.880	9.745
B - SERVIÇO DA DÍVIDA	13.000	16.657	14.568	19.794
- AMORTIZAÇÕES	6.689	7.496	8.215	10.239
- JUROS	6.311	9.161	11.353	9.555
SETOR PRODUTIVO ESTATAL ²	9.125	8.922	10.232	4.596
C - OPERAÇÕES DE CRÉDITO ³	9.125	8.922	10.232	4.596
C.1 - INTERNAS	5.107	2.318	2.928	1.555
C.2 - EXTERNAS	4.018	6.604	7.304	3.041
D - SERVIÇO DA DÍVIDA	5.809	6.404	7.775	7.585
D.1 - AMORTIZAÇÕES	3.380	2.598	2.514	2.990
D.1.1 - Internas	1.373	750	676	1.202
D.1.2 - Externas	2.007	1.848	1.839	1.788
D.2 - JUROS	2.429	3.806	5.261	4.595
D.2.1 - Internos	558	1.124	1.421	1.164
D.2.2 - Externos	1.871	2.682	3.840	3.431
C.2/A	32,6	37,2	49,1	31,2
C.2/C	44,0	74,0	71,4	66,2
(D.1.2+D.2.2)/B	29,8	27,2	40,0	26,4
(D.1.2+D.2.2)/D	66,8	70,7	73,0	68,8

FONTE: Elaborada a partir dos dados do Relatório do Banco Central do Brasil e Relatório SEST/SEPLAN para os anos indicados.

1) Inclui Entidades Típicas de Governo.

2) Transformados os valores para dolar utilizando-se a média ponderada pelos dias úteis do ano.

3) Moedas + Bens e Serviços.

BCME-BIBLIOTECA

e as suas transferências para as estatais apresentam-se em forte descenso, inclusive para as entidades típicas de governo, estes dois orçamentos não implicaram em déficit público nem geraram inflação.

Além do mais existe um equívoco quanto a questão da consolidação do orçamento das empresas do governo - o discutido ORÇAMENTO SEST. Ao consolidá-lo para se obter o déficit estão se tomando "gatos por lebres". Não diferenciar às EEs do SINPAS, Universidades etc. é realmente um dislate. Não obstante, o fato de a previdência endividar-se cada vez mais ao final de cada ano para poder "fechar as suas contas" demonstra "... sem dúvida alguma, um desarranjo nos mecanismos dos gastos do governo. Em princípio, a Previdência Social deveria contar com suficientes recursos estritamente fiscais - aqui incluídas as contribuições previdenciárias - para cobrir seu dispêndio".⁵¹

Por outro lado, está se desprezando o papel do SPE, já afirmado anteriormente, no modelo econômico adotado como impulsor e viabilizador da acumulação privada. Como vimos pela análise das tabelas de números 5 a 10 o SPE desempenhou papel fundamental praticamente sustentando o crescimento econômico no período 76/79, com o dispêndio de investimento apresentando um crescimento de 33,13% (tab. 7). O corte no orçamento da EE no período 79/80 implicou numa redução nestes dispêndios quando já se aprofundava a recessão abjurada no discurso oficial em meados do ano de 80.

Ao contrário do que se poderia pensar pela análise dos dados, o propósito recessivo da ortodoxia da política econômica (talvez poder-se-ia considerar consequência da ida do Brasil ao FMI) subordinou os orçamentos citados à programação monetária, onde se classifica o segundo elemento impulsor da inflação segundo o discurso oficial, isto é, os subsídios.

Visto que não é nosso objetivo fazer uma análise detalhada do orçamento monetário vejamos, de maneira sumária, a influência que os subsídios têm neste orçamento.

O problema do orçamento monetário advém de uma expansão das operações ativas das autoridades monetárias que não são suficientemente cobertas pelas fontes de recursos com que contam estas autoridades. O desequilíbrio resultante é coberto com emissão primária de moeda e/ou emissão de títulos da divi-

da pública, o que reforça a inflação e a subida da taxa de juros internas - dada a necessidade de colocação dos títulos do governo no mercado - e, segundo o discurso do governo, os subsídios são que exigem tal procedimento.

Na tabela 15 vemos que os subsídios mais incentivos fiscais como porcentagem do PIB ($A + B / PIB$) passa de 3,01% (1973) para 5,35% (1976) e deste para 7,61%, em 1980, atingindo aí seu ponto máximo. Tomando os subsídios mais incentivos fiscais como proporção das receitas tributárias veremos que a relação apresenta um crescimento elevado passando de 31,98% (1973) para 56% (1976) e atingindo um pico de 99,28% (1980). Todavia, este elevado valor se dá mais em função do reduzido crescimento da receita tributária do que a uma elevação abrupta dos subsídios (incluído os incentivos fiscais).

Note-se pela tabela 15 que, curiosamente, é no período 73/76 que se dá um elevado crescimento dos subsídios (139,51%) para uma elevação de 36,78% da receita tributária. Mesmo com o crescimento negativo dos subsídios no período 79/81 é exatamente em 80 que temos a elevada porcentagem (99,28%) destes sobre a receita tributária. Tem-se, portanto, uma desaceleração do crescimento dos subsídios e, ao mesmo tempo, uma elevada redução da arrecadação da receita tributária, o que demonstra que a forte participação se deu mais em função "da própria política econômica recessiva sobre a arrecadação de tributos para União".⁵²

O curioso é que se admitirmos que o Estado não subsidia a si próprio, ou seja, as EEs não têm participação nestes subsídios e, além do mais, foi o elemento fundamental do crescimento econômico no período 76/79, é exatamente no mesmo período dos cortes dos investimentos destas empresas que a carga de subsídios aumenta inexoravelmente, quer dizer, em termos reais cresce de 32,84% em 80 tendo como contrapartida um crescimento real da receita tributária de 7,47%.

Registre-se que se levarmos em consideração a máxima desvalorização ocorrida em 10.12.79 poderíamos considerar que esta carga de subsídios foi mais uma ação compensatória da confusa política econômica. Some-se, ainda, que a elevação das taxas internas de juros, a aceleração inflacionária e a própria política cambial - desvalorizar estimula a exportar mas não a captação de divisas externas - ratificam aquela ação compensa-

TABELA 15

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS SUBSÍDIOS E INCENTIVOS FISCAIS NA ÁREA
FEDERAL - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO PIB E NA RECEITA TRIBUTÁRIA

ITEM	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981*
A - SUBSÍDIOS - TOTAL	1,8	9,1	17,6	37,0	57,9	67,8	181,9	745,0	966,1
a) Implícitos/Ex- plicitos Créd.	1,1	5,0	12,5	31,0	51,4	56,4	163,1	494,8	745,2
b) Diretos	0,7	4,1	5,1	6,0	6,5	11,4	18,8	236,4	140,4
B - INCENTIVOS FISCAIS	13,2	24,9	35,2	46,5	79,2	123,1	175,6	205,9	344,0
C - RECEITAS TRIBUTÁRIA	46,9	69,5	88,7	149,1	211,0	309,6	445,1	957,8	1.915,6
PARTICIPAÇÃO RELATIVA ¹									
A/PIB	0,4	1,3	1,7	2,4	2,5	1,9	3,2	6,0	3,3
A/C	3,8	13,1	19,8	24,9	27,4	21,9	40,9	77,8	47,3
A+B/C	32,0	48,9	59,3	54,0	65,0	61,7	80,3	99,3	65,3
A+B/PIB	3,0	4,7	5,2	5,4	5,9	5,5	6,2	7,6	4,5

FONTE : LANGONI, C. G. - Bases Institucionais da Economia Brasileira - Palestra proferida na Escola Superior de Guerra em 04.08.81

* - Estimado

1 - Valores arredondados para uma casa decimal

OBSERVAÇÃO : A tabela original não traz os dados referentes ao PIB.

TABELA 16

CRESCIMENTO REAL DOS SUBSÍDIOS E RECEITA TRIBUTÁRIA

ITEM	1973/76	1976/79	1979/80	1979/81	1980/81
SUBSÍDIOS	139,51	40,57	32,84	- 16,77	- 32,20
REC. TRIB.	36,78	- 1,99	7,47	2,45	- 4,68

FONTE: Elaborada a partir da tabela 13.

tória.

Lembremos ainda, que precisamos captar a destinação real desses subsídios quando se conhecem os objetivos inescrupulosos para especulação, muitas vezes envolvendo a convivência de elemento do próprio aparato de Estado.

Daí que, identificar o peso relativo dos verdadeiros subsídios - os que seriam destinados ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade - no déficit do orçamento monetário passa exatamente pela "obsolescência institucional". O grande problema deste orçamento, e diga-se de passagem com a convivência da tecnoburocracia estatal, é a transformação dos subsídios em fundos líquidos que o setor privado canaliza para a especulação financeira, na ausência de uma política tributária eficiente, o que implica pressão sobre a base monetária para realimentar a "ciranda financeira" que aí se origina.

Frente ao complicado processo monetário, a política econômica adotada insiste em contrair o gasto empresarial do Estado como se aí estivesse a causa de não financiar o déficit orçamentário com emissão de moeda e/ou de títulos da dívida pública.

A seqüela é a contração das atividades econômicas, o que implica em comprometimento da arrecadação fiscal, menos empregos, menores investimentos e os efeitos em cadeia daí resultantes. Limitado o poder de investimento das EEs, o que se tem, pelas relações interindustriais vistas anteriormente, é a diminuição das atividades de todo desenvolvimento econômico/social.

Não se quer dizer com o exposto até aqui que não se deva buscar a eliminação do déficit público, pois esta é uma preocupação legítima, desde que se busque a verdadeira causa deste déficit. Apesar do peso dos subsídios dentro deste orçamento e suas conseqüências, um novo ponto de vista parece demonstrar a verdadeira origem do déficit público.

Segundo o professor Dêrcio Munhoz "o grande déficit camuflado nas contas governamentais, encontra-se mesmo na dívida mobiliária federal (a dívida relativa aos títulos públicos) que vem crescendo (...) pela prática desordenada de uma política monetária irresponsável e ineficiente".⁵³

e Renata Coutinho, São Paulo, Brasiliense, p. 209.

⁵³ Munhoz, D. G. - "Os Déficits do Setor Público Brasileiro - Uma Avaliação". Revista Senhor, 10.10.84.

A análise empreendida pelo professor Munhoz demonstra que já em 1980 os déficits públicos federais não incluídos no orçamento fiscal correspondiam a 39,9% da receita da União, e, a partir de 1981, superam estas receitas em 15,2%, 28,1% (1982) e 42,7% (1983) - tabela 17. A partir de 1981 os déficits da dívida mobiliária, dos encargos de "giro" desta dívida e prejuízos do BACEN já superam, por si sós, a receita da União em 9,1%, 13,15%, 124,0% nos anos seguintes, respectivamente.

O interessante é que em nenhum dos anos analisados a contribuição do SPE para o "déficit" ultrapassou a 3,5%. Mesmo se considerarmos as EEs somadas às Entidades Típicas de Governo sua participação atinge um máximo de 8% das receitas da União de 80.

Mesmo com a queda real dos subsídios como vimos anteriormente e se a tendência se confirmar para os anos posteriores, teremos para o ano de 83 somente os encargos do "giro" da dívida ultrapassando em 77% as receitas da União. Contrariando o discurso oficial, as Empresas Públicas representam somente 5,2% destas receitas para o mesmo ano.

Aceitas tais argumentações, parece haver um grande equívoco quanto a questão da culpabilidade das EEs no "déficit" global do setor público. Os discursos oficiais e do FMI parecem querer encobrir as responsabilidades e talvez os beneficiários de tal "déficit", "a metodologia do Fundo (e aqui incluiríamos a oficial) dissimula o objetivo real das instituições que é conter os gastos governamentais, de qualquer natureza, aprofundando a recessão, na vã ilusão de que, assim, não só a inflação tenderia a recuar, como o país reverteria a situação deficitária do balanço de pagamento".⁵⁴

Desse modo, nos parece que a questão do "déficit" público está servindo para tornar a "ciranda financeira" o melhor "locus" de acumulação do capital privado. E não se pense que o capital estrangeiro esteja preterido pois "hoje, a maior responsabilidade pelo aumento da dívida mobiliária federal é o BACEN que, ao comprar com recursos externos, um volume crescente de papéis, transfere para o Tesouro Nacional os encargos da dívida externa própria".⁵⁵ Ou seja, tem-se um outro canal alternativo de valorização do capital estrangeiro hegemônico e, além do mais, este capital é também favorecido pela compra dos títulos

TABELA 17

DÉFICITS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS NO BRASIL

FONTES DOS DÉFICITS	1 1 9 8 0		1 9 8 1		1 9 8 2		1 9 8 3	
	Valor em Cr\$ bilhões	% sobre Receitas da União	VALOR	% sobre Receitas da União	VALOR	% sobre Receitas da União	VALOR	% sobre Receitas da União
- EMPRESAS ESTATAIS DO SETOR PRODUTIVO (NUCLEBRÁS e RFFSA)	23,1	1,9	51,7	2,3	151,9	3,3	369,0	3,3
- EMPRESAS EM ATIVIDADES TÍPICAS DE GO- VERNO	20,4	1,7	35,0	1,5	220,3	4,7	209,8	1,9
- DÍVIDA MOBILIÁRIA - COBERTURA DE RES- PONSABILIDADE DA UNIÃO	72,0	5,9	51,0	2,3	324,8	7,0	1.500,8	13,2
' SUBTOTAL	115,5	9,5	137,7	6,1	697,0	15,0	2.079,6	18,4
- DÍVIDA MOBILIÁRIA - POLÍTICA MONETÁ- RIA	11,3	0,9	1.070,0	47,3	846,9	18,3	1.669,8	14,7
- ENCARGOS LIGADOS AO "GIRO" DA DÍVIDA EM - 4 -	359,9	29,5	1.118,5	49,4	3.775,1	81,8	20.060,1	177,0
- PREJUÍZOS OPERACIONAIS EFETIVOS DO BANCO CENTRAL	-	-	280,0	12,4	600,0	13,0	3.700,0	32,6
TOTAL	486,7	39,9	2.606,2	115,2	5.919,0	128,1	27.509,5	242,7

FONTE: MUNHOZ, D. G. - Os Déficits do Setor Público Brasileiro - Uma Avaliação.
 Compilado da Revista Senhor, nº 186, de 10.10.84.

1 - Relativa aos Títulos Públicos.

no mercado visto que, como instituição financeira, também participa daquela "ciranda financeira".

Pela análise empreendida, apesar de sumária, os principais pontos não justificam, mas, contradizem a afirmação de que os déficits do setor público tenham como causa os orçamentos fiscal e das EEs. Ademais, os subsídios implícitos no orçamento monetário - sua expansão - é mais consequência do que causa da política econômica implementada, principalmente da política monetária. Esta expansão, além da parte destinada à especulação, tem um caráter compensatório e destina-se em grande parte à fomentar a atividade econômica de exportação, devido a necessidade de captar divisas para cobertura da dívida externa, principalmente para o serviço desta dívida.

O estrangulamento externo - e daí a ingerência do FMI e a controvertida questão do "déficit" público - está servindo para justificar decisões míopes que estão inibindo o reajuste estrutural do sistema produtivo do país frente à "nova ordem econômica internacional", gerando consequências imprevisíveis para os investimentos públicos, como podemos ver pelo seu decurso em relação ao PIB no período 79/81 de aproximadamente 63%.⁵⁶

Portanto, os dados demonstram que os propalados "estouros" do orçamento das EEs não correspondem a expansão real dos seus gastos. Some-se ainda que este orçamento tem sido elaborado com taxas subestimadas de inflação, o que implica num maior sacrifício para estas empresas, deturpando completamente a sua credibilidade empresarial interna e externamente.

Sob a ortodoxia da política econômica, a Nação é subjugada, obrigada a arcar com o ônus de um modelo econômico que já demonstrou ser ineficaz, atingindo o limite do caótico e que, no entanto, ainda se tenta legitimar, quer seja pela força de um aparato repressivo quer pelos acordos políticos que norteiam e tornam o processo sucessório deste país um jogo no qual os perdedores já se conhecem há muito tempo. Mais uma vez ter-se-á outro pacto de elite escamoteado pelo pacto social explícito no discurso do segmento burguês dominante que ascenderá ao poder.

Da análise empreendida podemos evidenciar que os aspectos principais que norteiam a existência e atuação das empresas estatais não são contrários às leis de acumulação e valorização do capital privado.

Entendendo estas empresas como a redução do Estado a um plano econômico específico, Estado este cujo caráter de classe traz o estigma do capitalismo, parece que tornamos claro o papel das EEs, isto é, o fato dessas empresas terem sempre desempenhado o papel de viabilizadoras e potencializadoras da acumulação capitalista, adequando-se perfeitamente ao imperialismo.

Se no início da industrialização - ou do desenvolvimento do capitalismo no Brasil - as inversões e produção das empresas do Estado subsidiava a indústria no seu conjunto, no pós-64 a proliferação dessas empresas se dá de acordo com a evolução do capitalismo, favorecendo a concentração de capitais e conseqüentemente a monopolização/oligopolização da economia. Ainda que o surgimento das sociedades por ações causem a ilusão de democratização do capital e redução do caráter de classe do Estado, dialeticamente torna o Estado mais capitalista e integrado à globalidade do processo de reprodução/valorização do capital.

Evidentemente para os diferentes momentos de reprodução do capital corresponderam diferentes "formas" de funcionamento das empresas estatais. A hegemonia do capital monopolista - consolidada com o golpe de 64 - impôs a estas empresas um funcionamento empresarial não deficitário. Desse modo, elas são reorganizadas objetivando diminuir sua descapitalização; a única alternativa para tanto é reinvestir sua mais valia, ou seja, acumular.

A partir da reestruturação do padrão de acumulação (1964) a empresa estatal readequa-se às necessidades do capital privado, acentuando-se, a partir desse momento, os aspectos mais comuns com as empresas privadas. Dentro dos aspectos mais importantes a necessidade de acumulação e a busca de uma estrutura organizacional estável e eficiente não anulam o sentido dessas empresas como potencializadoras da acumulação privada, quer

a existir concorrência capital estatal X capital privado. A análise revela que apesar da reformulação das empresas estatais isto não implicou na apropriação total da mais valia por elas geradas na proporção do seu capital investido. Estas empresas abdicam do lucro que lhes corresponde, repassando grande parte da mais valia produzida para o capital privado, principalmente o hegemônico, quer via produção e investimentos que favoreciam os grandes grupos industriais, quer via captação de recursos externos e internos para investimentos favorecendo o capital financeiro.

Enquanto elemento integrante de um Estado burguês, a EE jogará sempre o papel de impulsora da acumulação do capital social. Negar esta estreita vinculação é criar a imagem de um Estado "leviatã", pairando acima do capital, sobrepujando-o. É aceitar exatamente a fetichização do Estado atribuindo-lhe características sociais que em absoluto não possui.

A consequência política destas posições penetra os múltiplos aspectos da exploração burguesa desvirtuando a verdade elementar daquele caráter de classe. Admitir novas bases sociais dentro deste Estado é uma característica do reformismo que imagina existir nas empresas estatais espaços de "não contaminação" burguesa e, por isso, podem ser instrumentos para uma transformação da sociedade e conseqüentemente do Estado.

Não se pode esquecer que, como grandes empresas, as estatais são sujeito e partícipe do processo de monopolização do capital. E a sua crescente e progressiva internacionalização é consequência do comprometimento dos Estados nacionais com o fenômeno do imperialismo.

O fato de que o capitalismo para se impor nos países periféricos necessitou de uma intervenção mais direta do Estado, dado a defasagem das forças produtivas, implicou em que o desenvolvimento das suas contradições exigiu, cada vez mais, o aprofundamento desta intervenção, pelo menos de forma qualitativa, para resolver as exigências que fogem à capacidade de solução dos diferentes segmentos do capital. Não se pode atribuir ao crescimento econômico do Estado brasileiro motivos de cunho antimperialista. Se assim se fizer não só se estará desconhecendo a verdade das leis da acumulação como também se estará entendendo falsamente a política do FMI quanto a presença estatal na economia.

Dentro da conjuntura de crise mundial e especificamente

vas associações com o capital internacional e a questão do financiamento autônomo das estatais - que apesar de contribuir para o endividamento externo é uma opção alternativa de valorização do capital hegemônico - devem ser entendidas dentro da "rationale" do processo imperialista para não se cair numa avaliação equivocada da estratégia econômico-política no que se refere as reais condições da participação do Estado na economia, quer pelos reclames do segmento privado, quer pela pseudo autodeterminação da tecnocracia estatal.

E não sem razão, o processo de expansão econômica do Estado brasileiro sofre as leis de valorização do capital. Decorre daí as dependências das políticas econômicas com relação ao centro. É um equívoco acreditar que o FMI condicione seus créditos a uma desarticulação do aparato econômico do Estado. Se assim o fosse se estaria afirmando que a política econômica poderia se opor às leis objetivas do sistema.

Como representante do capital hegemônico o que o FMI exige é uma intervenção articulada do Estado que privilegie este capital em detrimento do capital nacional. Explicita-se aí, portanto, o conflito entre as relações externas e internas assumindo a primeira o papel de fator principal e decisivo, porquanto conflitam interesses dos diferentes segmentos de capital, ou seja, a necessidade de acumular e valorizar o segmento de capital próprio.

Hoje, na economia brasileira, o conjunto de empresas do SPE constituem um "subsistema produtivo" integrado que se por um lado é capaz de afetar o desempenho da economia (por seus investimentos, produção e não participação proporcional na taxa de lucro), por outro lado é afetado pelo desempenho da economia. Seu ritmo e expansão são determinados pelo restante da economia, principalmente pelos setores industriais mais dinâmicos.

É dentro dessa dialética que se inserem as estatais com suas características peculiares: ora como instituição (instrumento da política econômica) ora como empresa capitalista; cada momento respondendo a interesses que nem sempre são coincidentes e facilmente previsíveis.

O manejo sistemático das EEs e, em especial, das empresas do SPE, como instrumento de política econômica, torna evidente e solidifica nossas assertivas quanto a avaliação e inserção destas empresas na economia.

mos, em alguns casos, a falta de cuidado e a inadequabilidade do uso de certos parâmetros individualizados para aferição do desempenho econômico das EEs. E, ainda mais, o descuido de considerá-las como uma unidade microeconômica desvinculada de suas ambiguidades enquanto elemento de um sistema macroeconômico.

As medidas sistemáticas e radicais da política econômica que subjulgou as EEs acarretando consequências financeiras e de investimentos para essas empresas, implicou, também, consequências significativas para a economia brasileira. Isto porque o modelo econômico-político adotado no pós-64 tinha nas EEs, aqui como aparelho produtivo do Estado, o instrumento de viabilização e potencialização da reprodução/acumulação do capital privado e, em especial, do capital hegemônico.

Enquanto elemento potencializador da acumulação capitalista estas empresas foram utilizadas na captação de recursos externos; como viabilizadora dessa acumulação participou de forma significativa na sustentação de um modelo econômico que atendesse a acumulação capitalista, quer seja pela sua produção e investimento quer pela participação na criação de um segmento de classe que passou a perceber elevados salários, tornando exequível a demanda do mercado monopolizado pelo capital privado.

Em contrapartida, a partir de fins da década de 70 o rápido crescimento dos passivos das EEs, principalmente em moeda estrangeira, tornou-as vulneráveis à alta das taxas de juros internacionais e as desvalorizações cambiais. Nesse limite, as dificuldades em viabilizar os crescentes encargos financeiros foram agravadas pela queda real de suas receitas operacionais ocasionada não só pela recessão como também pela política pouco realista de reajustes dos preços e tarifas dos bens e serviços produzidos pelas EEs.

A prosseguir os ditames da política econômica atual devemos ter presente que se implementados os cortes adicionais dos recursos do Tesouro previstos para 1984/85 além dos já efetuados e a limitação dos seus dispêndios, se aguçará mais ainda os efeitos sobre a economia interna vez que o SPE vem contribuindo em média, nos últimos anos, com aproximadamente 1/4 da formação de capital.

Registre-se que a conclusão de projetos que estavam em curso e a reversão da expectativa quanto a evolução da demanda de alguns setores, não explicam por si só a queda acentuada dos

investimentos das EEs a partir de 1980.

Por outro lado, é necessário captar a razão dos fatos quanto a questão da racionalidade e eficiência da empresa esta tal favorecer o operariado. Como empresa capitalista e enquanto unidade produtiva do Estado - voltada para a acumulação privada - suas formas de organização de trabalho são determinadas pelas relações sociais de produção, isto é, do modo de produção capitalista. Assim, não se pode esperar senão pressão sobre salários, aumento da mais valia relativa e um maior controle político sobre os assalariados.

É preciso entender que em nenhum momento se pode considerar o Estado burguês como aliado dos objetivos da Nação. As classes dominantes só poderiam se constituir em classes para si. Acreditar no "pacto político" é desconhecer o caráter de classe do Estado e aceitar o reformismo dos segmentos políticos que entram em pugna pelo poder.

É exatamente neste momento de crise pelo qual passa o Estado brasileiro que tende a se exarcebar as lutas de classes. E é nesse contexto que a burguesia, mais que nunca, busca antidotos contra as idéias revolucionárias, recorrendo aos interesses da Nação como se estes estivessem em harmonia com os seus próprios interesses. Aqui então se escamoteia mais que nunca o caráter de classe do Estado e toma-se-lhe como o instrumento de organização da Nação, "ipso facto" o apoio a este deve ser o resultado natural da conciliação nacional como forma de solucionar a crise.

Caminhamos para um regime de democracia que se apresenta frágil às incertezas e contradições da vida social. O preço do desenvolvimentismo foi muito alto. A constância dos acordos entre os polos antagônicos - capital X trabalho -, com diferentes vantagens desiguais no futuro parece começar a ser questionada.

A Nação parece já começar a entender que a burguesia busca perenizar um "Brasil ideal" em detrimento do "Brasil real". Nesse o "pacto político" e o incipiente "pacto social" têm seus custos debitados à classe subalterna, ou seja, é o elemento necessário e suficiente para a estabilidade política e para "paz social"; é o continuismo com novas formas de opressão. Por outro lado, o "Brasil ideal" traz embutido, na realidade, um pacto burguês não escrito objetivando a alternância de poder e a viabilização de instrumentos que postergam "sine die" as mudanças estruturais que o "Brasil real" espera.

Não se pense, portanto, que a perspectiva que se apresenta com a eleição de um novo presidente gere mudanças profundas, num curto prazo, no "Brasil real": Os fatos demonstram que o regime pós-64 foi, também, um instrumento de viabilização para a hegemonia na política das forças burgueso-conservadoras, objetivo impar nas últimas cinco décadas. Podemos concluir que para acreditarmos nos pactos sociais e/ou políticos é necessário que estes sejam discutidos e aceitos por forças antagônicas e aliecerçados em objetivos concretos dentro da realidade que o Brasil apresenta.

BCME - BIBLIOTECA

ANEXO 1

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A ATIVIDADE
EMPRESARIAL DO ESTADO

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A ATIVIDADE
EMPRESARIAL DO ESTADO.¹

- Empresas do Setor Produtivo Estatal²

ACESITA - Cia. Aços Especiais Itabira
 AÇOMINAS - Aço Minas Gerais S.A.
 AFP - Aços Finos Piratini S.A.
 AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A.
 AIRCRAFT - Embraer Aircraft Corporation
 ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.
 ALCANORTE - Alcalis do Rio Grande do Norte S/A
 ALEGRIE - Braspetro Algeria S.A.
 ALUNE - Cia. de Alumínio do Nordeste
 ALUNORTE - Alumínio do Norte do Brasil S.A.
 ARSA - Aeroportos do Rio de Janeiro S.A
 BB LEASING - Leasing Company Ltd.
 BB TOURS - Voyages et Tourisme
 BR - Petrobrás Distribuidora S.A.
 BRASOIL - Braspetro Oil Services Company
 BRASPETRO - Petrobrás Internacional S.A.
 CAEEB - Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
 CARAÍBA - Caraiba Metais S.A. Indústria e Comércio
 CARAÍBA-AGRIC - Caraiba Agrícola S.A.
 CARRIL CARIOCA - Cia. Ferro-Carril Carioca
 CARRIL J. BOT. - Cia. Ferro-Carril do Jardim Botânico
 CAYMAN - Interbrás Cayman Company
 CBC - Cia. Brasileira de Cobre
 CBD - Cia. Brasileira de Dragagem
 CBZN - Cia. Brasileira de Zinco
 CDC - Cia. Docas do Ceará
 CDP - Cia. Docas do Pará
 CDRJ - Cia. Docas do Rio de Janeiro
 CEA - Cia. de Eletricidade do Amapá
 CEASA/AL - Centrais de Abastecimento de Alagoas S.A.

¹Relação atualizada até julho/83 - Relatório SEST 1983

²Não estão incluídas as Empresas - PAPEL.

BCME - BIBLIOTECA

- CEASA/AM - Centrais de Abastecimento do Amazonas S.A.
- CEASA/BA - Centrais de Abastecimento da Bahia S.A.
- CEASA/CAMPINAS - Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.
- CEASA/CE - Centrais de Abastecimento do Ceará S.A.
- CEASA/DF - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A.
- CEASA/ES - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S.A.
- CEASA/GO - Centrais de Abastecimento de Goiás S.A.
- CEASA/MA - Centrais de Abastecimento do Maranhão S.A.
- CEASA/MG - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
- CEASA/MS - Centrais de Abastecimento do Mato Grosso do Sul S.A.
- CEASA/PA - Centrais de Abastecimento do Pará S.A.
- CEASA/PB - Centrais de Abastecimento da Paraíba S.A.
- CEASA/PE - Centrais de Abastecimento de Pernambuco S.A.
- CEASA/PI - Centrais de Abastecimento do Piauí S.A.
- CEASA/PR - Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
- CEASA/RJ - Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro S.A.
- CEASA/RN - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte S.A.
- CEASA/RS - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.
- CEASA/SC - Centrais de Abastecimento de Santa Catarina S.A.
- CEASA/SE - Centrais de Abastecimento de Sergipe S.A.
- CECISA - Imobiliária Santa Cecília S.A.
- CELMA - Cia. Eletromecânica
- CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
- CER - Centrais Elétricas de Roraima S.A.
- CETEL/RJ - Cia. de Telefones do Rio de Janeiro
- CHESF - Cia. Hidro Elétrica do São Francisco
- CIAAI - Cia. Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais
- CIBRAZEM - Cia. Brasileira de Armazenamento
- CMD - Casa da Moeda do Brasil
- CNA - Cia. Nacional de Alcalis S.A.
- COALBRA - Coque e Álcool de Madeira S/A
- COBAL - Cia. Brasileira de Alimentos
- COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros S/A
- COBRAPI - Companhia Brasileira de Projetos Industriais

CODERN - Cia. Docas do Rio Grande do Norte
CODESA - Cia. Docas do Espírito Santo S.A.
CODESP - Cia. Docas do Estado de São Paulo
CODOMAR - Cia. Docas do Maranhão
COFAVI - Cia. Ferro e Aço de Vitória
CONCEIÇÃO - Hospital N. Sra. da Conceição S.A.
COPASE - Cia Paulista de Celulose
COPEL - Cia. Petroquímica do Sul
CORCOVADO - Estrada de Ferro Corcovado
COSIM - Cia. Siderúrgica de Mogi das Cruzes
COSIPA - Cia. Siderúrgica Paulista
CPRM - Cia. de Pesquisa e Recursos Minerais
CRN - Cia. Rio-Grandense de Nitrogenados
CSN - Cia. Siderúrgica Nacional
CST - Cia. Siderúrgica de Tubarão
CTBC - Cia. Telefônica de Borda do Campo
CTMR - Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência
CUN - Cia. Usinas Nacionais
CVRD - Cia. Vale do Rio Doce
D'EL REY - Minas D'el Rey Dom Pedro S.A.
DATAMEC S.A. - Sistemas e Processamento de Dados
DATAMEC EDUC.-Datamec Educacional Ltda.
DIDACTA - Sistemas Educacionais S.A.
DIGIBRÁS - Empresa Digital Brasileira S.A.
DOCEGEO - Rio Doce Geologia e Mineração S.A.
DOCENAVE - Vale do Rio Doce Navegação S.A.
ECEX - Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais S/A
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
EMGEPRON - Empresa Gerencial de Projetos Navais
ENASA - Empresa de Navegação da Amazônia S.A.
ENCINE - Encine Audiovisual S.A.
ENGEFER - Empresa de Engenharia Ferroviária S.A.
ENGENATIC - Engenharia, Hidráulica e Instrumentação S.A.
EPLAN - Emissão e Planejamento de Seguros S.A.

FEM - Fábrica de Estruturas Metálicas S/A
 FEMINA - Hospital Femina S.A.
 FERMAG - Ferritas Magnéticas S.A.
 FLONIBRA - Empreendimentos Florestais S.A.
 FLORASA - Floresta Acesita S.A.
 FOSFERTIL - Fertilizantes Fosfatados S.A.
 FRDSA - Florestas do Rio Doce S.A.
 FURNAS - Furnas Centrais Elétricas S.A.
 GOIASFERTIL - Goiás Fertilizantes S.A.
 HOTEL BLUMENAU - Cia. Melhoramentos de Blumenau Grande Hotel
 HOTEL PRAIA - Hotel da Praia S.A.
 ICC - Indústria Carboquímica Catarinense S.A.
 IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil
 INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
 INTERBRÁS FRANCE - Interbrás France S.A.
 INTREBRÁS - Petrobrás Comércio Internacional S.A.
 INTERNOR - Interior Trade Inc.
 IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
 ITACO - Itabira International Company Ltda.
 ITAIPU - Itaipu Binacional
 ITAVALE - Itavale Ltda.
 LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.
 LJO - Livraria José Olympio Editora S.A.
 LLOYDBRÁS - Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro
 LUTFALLA - S/A Fiação e Tecelagem Lutfalla
 MAFERSA - Material Ferroviário S.A.
 MIN. FE/MN - Mineração Ferro e Manganês S.A.
 NAV. RODOCE - Navegação Rio Doce Ltda.
 NEIVA - Indústria Aeronáutica Neiva S/A
 NITROFERTIL-NE - Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S.A.
 NUCLAM - Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A.
 NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras S.A.
 NUCLEI - Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A.
 NUCLEMON - Nuclebrás de Monazita e Associados Ltda.
 NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A.
 NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
 NUCON - Nuclebrás Construtora de Centrais Nucleares S.A.
 NUSTEP - Nustep G.M.B.H.
 PETRASA - Participação em Empreendimentos e Transportes

BCME - BIBLIOTECA

PETROFERTIL - Petrobrás Fertilizantes S.A.
PETROFLEX - Indústria e Comércio S.A.
PETROMISA - Petrobrás Mineração S.A.
PETROQUISA - Petrobrás Química S.A.
PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S.A.
PQU - Petroquímica União S.A.
PRÓLOGO S.A. - Produtos Eletrônicos
PRÓSPERA - Empresa Carbonífera Próspera S.A.
RAMIRO - Refinaria Ramiro S.A.
RDA - Rio Doce America Inc.
RDE - Rio Doce Europa S.A.
RDIF - Rio Doce Internacional Finance Ltda.
REDENTOR - Hospital Cristo Redentor S.A.
RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.
RIODOCEL LTDA. - Rio Doce Ltda.
SEAGULL - Seagull Trading Company
SEAMAR - Seamar Shipping Corporation
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SIDERAMA - Cia. Siderúrgica da Amazônia
SIDERBRÁS - Siderurgia Brasileira S.A.
SOTECNA - Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda.
TASA - Telecomunicações Aeronáutica S.A.
TELAIMA - Telecomunicações de Roraima S.A.
TELEMAZON - Telecomunicações do Amazonas S.A.
TELASA - Telecomunicações de Alagoas S.A.
TELEACRE - Telecomunicações do Acre S.A.
TELEBAHIA - Telecomunicações da Bahia S.A.
TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S.A.
TELEBRASÍLIA - Telecomunicações de Brasília S.A.
TELECEARÁ - Telecomunicações do Ceará S.A.
TELEGOIÁS - Telecomunicações de Goiás S.A.
TELEMAPA - Telecomunicações do Amapá S.A.
TELEMAT - Telecomunicações do Mato Grosso S.A.
TELEMIG - Telecomunicações de Minas Gerais S.A.
TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S.A.
TELEPARÁ - Telecomunicações do Pará S.A.
TELEPISA - Telecomunicações do Piauí S.A.
TELERCIPE - Telecomunicações de Sergipe S.A.

TELERON - Telecomunicações de Rondônia S.A.
 TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina S.A.
 TELESP - Telecomunicações de São Paulo S.A.
 TELEST - Telecomunicações de Espírito Santo S.A.
 TELMA - Telecomunicações do Maranhão S.A.
 TELPA - Telecomunicações da Paraíba S.A.
 TELPE - Telecomunicações de Pernambuco S.A.
 TRENURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 ULTRAFÉRTIL S.A. - Indústria e Comércio de Fertilizantes
 USIBA - Usina Siderúrgica da Bahia S.A.
 USIMEC - Usiminas Mécânica S.A.
 USIMINAS - Usiminas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
 VALEC - Comércio e Serviços Ltda.
 VALENORTE - VALENORTE Alumínio Ltda.
 VALESUL - Alumínio S.A.

TOTAL DE EMPRESAS - 201

- Entidades Típicas de Governo

AGGC - Arsenal de Guerra General Câmara (1)
 AGR - Arsenal de Guerra do Rio (1)
 AGSP - Arsenal de Guerra de São Paulo (1)
 ARTENE - Cia. de Artesanato do Nordeste S.A.
 CAER - Cia. de Águas e Esgotos de Roraima
 CAESA - Cia de Águas e Esgotos do Amapá
 CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (1)
 CCCPMM - Caixa de Construção de Casas para Pessoal do Ministério da Marinha (2)
 CEBRAE - Centro Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa
 CEDATE - Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico a Educação (1)
 CEIPN - Coordenadoria das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (1)
 CENAFOR - Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (2)
 CENEA - Centro Nacional de Engenharia Agrícola (1)
 CENESP - Centro Nacional de Educação Especial (1)
 CENTEC - Centro de Educação Tecnológica da Bahia (2)
 CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (1)

BCME - BIBLIOTECA

- CFAS - Conselho Federal e Regionais de Assistentes Sociais (2)
- CFB - Conselho Federal e Regionais de Biblioteconomia (2)
- CFC - Conselho Federal de Regionais de Contabilidade (2)
- CFET/MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (2)
- CFET/PR - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (2)
- CFETCSF - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow de Fonseca (2)
- CFE - Conselho Federal e Regionais de Farmácia (2)
- CFIAE - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (2)
- CFM - Conselho Federal e Regionais de Medicina (2)
- CFMV - Conselho Federal e Regionais de Medicina Veterinária (2)
- CFN - Conselho Federal e Regionais de Nutricionistas (2)
- CFP - Companhia de Financiamento da Produção
- CFQ - Conselho Federal e Regionais de Química (2)
- CFRP - Conselho Federal e Regionais de Psicologia (2)
- CFTA - Conselho Federal e Regionais dos Técnicos de Administração (2)
- CINGRA - Coedenação de Assuntos Internacionais de Agricultura (1)
- CNC - Conselho Nacional de Cooperativismo (1)
- CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear (2)
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COAGRI - Coordenação Nacional de Ensino Agropecuária (2)
- CODEASA - Cia. de Desenvolvimento do Amapá
- CODEBAR - Cia. de Desenvolvimento de Barbacena
- CODESAIMA - Cia. de Desenvolvimento de Roraima
- CODEVASF - Cia. de Desenvolvimento do vale do São Francisco
- COFECI - Conselho Federal e Regionais de Corretores de Imóveis (2)
- COFECON - Conselho Federal e Regionais de Economia (2)
- COFEN - Conselho Federal e Regionais de Enfermagem (2)
- CONFITO - Conselho Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (2)
- COLONE - Cia. de Colonização do Nordeste
- CONESG - Cia. Nordestina de Serviços Gerais
- CONESP - Cia. Nordestina de Sondagens e Perfurações
- CONFED - Conselho Federal e Regionais de Estatística (2)
- CONFEEA - Conselho Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (2)
- CONFEEB - Conselho Federal e Regionais dos Representantes

BCME - BIBLIOTECA

- CVM - Comissão de Valores Mobiliários (2)
- DIN - Departamento de Imprensa Nacional (1)
- DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (2)
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (2)
- DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento (2)
- EBN - Empresa Brasileiras de Notícias
- EBTU - Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos
- EFEI - Escola Federal de Engenharia de Itajubá (2)
- EFOA - Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (2)
- EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes S.A.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
- EPM - Escola Paulista de Medicina (2)
- ESAF - Escola de Administração Fazendária (1)
- ESAL - Escola Superior de Agricultura de Lavras (2)
- ESAM - Escola Superior de Agricultura de Mossoró (2)
- ETFAL - Escola Técnica Federal de Alagoas (2)
- ETFAM - Escola Técnica Federal do Amazonas (2)
- ETFBA - Escola Técnica Federal da Bahia (2)
- ETFCE - Escola Técnica Federal de Campos (2)
- ETFCE - Escola Técnica Federal do Ceará (2)
- ETFES - Escola Técnica Federal do Espírito Santo (2)
- ETFGO - Escola Técnica Federal de Goiás (2)
- ETFMA - Escola Técnica Federal do Maranhão (2)
- ETFMT - Escola Técnica Federal de Mato Grosso (2)
- ETFOP - Escola Técnica Federal de Ouro Preto (2)
- ETFFPA - Escola Técnica Federal do Pará (2)
- ETFFPB - Escola Técnica Federal da Paraíba (2)
- ETFFPE - Escola Técnica Federal de Pernambuco (2)
- ETFFPEL - Escola Técnica Federal de Pelotas (2)
- ETFFPI - Escola Técnica Federal do Piauí (2)
- ETFFQRJ - Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (2)
- ETFFRN - Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (2)
- ETFFSC - Escola Técnica Federal de Santa Catarina (2)
- ETFFSE - Escola Técnica Federal de Sergipe (2)
- ETFFSP - Escola Técnica Federal de São Paulo (2)
- FACR - Fundação Abrigo do Cristo Redentor (2)
- FBQI - Fundação Brasileira para a Qualidade Industrial (2)

- FCAPA - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (2)
- FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa (2)
- FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar (2)
- FFFCMPA - Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (2)
- FFOD - Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (2)
- FVG - Fundação Getúlio Vargas (2)
- FHE - Fundação Habitacional do Exército (2)
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz (2)
- FMTM - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (2)
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2)
- FPS - Fundação das Pioneiras Sociais (2)
- FRANAVE - Cia. de Navegação do São Francisco
- FSSP - Fundação Serviços de Saúde Pública (2)
- FUA - Fundação Universidade do Amazonas (2)
- FUFAC - Fundação Universidade Federal do Acre (2)
- FUFMS - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2)
- FUFMT - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (2)
- FUFOP - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (2)
- FUFPEL - Fundação Universidade Federal de Pelotas (2)
- FUFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí (2)
- FUFS - Fundação Universidade Federal de Sergipe (2)
- FUFSCAR - Fundação Universidade Federal de São Carlos (2)
- FUFV - Fundação Universidade Federal de Viçosa (2)
- FUMA - Fundação Universidade do Maranhão (2)
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio (2)
- FUNARTE - Fundação Nacional de Arte (2)
- FUNCEP - Fundação Centro de Formação do Servidor Público (2)
- FUNDACENTRO - Fundação Jorge D. Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (2)
- FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco (2)
- FUNTEVE - Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (2)
- FUNU - Fundação Universidade Federal de Uberlândia (2)
- FURC - Fundação Universidade do Rio Grande (2)
- CEER - Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas (1)
- CEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
- GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (2)

- HFA - Hospital das Forças Armadas (2)
- IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool (2)
- IBC - Instituto Brasileiro do Café (2)
- IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta (2)
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2)
- INAE - Instituto Nacional de Assistência ao Estudante (1)
- INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (2)
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2)
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1)
- INEMET - Instituto Nacional de Meteorologia (1)
- INEMETRO - Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial (2)
- INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial (2)
- IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social (2)
- MOBRAL - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (2)
- OMB - Conselho Federal e Regionais da Ordem dos Músicos do Brasil (2)
- OSÓRIO - Fundação Osório
- PEBE - Serviço Especial de Bolsas de Estudos (1)
- PEDRO II - Colégio Pedro II (2)
- PORTELLA - Fundação Petrônio Portella (2)
- PRÓ-MEMÓRIA - Fundação Nacional Pró-Memória (2)
- PRORONDON - Fundação Projeto Rondon (2)
- RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Radiodifusão
- SEI - Secretaria Especial de Informática (1)
- SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente (1)
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SENAR - Serviço Nacional de Formação Profissional Rural
- SESC - Serviço Social do Comércio
- SESI - Serviço Social da Indústria
- SNBP - Serviço de Navegação da Baía do Prata S.A.
- SUCAD - Superintendência Construção e Administração Imobiliária - SUCAD - Fundo Rotativo Habitacional

- SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (1)
- SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (2)
- SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (2)
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (2)
- SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (2)
- SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (2)
- SUDHEVEA - Superintendência da Borracha (2)
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus (2)
- SUNAB - Superintendência Nacional do Abastecimento (2)
- SUNAMAM - Superintendência Nacional de Marinha Mercante (2)
- SUSEP - Superintendência de Seguros Privados (2)
- UFAL - Universidade Federal de Alagoas (2)
- UFBA - Universidade Federal da Bahia (2)
- UFCE - Universidade Federal do Ceará (2)
- UFES - Universidade Federal de Espírito Santo (2)
- UFF - Universidade Federal Fluminense (2)
- UFGO - Universidade Federal de Goiás (2)
- UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora (2)
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais (2)
- UFPA - Universidade Federal do Pará (2)
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba (2)
- UFPE - Universidade Federal de Pernambuco (2)
- UFPR - Universidade Federal do Paraná (2)
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro (2)
- UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2)
- UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
- UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2)
- UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2)
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (2)
- UFSM - Universidade Federal de Santa Maria (2)
- CFO - Conselho Federal e Regionais de Odontologia (2)

BCME - BIBLIOTECA

FUB - Fundação Universidade de Brasília (2)

UNRIO - Universidade do Rio de Janeiro

TOTAL DE EMPRESAS - 190

- Previdência Social

CEME - Central de Medicamentos (1)

DATA PREV - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (2)

IAPAS - Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social (2)

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (2)

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social (2)

LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência (2)

TOTAL DE ENTIDADES - 07

- Empresas Estaduais

CEAL - Cia. de Eletricidade de Alagoas

CEB - Cia. de Eletricidade de Brasília

CEEE - Cia. Estadual de Energia Elétrica

CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CELETRAMAZON - Centrais Elétricas do Amazonas S.A.

CELF - Centrais Elétricas Fulminense S.A.

CELG - Centrais Elétricas de Goiás S.A.

CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.

CELPE - Cia. de Eletricidade de Pernambuco

CEMAR - Centrais Elétricas do Maranhão S.A.

CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossense S.A.

CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.

CEPISA - Centrais Elétricas do Piauí S.A.

1. Órgãos autônomos.

- CERJ - Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
- CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
- CESP - Cia. Energética de São Paulo
- COELBA - Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia
- COELCE - Cia. de Eletricidade do Ceará
- COPEL - Cia. Paranaense de Energia
- CONSERN - Cia. de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
- CPFL - Cia. Paulista de Força e Luz
- ELETROACRE - Cia. de Eletricidade do Acre
- ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A
- ENERGIPE - Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S.A.
- ENERSUL - Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S/A
- METRO/RJ - Cia do Metropolitano do Rio de Janeiro
- METRO/SP - Cia. do METROPOLITANO DE SÃO PAULO
- SAELPA - S.A. de Eletricidade da Paraíba

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BCME - BIBLIOTECA

- ALDANA, R. L. - Dialética do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- ÁRIDA, P. (Org.) - Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural. O Brasil diante da Crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- BAER, W - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- BANDEIRA, M. - Cartéis e Desnacionalização - A Experiência Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- BELLUZO, L. G. M. (Org.) - Desenvolvimento Capitalista no Brasil - No. 2. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BREITMAN, D. - Consideraciones Críticas Sobre el Papel de la Empresa Estatal no Brasil. Universidad Nacional Autónoma de México. Mexico, 1978.
- CARDOSO DE MELO, J.M.- O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DAIN, S. - Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo - Uma Análise Comparada. UNICAMP, CAMPINAS, 1980.
- DORFFMAN, A. - La Industrialización en La America Latina y Las Políticas de Fomento. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1967.
- DREIFUSS, R. A. - A Conquista do Estado. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
- PEREIRA, O. D.- Itaipu - Prós e Contras. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- DUTRA, W. et al - Padrão de Financiamento em Empresas Estatais. FINEP, mimeo, 1975.
- ENGELS, F. - A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado 4a. Ed, Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- _____ - Anti-Duhring. Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1945.
- FURTADO, C. - Formação Econômica do Brasil. 14a. Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1974.
- GALVÃO, I. A. - Capital ou Estado?: Introdução à Crítica Política. São Paulo, Cortez, 1984.
- COUTO E SILVA, Golbery - Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1978.
- IANNI, O. - Dialética e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1982.
- _____ - O Estado e Planejamento Econômico no Brasil 1930-1970. 3a. Ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- KALLECKI, M. - Teoria de La Dinâmica Económica. México, Fondo de Cultura, 1956.

BCME-BIBLIOTECA

- LABINI, P. S. - Oligopolio e Progresso Técnico. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.
- LANGE, O. - Moderna Economia Política. Rio de Janeiro, Fondo de Cultura, 1963.
- LANGONI, C. G. - Bases Institucionais da Economia Brasileira. Banco Central do Brasil, Distrito Federal, 1981.
- LENIN, V. I. - O Estado e a Revolução. 2a. Ed, Editorial Estampa, 1978.
- _____ - O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. Lisboa, Edições Avante, 1975.
- LESSA, C. - 15 anos de Política Econômica. 2a. Ed, São Paulo, Braziliense, 1981.
- MARIA HELENA M. ALVES - Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
- MARTINS, C. E. (Org.) - Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1977.
- _____, K. - Capitulo Inedito D'Capital. Porto, Publicações Escorpiação, 1975.
- _____ - Contribuição à Crítica da Economia Política. 2a. Ed, São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- _____ - O Capital: Crítica da Economia Política. 7a. Ed, São Paulo, Difel, 1982.
- MARX, K. e ENGELS, F. - O Manifesto Comunista. 2a. Ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- _____ - A Ideologia Alemã. Biblioteca do Marxismo/leninismo, Lisboa, Editorial Avante, 1981.
- _____ - Obras Escolhidas. São Paulo, Ed. Alfa Omega, sd.
- OLIVEIRA, F. - A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Vozes/CEBTAP, 1981.
- _____ - A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- REZENDE, F. - Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira - Estrutura Funcional da Despesa. IPEA/INPES, Rel. Pesquisa no. 13, Rio de Janeiro, 1974.
- RUBIN, I. I. - A Teoria Marxista do Valor. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SEPLAN/SEST - Empresas Estatais e o Controle da SEST. Antecedentes e Experiência de 1980. Distrito Federal, 1981.
- SALAMA, P. et al - O Estado Superdesenvolvido. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SIMONSEM, M. H. - Brasil 2001. Rio de Janeiro, APEC Editora, 1969.
- TAVARES, M. C. - Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro. 7a. Ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

PERIÓDICOS

- Anuário Estatístico - FIBGE, vários anos.
- Boletim do BACEM - Banco Central do Brasil, Distrito Federal, vários anos.
- Boletins Informativos FIESP - São Paulo, FIESP, vários anos.
- Conjuntura Econômica - Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vários anos.
- Estudos APEC - A Economia Brasileira e suas Perspectivas. São Paulo, APEC Editora, vários anos.
- Jornal da Tarde - São Paulo, 27.10.84.
- Plano Nacional de Desenvolvimento - Presidência da República/ Seplan, vários anos.
- Quem é Quem na Economia Brasileira - São Paulo, Revista Visão, vários anos.
- Relatório SEST - SEPLAN/SEST, Distrito Federal, vários anos.
- Revista Senhor - São Paulo, Editora Três, vários anos.

BCME-BIBLIOTECA